



EXM nº 140/2025

Brasília, 26 de agosto de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 10746/2025/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM Nº 18.819, de 7 de julho de 2025, publicada em 19 de agosto de 2025, que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado com Certificado Digital por **Frederico de Siqueira Filho, Ministro**, em 01/09/2025, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 49556077193759650492481342626



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6958049** e o código CRC **DA583B46** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000224/2025-16

SEI nº 6945119

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0030012/2023

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
E-mail: *****@*****.M
CPF: ***.041.099-**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
E-mail: *****@*****.r
CNPJ: 92.810.340/0001-04

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0030012/2023
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações
Informações Complementares: TRANSFERÊNCIA DIRETA - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 22/03/2023 às 18:25

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	REQUERIMENTO TRANSFERENCIA DIRETA - RAD. CULT. GRAVATAI - RAD. METROPOLITANA UNIVERSITARIA (002) (3) (6).pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
DOCUMENTOS DIVERSOS - RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	DOCUMENTOS DIVERSOS - RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA.pdf
DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO - ENVOLVIDOS	DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO - ENVOLVIDOS.pdf
a - Certidão Simplificada- Radio Cultura Gravatai	a - Certidão Simplificada- Radio Cultura Gravatai.pdf
c - 01_DRE_2022_ASSINADO_RD_GRAVATAI	c - 01_DRE_2022_ASSINADO_RD_GRAVATAI.pdf
c - 02_DMPL_2022_RD_GRAVATAI_ASSINADO	c - 02_DMPL_2022_RD_GRAVATAI_ASSINADO.pdf
c - 03_DFC_2022_RD_GRAVATAI_v1_ASSINADO	c - 03_DFC_2022_RD_GRAVATAI_v1_ASSINADO.p df
c - 01_BALANCO_PATRIMONIAL_2022_ASSINADO RD_GRAVATAI	c - 01_BALANCO_PATRIMONIAL_2022_ASSINADO RD_GRAVATAI.pdf
Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí	Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí.pdf
d - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA - fal ng	d - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA - fal ng.pdf
e - CNPJ - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	e - CNPJ - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA.pdf



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Recibo (10801350) - SER 53115.007741/2023-95 / pg. 1

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

f - CND FISCAL - ESTADUAL - CULTURA DE GRAVATAI	f - CND FISCAL - ESTADUAL - CULTURA DE GRAVATAI.pdf
f - CND FISCAL - MUNICIPAL - CULTURA DE GRAVATAI	f - CND FISCAL - MUNICIPAL - CULTURA DE GRAVATAI.pdf
f - CND FISCAL - NACIONAL - CULTURA DE GRAVATAI	f - CND FISCAL - NACIONAL - CULTURA DE GRAVATAI.pdf
g - Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí	g - Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí.pdf
h - Prova de Regularidade Relativa a Seguridade Social e ao	h - Prova de Regularidade Relativa a Seguridade Social e ao FGTS.pdf
i - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a	i - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Recibo (10801350)

SEI 55115.007741/2023-95 / pg. 2

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede social na Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Mauá, n.º 2.011 — Sala 701 - Centro CEP.: 90.030-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.810.340/0001-04, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos.

OUTORGADOS: ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o n.º 17.616 e no CPF/MF sob o n.º 779.041.099-72, com endereço à Rua São Carlos do Pinhal, n.º: 696, 5º andar, Bela Vista, CEP: 01333-000, e **ISAIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, tecnólogo em administração, portador da cédula de identidade RG n.º: 1763661 SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o n.º: 810.387.201-68, com endereço à Rua São Carlos do Pinhal, n.º: 696, 4º andar, conjunto 42, Bela Vista, CEP: 01333-000.

PODERES: Específicos para representarem a OUTORGANTE, em conjunto ou isoladamente, perante o Ministério das Comunicações e ANATEL, podendo assinar projetos técnicos, requerer e cumprir exigências, retirar quaisquer documentos, apresentar defesa, pedidos de reconsideração, recursos e fazer tudo o que for necessário for para o bom e fiel andamento dos processos da OUTORGANTE, em relação ao serviço de radiodifusão sonora, exceto assinar contratos e distratos, junto aos mencionados órgãos, sendo vedado substabelecimento.

VALIDADE: 02 (dois) anos a contar desta data

Porto Alegre/RS, 01 de agosto de 2022

IVANICA
5° TABELONATO

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

Jefferson Silvério Cruz da Silva



Autenticado eletronicamente, após
https://infoleg-autenticidade-assinatura.jus.br/fac316378854d4b6451bc20a71edc1e3-95 / pg. 3

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:	RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA		
CNPJ:	48.105.290/0001-64		
Endereço da sede:	Avenida Nove de Julho, n.º 3.939, Jardim Paulista, CEP, São Paulo/SP		
CEP da sede:	01407—000		
E-mail de contato:			
Serviço executado:	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
Localidade de execução do serviço:	Porto Alegre	UF:	RS
Número do Fistel:	03008007112	Canal:	263

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
Yoshimi Morizono	29.700	R\$ 29.700,00
Marcio Tomio Morizono	300	R\$ 300,00

NOME	CARGO	CPF
Marcio Tomio Morizono	Socio Administrador	088.725.158-74



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Eu, Marcio Tomio Morizono , inscrito no CPF sob o nº 088.725.158-74 , na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente) acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste formulário.

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2023

MARCIO TOMIO

MORIZONO:08872515874

Assinado de forma digital por MARCIO

TOMIO MORIZONO:08872515874

Dados: 2023.03.13 12:51:52 -03'00'

RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA

Marcio Tomio Morizono



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/dfa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Requerimento (1030/1952)

SLF 35119:00774/2023-95 / pg. 5

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Endereço da sede:	Avenida Mauá, n. ° 2.011 — Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS
CEP da sede:	90.030-080
E-mail de contato:	radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
José Célio Lopes	2.000	2.000,00
Adilson Higino da Silva	2.000	2.000,00
José Roberto Mauzer	4.000	4.000,00
João Mendes de Jesus	2.000	2.000,00

NOME	CARGO	CPF
Jefferson Silvério Cruz da Silva	Diretor	055.138.707-62



DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) A pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- (b) Nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) Nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) A pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) A pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da constituição;
- (f) A pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso i do art. 1º da lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2023

JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762
Assinado de forma digital por JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762
Dados: 2023.03.08 17:00:45 -03'00'

RADIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

Jefferson Silvério Cruz da Silva

De acordo.



**ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES
(CEDENTE E CESSIONÁRIA)**

<i>NOME</i>	<i>ASSINATURA</i>
José Célio Lopes	JOSE CELIO LOPES:78734347704 <small>Assinado de forma digital por JOSE CELIO LOPES:78734347704 Dados: 2023.03.08 16:32:18 -03'00'</small>
Adilson Higino da Silva	ADILSON HIGINO DA SILVA:12526108829 <small>Assinado de forma digital por ADILSON HIGINO DA SILVA:12526108829 Dados: 2023.03.22 17:14:41 -03'00'</small>
José Roberto Mauzer	JOSE ROBERTO MAUZER:05280724807 <small>Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MAUZER:05280724807 Dados: 2023.03.22 17:16:11 -03'00'</small>
João Mendes de Jesus	JOAO MENDES DE JESUS:32970544768 <small>Assinado de forma digital por JOAO MENDES DE JESUS:32970544768 Dados: 2023.03.16 14:42:42 -03'00'</small>
Jefferson Silvério Cruz da Silva	JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762 <small>Assinado de forma digital por JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762 Dados: 2023.03.08 17:01:31 -03'00'</small>
Yoshimi Morizono	YOSHIMI MORIZONO:25501623820 <small>Assinado de forma digital por YOSHIMI MORIZONO:25501623820 Dados: 2023.03.13 16:00:36 -03'00'</small>
Marcio Tomio Morizono	MARCIO TOMIO MORIZONO:08872515874 <small>Assinado de forma digital por MARCIO TOMIO MORIZONO:08872515874 Dados: 2023.03.13 12:53:04 -03'00'</small>

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS À
CEDENTE**

- (a) prova de inscrição no CNPJ;
- (b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- (c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.



RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA	(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER	Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u>



PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE

a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*nome da sócia da entidade*), de que:

b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Se constituída sob a forma de **Sociedade Anônima**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;

b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;

c) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;



c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes



do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

- a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;
- b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:
 - a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
 - a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e
 - a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.



ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.105.290/0001-64 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/08/1976</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE CAPITAL DE COMUNIC RADIO CAP BRAS TV CAP BRASILIA</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO</div>	<div>NÚMERO 3939</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 01.407-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JD PAULISTA</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>	<div>UF SP</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/03/2023 às 08:27:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001358)

SEI53115.007741/2023-95 / pg. 14



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23030241412-47

Data e hora da emissão 08/03/2023 08:43:20

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbf-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001338)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 15

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.105.290/0001-64
Razão Social: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Endereço: AV NOVE JULHO 3939 / JD PAULISTA / SAO PAULO / SP / 01488-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/03/2023 a 30/03/2023

Certificação Número: 2023030100431839654810

Informação obtida em 08/03/2023 08:35:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf

<https://mforeg-autenticadocri-caixa.gov.br/camara-legis/1a9c134c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001358)

SEI53115.007741/2023-95 / pg. 16



1 8 4 5 3 1 5 2 3 1 S A 5 W 9 j W u

CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Nome: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA

Certidão nº 257171 / 2023

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante, **CONSTAM**, até 07/03/2023, as ações trabalhistas em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima:

Processos localizados contendo raiz de CNPJ idêntico ao fornecido pelo requerente

10017242420225020049

Não foram localizados processos contendo o nome idêntico ao fornecido pelo requerente, para os quais não houve o cadastro do CNPJ.

Total de Processos: 1

IMPORTANTE

a. A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à





1 8 4 5 3 1 5 2 3 1 S A 5 W 9 j W u

verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;

b. A informação do nº do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;

c. Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agência ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;

d. Certidão emitida gratuitamente.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001334)

SLF53115.00774/2023-95 / pg. 19



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGPC/DP/INSTITUTO FÉLIX PACHECO

R. GERAL
06585843-3

NOME
JOSE CELIO LOPES

NOME DO PAI
CELIO LOPES DE LIMA

NOME DA MÃE
ADELINA DE LOURDES RIBEIRO DE LIMA

DATA NASC
10/05/1964

EMIÇÃO
20/05/1982

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

NATURALIDADE
MINAS GERAIS

OS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

Foto

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Portador

Jose Celio Lopes

LUIZ GONZAGA DE CARVALHO - DIRETOR

Série C



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 20

Anexo (10001354)

SEI 53115.007741/2023-95

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 993020016026 DATA DE 7/7/1993
 NOME JOSE ROBERTO MAUZER
 FILHO JOSE MAUZER FILHO E SUZANA LUCI
 NARDO MAUZER
 NATURALIDADE
 SAO PAULO-SP
 DOB DO DECUENTERT CASAM 31054 L 105 F
 177 SAO PAULO/SP
 DATA DE NASCIMENTO 24/9/1964
 ASSINATURA DO DECUENTERT
 LEI N° 7116 DE 2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEAPÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

FOTOGRAFIA

IMPRESÃO DIGITAL

C/C

NASCIMENTO 24.09.64

INSCRIÇÃO NO CPF 052.807.248-07

CONTRIBUINTE JCSE ROBERTO MAUZER

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FZ NDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
 C.A.D.A.S.T.R.O DE PESSOAS FISICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 21

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **052.807.248-07**

Nome: **JOSE ROBERTO MAUZER**

Data de Nascimento: **24/09/1964**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:28:54** do dia **22/08/2022** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **AD45.38BB.2387.9CAB**



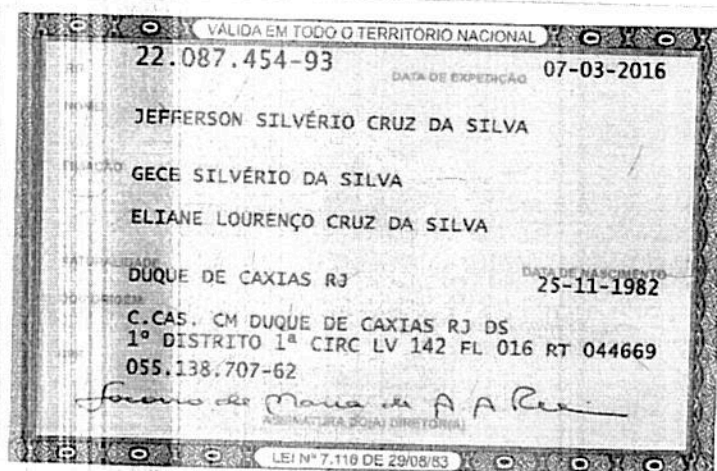
Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e> / pg. 22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 23

Anexo (10001354)

SLF53195.00774/2023-95

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL

DGPTC/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FELIX PACHECO





[Signature]

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 03273367-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/03/95

NOME JOÃO MENDES DE JESUS

FILIAÇÃO ALEXANDRE MENDES DE JESUS

NATURALIDADE MIRTES BISPO DOS SANTOS

BAHIA DATA DE NASCIMENTO 27/01/1953

DOC ORIGEM C.GASM LIV BE 52 FLS 119

TERM 27473 C 11 RIO DE JANEIRO RJ

CPF 329705447/68 PASEP.10078247664

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0012-2VIA

100

FPAC-FPA3

22º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIO WILHAMI DE OLIVEIRA

Matriz. Rua Senador Dantas, 39 - Centro - RJ - Tel: 2544-0277

22º OFÍCIO DE NOTAS

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Cod: 079EDA1DF34C04 (CAMILA)

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2013.

LUCIO MAURO S DOS SANTOS - SUBST. DO TABELIA

Serventia : 4.10
36% TJ+FLUNDOS : 1.46
Total : 5.56



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 24

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
4320100980-9	92.810.340/0001-04	14/03/1957	12/03/1957
Endereço Completo:			
AVENIDA MAUA 2011 SALA: 701; - BAIRRO CENTRO HISTORICO CEP 90030-080 - PORTO ALEGRE/RS			
Objeto Social:			
DIVULGACAO DE PROGRAMAS DE CARATER EDUCATIVO, CULTURAL E RECREATIVO, PROMOVENDO, AO MESMO TEMPO, A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA SUPORTACAO DOS ENCARGOS DA EMPRESA E A SUA NECESSARIA EXPANSAO.			
Capital Social:	R\$ 10.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZ MIL REAIS		NÃO	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 10.000,00	(Lei Complementar nº123/06)	
DEZ MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Término, Mandato	Participação
125.261.088-29	ADILSON HIGINO DA SILVA	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
055.138.707-62	JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	xxxxxxx	R\$ xxxxxx
329.705.447-68	JOAO MENDES DE JESUS	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
787.343.477-04	JOSE CELIO LOPES	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
052.807.248-07	JOSE ROBERTO MAUSER	xxxxxxx	R\$ 4.000,00
Status: CADASTRADA		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 20/12/2022		Número: 8612264	
Ato 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
Nire	CNPJ	Endereço	
NADA MAIS#			

Porto Alegre, 07 de Março de 2023 09:27


JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C230000229271 e visualize a certidão)



23/070.536-7

Empresa: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA		Folha: 1	
CNPJ: 92.810.340/0001-04			
Período: 01/01 a 31/12			
Demonstração do Resultado do Exercício			
		2022	2021
Receitas Brutas			
Total:		1.372.375,53 C	1.230.929,68 C
(-) Deduções			
Total:		70.677,37 D	63.392,88 D
= Receita Líquida		1.301.698,16 C	1.167.536,80 C
(-) Custos			
Total:		571.032,55 D	416.559,48 D
= Lucro Bruto		730.665,61 C	750.977,32 C
(-) Despesas Administrativas			
Total:		0,00	485,04 D
(-) Despesas Financeiras			
Total:		3.532,56 D	7.009,29 D
(-) Despesas Gerais			
Total:		1.110.263,41 D	815.047,81 D
(-) Despesas Tributárias			
Total:		24.120,76 D	9.678,59 D
(-) Outras Despesas Operacionais			
Total:		2.316,34 D	21.746,04 D
(+) Receitas Financeiras			
Total:		64.452,32 C	63.578,15 C
(+) Outras Receitas Operacionais			
Total:		272.657,38 D	256.958,11 C
= Prejuízo Operacional		617.772,52 D	217.546,81 C
(+) Outras Receitas			
Total:		205.161,30 C	199.752,41 C
(-) Outras Despesas			
Total:		201,26 D	0,00
= Prejuízo Líquido antes C.S.		412.812,48 D	417.299,22 C
(-) Contribuição Social			
Total:		0,00	12.838,39 D
= Prejuízo Líquido antes I.R.		412.812,48 D	404.460,83 C
(-) Imposto de Renda			
Total:		0,00	21.397,34 D
= Prejuízo		412.812,48 D	383.063,49 C
= Prejuízo Líquido do Período		412.812,48 D	383.063,49 C
PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2022.			
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762		WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850	
Assinado de forma digital por JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762 Dados: 2023.03.09 11:34:47 -03'00'		Assinado de forma digital por WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850 Dados: 2023.03.08 19:25:02 -03'00'	
DIRETOR		Contador	
JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA		WILLIAM CORREIA DA SILVA	
CPF: 055.138.707-62		CT CRC: 1SP242474/O-9	
WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI			
Te: (11)2391-6934			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo (10001356)

SEI53115.007741/2023-95 / pg. 26

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

CNPJ: CNPJ: 92.810.340/0001-04

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Título	Capital Realizado Atualizado			Reservas de Capital			Reservas de Avaliação		Reserva de Lucros Detalhados Abaixo	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Subscrito	A Realizar	Correção Monetária	Ágio na Subscrição	Ações em Tesouraria	Subvenção Investimento	De Ativos Próprios	De Ativos Controladores			
Saldo em 31/12/2021	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13	4.605.224,49	10.388.318,62
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de ações próprias com reserva de ágio na subscrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixa de ações próprias adquiridas com ágio na subscrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenções - Incentivo Fiscal IR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição reserva de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixa de reserva de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão e transferência de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(56.000,00)	(56.000,00)
Aumento de capital com reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(412.812,48)	(412.812,48)
Destinação do prejuízo líquido:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2022	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13	4.136.412,01	9.919.506,14

RESERVA DE LUCROS

Legal

Estatutária

Lucros a Realizar

Reserva de Contingência

Retenção p/ Expansão

Totais

Saldo em 31/12/2021	5.773.094,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13
Reversão para lucros acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Destinação de parte do prejuízo líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2022	5.773.094,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2022.

JEFFERSON SILVERIO
CRUZ DA
SILVA:05513870762

Assinado de forma digital por
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762
Dados: 2023.03.09 11:33:27 -03'00'

WILLIAM CORREIA DA
SILVA:21404423850

Assinado de forma digital por
WILLIAM CORREIA DA
SILVA:21404423850
Dados: 2023.03.08 19:19:32 -03'00'

DIRETOR

JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA
CPF: 055.138.707-62

Contador

WILLIAM CORREIA DA SILVA
CT CRC: 1SP242474/O-9

WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI

Telefone: (11)2391-6934



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10661337)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 27

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Empresa:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA		Folha: 1
CNPJ:	92.810.340/0001-04		
Período:	01/01 a 31/12		
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC			
	2022	2021	
Modo Indireto			
Fluxo de Caixa Originados de:	Valores em R\$		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício/ período	412.812,48 C	383.063,49 D	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	205.332,07 D	4.837,74 D	
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00 C	0,00 C	
Equivalência patrimonial	0,00 C	0,00 C	
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	0,00 C	0,00 C	
Redução Variações nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber	61.085,64 C	12.980,80 C	
Redução Impostos a recuperar / compensar	10.205,45 D	2.198,82 C	
Aumento em Adiantamentos	24.671,73 D	58.276,25 C	
Redução em Contas a receber a Longo Prazo	34.011,25 C	20.999,63 C	
Aumento em Investimentos a Longo Prazo	272.985,92 D	0,00 C	
Redução em Investimentos a Longo Prazo	0,00 C	235.261,09 C	
Redução em Fornecedores	5.087,30 C	0,00 C	
Aumento em Fornecedores	0,00 C	2.432,41 D	
Aumento em Impostos e contribuições a recolher	1.987,47 D	3.319,18 D	
Redução em Salarios e encargos sociais	2.479,38 C	0,00 C	
Aumento em Salarios e encargos sociais	0,00 C	664,71 D	
Redução em Provisões	5.908,30 C	3.398,25 C	
Redução em Fornecedores a Longo Prazo	0,00 C	7.178,80 C	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais:	6.201,71 C	0,00 C	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:	0,00 C	54.023,89 D	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Compras de imobilizado	0,00 C	0,00 C	
Aquisição de ações/cotas	0,00 C	0,00 C	
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00 C	0,00 C	
Juros recebidos de contratos de mútuo	0,00 C	0,00 C	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos:	0,00 C	0,00 C	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	0,00 C	0,00 C	
Pagamentos de lucros dividendos	0,00 C	0,00 C	
Empréstimos tomados	0,00 C	0,00 C	
Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00 C	0,00 C	
Juros recebidos de empréstimos	0,00 C	0,00 C	
Juros pagos por empréstimos	0,00 C	0,00 C	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:	0,00 C	0,00 C	
REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	6.201,71 C	0,00 D	
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	0,00 C	54.023,89 D	
No início do período	351.168,46 D	297.144,57 D	
No final do período	344.966,75 D	351.168,46 D	

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2022.

JEFFERSON SILVERIO CRUZ
DA SILVA:05513870762

Assinado de forma digital por JEFFERSON
SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762
Dados: 2023.03.09 11:32:03 -03'00'

WILLIAM CORREIA DA
SILVA:21404423850

Assinado de forma digital por WILLIAM
CORREIA DA SILVA:21404423850
Dados: 2023.03.08 19:35:28 -03'00'

DIRETOR

JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA
CPF: 055.138.707-62

CONTADOR

WILLIAM CORREIA DA SILVA
CT CRC: 1SP242474/O-9



ILTORIA EMPRESARIAL EIRELI

1)2391-6934

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Balanco Patrimonial

<i>ATIVO</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>	<i>PASSIVO</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
ATIVO CIRCULANTE	798.580,55	811.598,78	PASSIVO CIRCULANTE	86.503,84	75.016,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	344.966,75	351.168,46	FORNECEDORES NACIONAIS	34.297,30	31.560,39
*CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	992,68	671,40	*FORNECEDORES PRODUTOS	5.573,66	866,65
*BANCOS CONTA MOVIMENTO	343.974,07	350.497,06	*FORNECEDORES NACIONAIS DE	28.723,64	30.693,74
CRÉDITOS	179.066,44	117.980,80	FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.350,39	0,00
*CLIENTES	179.066,44	117.980,80	*FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.350,39	0,00
ADIANTAMENTOS	79.339,81	137.036,52	OUTRAS TRABALHISTAS E	9.830,18	7.350,80
*ADIANTAMENTOS DIVERSOS	79.339,81	137.036,52	*OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	1.171,55	101,19
IMPOSTOS A RECUPERAR	63.359,51	76.061,73	*OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	8.658,63	7.249,61
*IMPOSTOS FEDERAIS A RECUPERAR	63.359,51	76.061,73	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.787,47	9.774,94
IMPOSTOS A COMPENSAR	130.715,33	127.694,67	*OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS GERAIS	7.787,47	6.644,80
*IMPOSTOS FEDERAIS A COMPENSAR	124.163,32	121.359,13	*OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS FEDERAIS	0,00	3.130,14
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A COMPENSAR	3.482,83	3.482,83	PROVISÕES	32.238,50	26.330,20
*IMPOSTOS SALDO NEGATIVO	3.069,18	2.852,71	*PROVISÕES TRABALHISTAS	32.238,50	26.330,20
DESPESAS A APROPRIAR	1.132,71	1.656,60	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.919.506,14	10.388.318,62
*DESPESAS ANTECIPADAS	1.132,71	1.656,60	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.207.429,43	9.651.736,17	*CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	10.000,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	231.519,89	197.508,64	RESERVAS	5.773.094,13	5.773.094,13
*VALORES REALIZAVEIS A LONGO	231.519,89	197.508,64	*RESERVA DE LUCROS	5.773.094,13	5.773.094,13
INVESTIMENTOS	8.886.070,62	9.159.056,54	LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADOS	4.136.412,01	4.605.224,49
*PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	8.886.070,62	9.159.056,54	*LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADOS	4.136.412,01	4.605.224,49
IMOBILIZADO	89.838,92	230.815,08	*		
*BENS E DIREITOS EM USO	847.136,17	844.954,02	*		
*(-) DEPRECIações E AMORTIZ.	(757.297,25)	(614.138,94)	*		
INTANGÍVEL	0,00	64.355,91	*		
*BENS INTANGÍVEIS	111.861,96	111.861,96	*		
*(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(111.861,96)	(47.506,05)	*		
TOTAL DO ATIVO:	10.006.009,98	10.463.334,95	TOTAL DO PASSIVO:	10.006.009,98	10.463.334,95

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2022.

JEFFERSON SILVERIO CRUZ
DA SILVA:05513870762

Assinado de forma digital por JEFFERSON
SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762
Dados: 2023.03.09 11:39:08 -03'00'

WILLIAM CORREIA DA
SILVA:21404423850

Assinado de forma digital por WILLIAM
CORREIA DA SILVA:21404423850
Dados: 2023.03.07 15:33:55 -03'00'

DIRETOR

JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA
CPF: 055.138.707-62

Contador

WILLIAM CORREIA DA SILVA
CT CRC: 1SP242474/O-9

WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI

Telefone: (11)2391-6934



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo (10001350)

CEP33115-007/41/2023-95 / pg. 29

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:30:35 do dia 28/02/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir](#)[Voltar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://www.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

https://mdeleg-autenticadadigital.sistema.fazenda.gov.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo (10001300)

SEI53115:007741/2023-95 / pg. 30



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA *****
CNPJ 92.810.340/0001-04*****

Porto Alegre, 02 de março de 2023, às 16h12min



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR

RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA

02/03/2023 16h12min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte

número verificador: 0001453285427



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001361)

SEI33115.007741/2023-95 / pg. 32



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.810.340/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/10/1966
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV MAUA	NÚMERO 2.011	COMPLEMENTO SALA 701
------------------------------	------------------------	--------------------------------

CEP 90.030-080	BAIRRO/DISTRITO CENTRO HISTORICO	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
--------------------------	--	----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO DP@EACONTY.COM.BR	TELEFONE (51) 3022-8170
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/03/2023** às **09:56:15** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001362)

SEI53115.007741/2023-95 / pg. 33

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**

CNPJ base: **92.810.340/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **28 dias do mês de FEVEREIRO do ano de 2023**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 28/4/2023.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **23121670**

Autenticação: **33217062**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL POSITIVA DE DÉBITOS, COM EFEITO DE NEGATIVA

Esta certidão é válida até: **30/03/2023**

Nome: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado, somente constam débitos não vencidos, vencidos com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN) ou com garantia por penhora em processos de execução fiscal, lançados até 22 de fevereiro de 2023.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Certidão emitida em 28/02/2023 às 16:23:48, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 04/2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 92.810.340/0001-04** e o código de autenticidade **9DEBA8412064**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10801364)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 35

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:19:47 do dia 28/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/08/2023.

Código de controle da certidão: **0DA1.2A4B.F7A3.8275**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001366)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 36

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:30:35 do dia 28/02/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir](#)[Voltar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://www.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

<https://mefleg-autenticadocadassinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001366)

SEI53115:007741/2023-95 / pg. 37

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 92.810.340/0001-04
Razão Social: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Endereço: RUA SILVEIRO 1321 / MORRO SANTA TEREZA / PORTO ALEGRE / RS / 90850-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/02/2023 a 22/03/2023

Certificação Número: 2023022102403337073101

Informação obtida em 02/03/2023 10:10:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticadocri-caixa.gov.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001367)

SEI53115.007741/2023-95 / pg. 38

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Certidão nº: 9071003/2023

Expedição: 02/03/2023, às 10:25:17

Validade: 29/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **92.810.340/0001-04**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo (10001368)

SEI53115.007741/2023-95 / pg. 39

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Protocolar documento junto ao MCOM v7
por Cidadão

Status
Em Andamento

Código
030.227

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
22/03/2023

Protocolo Digital

Número da Solicitação
264359.0030012/2023

CPF
779.041.099-72

Nome
ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

E-mail
ELIANEALOLIVEIRA@GMAIL.COM

Sexo
Feminino

Data de nascimento
13/07/1970

País de nacionalidade
Brasil

Data de envio da solicitação
22/03/2023

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
30227_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante
Pessoa Jurídica

Procuração
(_ 2022.08.01 - RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA -
PROCURAÇÃO TÉCNICA.pdf

CNPJ
92.810.340/0001-04

Razão Social
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

E-mail
turagravatai@lntelecomunicacoes.com.br



Documentação Necessária

Tipo de Documento	Requerimento
Selecionar Documento	REQUERIMENTO TRANSFERENCIA DIRETA - RAD. CULT. GRAVATAI - RAD. METROPOLITANA UNIVERSITARIA (002) (3) (6).pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior

NÃO

Documentos Complementares (Preenchimento Opcional)

Descrição do documento	DOCUMENTOS DIVERSOS - RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Selecionar Documento	DOCUMENTOS DIVERSOS - RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA.pdf

Descrição do documento	DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO - ENVOLVIDOS
Selecionar Documento	DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO - ENVOLVIDOS.pdf

Descrição do documento	a - Certidão Simplificada- Radio Cultura Gravatai
Selecionar Documento	a - Certidão Simplificada- Radio Cultura Gravatai.pdf

Descrição do documento	c - 01_DRE_2022_ASSINADO_RD_GRAVATAI
Selecionar Documento	c - 01_DRE_2022_ASSINADO_RD_GRAVATAI.pdf

Descrição do documento	c - 02_DMPL_2022_RD_GRAVATAI_ASSINADO
Selecionar Documento	c - 02_DMPL_2022_RD_GRAVATAI_ASSINADO.pdf

Descrição do documento	c - 03_DFC_2022_RD_GRAVATAI_v1_ASSINADO
Selecionar Documento	c - 03_DFC_2022_RD_GRAVATAI_v1_ASSINADO.pdf

Descrição do documento	c -01_BALANCO_PATRIMONIAL_2022_ASSINADO_RD_GRAVATAI
Selecionar Documento	c -01_BALANCO_PATRIMONIAL_2022_ASSINADO_RD_GRAVATAI.pdf

Descrição do documento	Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí
Selecionar Documento	Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí.pdf

Descrição do documento	d - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA - fal ng
Selecionar Documento	d - RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA - fal ng.pdf



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Descrição do documento e - CNPJ - RADIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA
Selecionar Documento e - CNPJ - RADIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.pdf

Descrição do documento f - CND FISCAL - ESTADUAL - CULTURA DE GRAVATAI
Selecionar Documento f - CND FISCAL - ESTADUAL - CULTURA DE GRAVATAI.pdf

Descrição do documento f - CND FISCAL - MUNICIPAL - CULTURA DE GRAVATAI
Selecionar Documento f - CND FISCAL - MUNICIPAL - CULTURA DE GRAVATAI.pdf

Descrição do documento f - CND FISCAL - NACIONAL - CULTURA DE GRAVATAÍ
Selecionar Documento f - CND FISCAL - NACIONAL - CULTURA DE GRAVATAÍ.pdf

Descrição do documento g - Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí
Selecionar Documento g - Certidão Fistel Rádio Cultura de Gravataí.pdf

Descrição do documento h - Prova de Regularidade Relativa a Seguridade Social e ao
Selecionar Documento h - Prova de Regularidade Relativa a Seguridade Social e ao FGTS.pdf

Descrição do documento i - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a
Selecionar Documento i - Prova de inexistencia de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.pdf

Informações Complementares (Preenchimento Opcional)

Informações Complementares
TRANSFERÊNCIA DIRETA - RADIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	RS	Município:	Porto Alegre		
	Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
	DIGITAL RADIODIFUSAO LTDA	Porto Alegre	13/07/2008	13/07/2018	
	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Porto Alegre	24/06/1985		
	FUNDACAO PASTORAL INTER MIRIFICA	Porto Alegre	30/09/1988	30/09/1998	
	NORTE SUL RADIODIFUSAO LTDA	Porto Alegre	19/03/2005	19/03/2015	
	RADIO ATLANTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA	Porto Alegre			
	RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	Porto Alegre	06/07/2007	06/07/2017	
	RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA	Porto Alegre	05/12/2004		
	RADIO GUAIBA LTDA	Porto Alegre	09/08/1986	09/08/1996	
	RADIO ITAPEMA FM DE PORTO ALEGRE LTDA	Porto Alegre			
	RADIO PIONEIRA STEREO LTDA	Porto Alegre			
	RADIO PORTO ALEGRE FM LTDA	Porto Alegre	27/09/1988	27/09/1998	
	RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	Porto Alegre	01/05/1994	01/05/2004	

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa** Data: **15/09/2022** Hora: **15:37:41**

Registro 1 até 12 de 12 registros

Página: [1] [Ir] [] [Reg] []

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo validade da Outorga - SRD (11142867)

SEI 93119-007741/2023-95 / pg. 43



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
NOTA TÉCNICA Nº 17174/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA.

INVIABILIDADE. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. PROCESSO DE RENOVAÇÃO EM INSTRUÇÃO. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.

SUMÁRIO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, na localidade de Porto Alegre/RS.

ANÁLISE

2. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

3. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

4. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91, art. 93 e art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação (grifo nosso).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 17174 (17174841)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 44

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q”](#)



[do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#) (grifo nosso)

5. No que diz respeito aos limites de outorga, estes serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em desrespeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, tem-se que é inviável, por ora, a anuência da transferência direta da outorga conferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, haja vista a previsão constante no art. 4, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017. **É que o prazo da permissão do serviço de radiodifusão está expirado desde 2004 (SUPER 11142367), e o Processo Administrativo nº 53000.066448/2013-85, que trata da renovação da outorga, ainda se encontra em fase de instrução.**

7. Ressalta-se, ademais, que o requerimento de transferência direta foi protocolado em 23 de março de 2023, ou seja, quando a outorga já se encontrava em caráter precário (SUPER 10801352).

8. Em outras palavras, isto significa dizer que, por força legal, o prosseguimento do pleito está momentaneamente prejudicado, enquanto não houver a conclusão da instrução do respectivo processo administrativo de renovação da outorga. Concluída a instrução processual da renovação, as pessoas jurídicas poderão colacionar manifestação, no sentido de solicitar ao Poder Público a continuidade da tramitação destes autos, apresentando, para tanto, toda a documentação prevista na legislação que rege os serviços de radiodifusão.

9. Desde logo, deve-se advertir a pessoa jurídica identificada como cessionária na operação de transferência direta que, caso o pedido objeto destes autos seja deferido antes da deliberação do Congresso Nacional quanto à renovação (ou não) da outorga, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, conforme art. 4, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017.

10. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica entende que a medida mais recomendável no momento é o arquivamento provisório destes autos.

CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, opina-se pelo(a):

- a) **arquivamento provisório** destes autos, porquanto a outorga conferida à pessoa jurídica identificada como cedente, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, encontra-se em caráter precário, não tendo sido concluída, até o momento, a instrução do respectivo processo administrativo de renovação;
- b) **expedição de notificação** endereçada às pessoas jurídicas requerentes, para conhecimento desta manifestação; e
- c) encaminhamento dos autos à **COATO_MCOM_DOC** para adoção das providências acima indicadas (arquivamento).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 17/174 (14/11/2023)

SEI 95113-00774/2023-95 / pg. 46

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 02/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 02/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 17:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11141841** e o código CRC **275BB367**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 11141841



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 17174 (11141841)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 47

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29425/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64)
Avenida Nove de Julho, nº 3.939, Jardim Paulista.
CEP: 01.407-000 São Paulo/SP

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA. INVIABILIDADE. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. PROCESSO DE RENOVAÇÃO EM INSTRUÇÃO. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica n.º 17174/2023/SEI-MCOM para conhecimento da decisão proferida por esta Pasta Ministerial.
2. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 17:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11142351** e o código CRC **A0973C12**.

Anexos:

- Nota Técnica 17174 (11141841)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 11142351



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 29425 (11142351)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 48

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29426/2023/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04)
Avenida Mauá, nº 2.011, sala 701, Centro.
CEP: 90.030-080 Porto Alegre/RS
(e-mail de contato informado: radioculturagravatai@lmtelecomunicacoes.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA. INVIABILIDADE. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. PROCESSO DE RENOVAÇÃO EM INSTRUÇÃO. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica n.º 17174/2023/SEI-MCOM para conhecimento da decisão proferida por esta Pasta Ministerial.
2. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 17:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11142355** e o código CRC **5C2D3AE2**.

Anexos:

- Nota Técnica 17174 (11141841)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 11142355



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 29426 (11142355)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 49

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de Envio:

03/10/2023 09:44:51

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

diego.almeida@ipda.com.br
celsofonsecakrc2021@gmail.com
larubio53@gmail.com
karina.mendes@ipda.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA. INVIABILIDADE. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. PROCESSO DE RENOVAÇÃO EM INSTRUÇÃO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11141841.html
Oficio_11142351.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

03/10/2023 09:46:21

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br
DP@EACONTY.COM.BR
eoliveira@mpoadvogados.com.br
mdantas@mpoadvogados.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA. INVIABILIDADE. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. PROCESSO DE RENOVAÇÃO EM INSTRUÇÃO. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

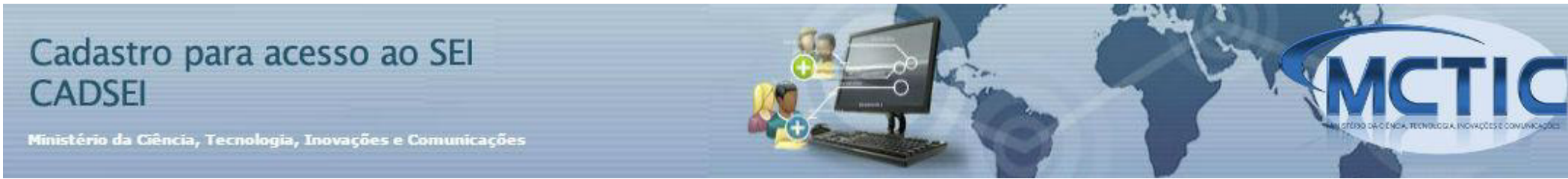
Anexos:

Nota_Tecnica_11141841.html
Oficio_11142355.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório

Consultar

Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

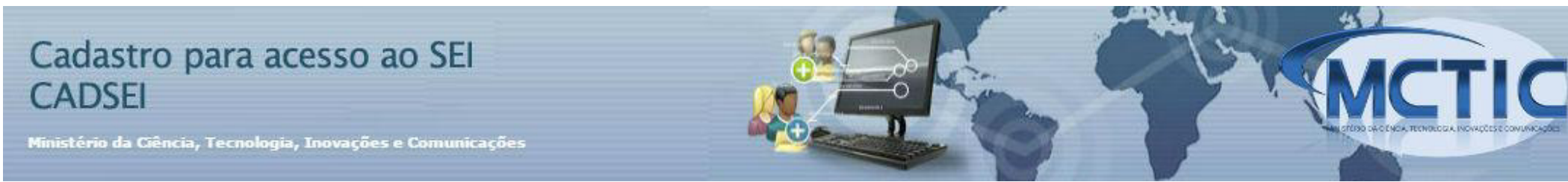
CNPJ:

48.105.290/0001-64

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	diego.almeida@ipda.com.br, celsofonsecakrc2021@gmail.com, larubio53@gmail.com, karina.mendes@ipda.com.br, ritafarias@emcprojetos.com.br
<div>10 ▾</div> <div></div> <div></div> <div>1 / 1</div> <div></div> <div></div>		



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	DP@EACONTY.COM.BR, radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br, eoliveira@mpoadvogados.com.br, mdantas@mpoadvogados.com.br
10 ▾ 1 / 1		

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.895, DE 10 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.066448/2013-85, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ITAÍ LTDA., posteriormente transferida à RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.105.290/0001-64, número de inscrição no FISTEL nº 03008007112, a partir de 1º de maio de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-12.895-de-10-de-abril-de-2024-556510971

Publicação Portaria nº 12895 (11512334)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 54

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Ministério das Comunicações
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
Processo nº 53115.007741/2023-95
Ofício nº 29426/2023-MCOM
Nota Técnica nº 17174/2023/SEI-MCOM
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO COMERCIAL
CEDENTE: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA
CESSIONÁRIA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede na Avenida Mauá nº 2011 – Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP nº 90.030-080, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.810.340/0001-04, por sua representante abaixo assinada, vem perante Vossa Senhoria, requerer que se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, o presente pedido de prosseguimento do processo de **transferência direta de outorga de rádio comercial**, referente ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Porto Alegre/RS, pelos fatos e motivos expostos a seguir:

Conforme a nota técnica referenciada e anexa (**Doc. 1**) foi decidido por este Ministério o arquivamento provisório do presente processo de transferência direta entre as emissoras Cedente - Rádio Universitária Metropolitana Ltda e a Cessionária Rádio Cultura de Gravataí Ltda.

Consta no item 6 de tal documento que a inviabilidade da anuência da transferência direta decorreu da outorga conferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda estar expirada desde o ano de 2004 e o processo administrativo nº **53000.066448/2013-85**, de renovação de outorga da mesma emissora estar em fase de



instrução. Acrescentou ainda que o requerimento de transferência direta foi protocolado quanto a outorga já sem encontrava em caráter precário.

Entretanto, conforme nota técnica anexa nº 17590/2024/SEI-MCOM, assinada eletronicamente no dia 11.10.2024 (**Doc. 2**), ao tratar do processo de renovação de outorga da emissora, assim constou no seu item 12:

*12. No tocante ao período de **2014-2024**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 11 de novembro de 2013, gerando o protocolo nº **53000.066448/2013-85**. Por meio da Portaria nº 12.895, de 10 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2024, a permissão outorgada à interessada foi renovada por novo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014. Na sequência, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por meio da Exposição de Motivos nº 00389/2024. No entanto, o decênio venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.*

De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que "Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente" (SEI 11915884).

*Pela análise dos autos, observa-se que, em **2 de abril de 2024**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2024-2034** (SEI 11452935 - Págs. 3-4). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2024.*

Nos itens 26 e 27 a presente nota técnica ainda esclareceu:



26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2024, com validade até 1º de maio de 2034 (SEI 11915881 -Págs. 1 e 6).

E nos demais itens assim concluiu:

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11915884).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na formo do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.



Portanto, diante de tudo que foi exposto e provado, inexistente motivação para manutenção do arquivamento temporário, motivo pelo qual a Rádio Cultura de Gravataí, solicita o desarquivamento do processo e prosseguimento da transferência direta.

E para a devida continuidade do processo, a Emissora apresenta os documentos anexos, abaixo relacionados, conforme as exigências do artigo 93 do Decreto nº 52.795/1963:

I – Requerimento de transferência de concessão e permissão, preenchido e assinado pelas entidades cedente e cessionária (Doc 3)

Quanto à entidade Cedente:

- (a) Prova de inscrição no CNPJ;
- (b) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (c) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (e) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho;

Quanto à entidade Cessionária:

- (f) Certidão simplificada emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- (g) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigente da Concessionária;
- (h) Balanço patrimonial do último exercício social;
- (i) Certidão negativa de falência;
- (j) Prova de inscrição no CNPJ;

ep



(l) Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da Concessionária;

(m) Prova de recolhimento dos recursos do Fistel;

(n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho;

Importante esclarecer que a declaração exigida pela norma quanto às condições financeiras, situação dos sócios e dirigentes consta no requerimento anexado **(Doc. 3)**.

Permanecemos à disposição, caso sejam necessários documentos adicionais para a instrução do processo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, RS, 06 de novembro de 2024.

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ.

Eliane A. Leme Oliveira
Procuradora





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Petição Resp. Cr. 23420 - Cult. de Cravata (119/8886) - 02153115.007741/2023-95 / pg. 60

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 17174/2023/SEI-MCOM**PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95****INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).****ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA. INVIABILIDADE. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. PROCESSO DE RENOVAÇÃO EM INSTRUÇÃO. ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.****SUMÁRIO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, na localidade de Porto Alegre/RS.

ANÁLISE

2. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

3. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

4. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91, art. 93 e art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://mdantas.OneDrive - MPO Advogados/Área de Trabalho/DR_AFONSO/2024.11.06/CULT DE GRAVATAI/1 Nota Tecnica 17174.202...

Nota Técnica - 1 (1154882) - SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 61

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação (*grifo nosso*).

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida. (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017) (grifo nosso)

5. No que diz respeito aos limites de outorga, estes serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em desrespeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, tem-se que é inviável, por ora, a anuência da transferência direta da outorga conferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, haja vista a previsão constante no art. 4, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017. **É que o prazo da permissão do serviço de radiodifusão está expirado desde 2004 (SUPER 11142367), e o Processo Administrativo nº 53000.066448/2013-85, que trata da renovação da outorga, ainda se encontra em fase de instrução.**

7. Ressalta-se, ademais, que o requerimento de transferência direta foi protocolado em 23 de março de 2023, ou seja, quando a outorga já se encontrava em caráter precário (SUPER 10801352).

8. Em outras palavras, isto significa dizer que, por força legal, o prosseguimento do pleito está momentaneamente prejudicado, enquanto não houver a conclusão da instrução do respectivo processo administrativo de renovação da outorga. Concluída a instrução processual da renovação, as pessoas jurídicas poderão colacionar manifestação, no sentido de solicitar ao Poder Público a continuidade da tramitação destes autos, apresentando, para tanto, toda a documentação prevista na legislação que rege os serviços de radiodifusão.

9. Desde logo, deve-se advertir a pessoa jurídica identificada como cessionária na operação de transferência direta que, caso o pedido objeto destes autos seja deferido antes da deliberação do Congresso Nacional quanto à renovação (ou não) da outorga, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, conforme art. 4, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017.

10. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica entende que a medida mais recomendável no momento é o arquivamento provisório destes autos.

CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, opina-se pelo(a):

- a) **arquivamento provisório** destes autos, porquanto a outorga conferida à pessoa jurídica identificada como cedente, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, encontra-se em caráter



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mdantas/OneDrive - MPO Advogados/Área de Trabalho/DR. AFONSO/2024.11.06/CULT DE GRAVATAI/1 Nota Técnica 17174.202...

Nota Técnica - 1 (1154882) - SEI 53115.007741/2023-957 pg. 63

precário, não tendo sido concluída, até o momento, a instrução do respectivo processo administrativo de renovação;

b) **expedição de notificação** endereçada às pessoas jurídicas requerentes, para conhecimento desta manifestação; e

c) encaminhamento dos autos à **COATO_MCOM_DOC** para adoção das providências acima indicadas (arquivamento).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 02/10/2023, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 02/10/2023, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2023, às 17:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11141841** e o código CRC **275BB367**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 11141841



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mdantas/OneDrive - MPO Advogados/Área de Trabalho/DR. AFONSO/2024.11.06/CULT DE GRAVATAI/1 Nota Tecnica 17174.202...
<https://mcomleg-autenticacao-eletronica.camara-leg.br/leg/53115-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica - 1 (1154882) - SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 64



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 17590/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.009499/2024-75

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Universitária Metropolitana Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 48.105.290/0001-64**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03008007112**, referente ao período de 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica - 2 (11578883)

SEI 53115.009499/2023-95 / pg. 65

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originariamente à Rádio Itaip Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953 (SEI 11913188 - Pág. 2). Posteriormente, a outorga foi transferida à Rádio e Televisão Universitária Metropolitana Ltda, por meio da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de fevereiro de 1981 (SEI 11913188 - Págs. 4-5). Por meio da cisão da pessoa jurídica, conforme a 11ª Alteração Contratual protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, a razão social da permissionária foi alterada para **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** (SEI 11917318).



acordo com a Portaria nº 2.083, de 16 de dezembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 1997, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994.** O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 48, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2003 (SEI 11913188 - Págs. 1-2).

8. Concernente ao período de **2004-2014**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 19 de dezembro de 2003, gerando o protocolo nº 53000.045588/2003-48, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2003 e 1º de fevereiro de 2004. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. No tocante ao período de **2014-2024**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 11 de novembro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.066448/2013-85. Por meio da Portaria nº 12.895, de 10 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2024, a permissão outorgada à interessada foi renovada por novo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014. Na sequência, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por meio da Exposição de Motivos nº 00389/2024. No entanto, o decênio venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.

13. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11915884).

Pela análise dos autos, observa-se que, em **2 de abril de 2024**, a pessoa jurídica ora
sada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4d8e-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica - 2 (11915884)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 67



fa9cf31c-7885-4d8e-b451-bc20a71cdc1e

continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2024-2034** (SEI 11452935 - Págs. 3-4). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2024.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11537504). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11537504).

18. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 9 de outubro de 2024 (SEI 11915881 - Págs. 7-10).

19. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, administrador Márcio Tomio Morizono não compõe o quadro de outra pessoa jurídica que explora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica - 2 (11478883)

SEI 53115307741/2023-95 / pg. 68

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

serviço de radiodifusão. Já o sócio Yoshimi Marizono participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito nacional, na localidade de São Paulo/SP.

20. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11915881 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11538077).

21. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11537504).

22. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11913040).

23. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que "*a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63*", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

24. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)



§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

25. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica - 2 (11/4/8883)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 70

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2024, com validade até 1º de maio de 2034 (SEI 11915881 - Págs. 1 e 6).

28. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "positiva com efeito de negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de outubro de 2024 (SEI 11915881 - Pág. 11). Logo, não há débitos exigíveis decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11915881 - Págs. 12-15). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SEI 11915884).

CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

31. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos autos.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

comprovantes de publicação do(s) ato(s).

33. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2024, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 11/10/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11915886** e o código CRC **5DF0A17B**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11916000)
- Minuta de Exposição de Motivos (11916002)

Referência: Processo nº 53115.009499/2024-75

Documento nº 11915886



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica - 2 (11915886)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 72

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:	RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA		
CNPJ:	48.105.290/0001-64		
Endereço da sede:	Avenida Nove de Julho, n.º 3.939, Jardim Paulista, CEP, São Paulo/SP		
CEP da sede:	01407—000		
E-mail de contato:			
Serviço executado:	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	<input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
Localidade de execução do serviço:	Porto Alegre	UF:	RS
Número do Fistel:	03008007112	Canal:	263

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
Yoshimi Morizono	29.700	R\$ 29.700,00
Marcio Tomio Morizono	300	R\$ 300,00

NOME	CARGO	CPF
Marcio Tomio Morizono	Socio Administrador	088.725.158-74



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadefassinatura.camara.gov.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Eu, Marcio Tomio Morizono , inscrito no CPF sob o nº 088.725.158-74 , na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente) acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste formulário.

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2023

MARCIO TOMIO

MORIZONO:08872515874

Assinado de forma digital por MARCIO
TOMIO MORIZONO:08872515874
Dados: 2023.03.13 12:51:52 -03'00'

RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA

Marcio Tomio Morizono



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadefassinatura.camara.gov.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Endereço da sede:	Avenida Mauá, n. ° 2.011 — Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS
CEP da sede:	90.030-080
E-mail de contato:	radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
José Célio Lopes	2.000	2.000,00
Adilson Higino da Silva	2.000	2.000,00
José Roberto Mauzer	4.000	4.000,00
João Mendes de Jesus	2.000	2.000,00

NOME	CARGO	CPF
Jefferson Silvério Cruz da Silva	Diretor	055.138.707-62

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) A pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- (b) Nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) Nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) A pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) A pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da constituição;
- (f) A pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso i do art. 1º da lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2023

JEFFERSON SILVERIO CRUZ
DA SILVA:05513870762

Assinado de forma digital por JEFFERSON
SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762
Dados: 2023.03.08 17:00:45 -03'00'

RADIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

Jefferson Silvério Cruz da Silva

De acordo.



**ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES
(CEDENTE E CESSIONÁRIA)**

<i>NOME</i>	<i>ASSINATURA</i>
José Célio Lopes	JOSE CELIO LOPES:78734347704 <small>Assinado de forma digital por JOSE CELIO LOPES:78734347704 Dados: 2023.03.08 16:32:18 -03'00'</small>
Adilson Higino da Silva	ADILSON HIGINO DA SILVA:12526108829 <small>Assinado de forma digital por ADILSON HIGINO DA SILVA:12526108829 Dados: 2023.03.22 17:14:41 -03'00'</small>
José Roberto Mauzer	JOSE ROBERTO MAUZER:05280724807 <small>Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MAUZER:05280724807 Dados: 2023.03.22 17:16:11 -03'00'</small>
João Mendes de Jesus	JOAO MENDES DE JESUS:32970544768 <small>Assinado de forma digital por JOAO MENDES DE JESUS:32970544768 Dados: 2023.03.16 14:42:42 -03'00'</small>
Jefferson Silvério Cruz da Silva	JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762 <small>Assinado de forma digital por JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762 Dados: 2023.03.08 17:01:31 -03'00'</small>
Yoshimi Morizono	YOSHIMI MORIZONO:25501623820 <small>Assinado de forma digital por YOSHIMI MORIZONO:25501623820 Dados: 2023.03.13 16:00:36 -03'00'</small>
Marcio Tomio Morizono	MARCIO TOMIO MORIZONO:08872515874 <small>Assinado de forma digital por MARCIO TOMIO MORIZONO:08872515874 Dados: 2023.03.13 12:53:04 -03'00'</small>

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS À
CEDENTE**

- (a) prova de inscrição no CNPJ;
- (b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;
- (c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- (e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.



RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA	(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER	Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u>



PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE

a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*nome da sócia da entidade*), de que:

b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Se constituída sob a forma de **Sociedade Anônima**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;

b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;

c) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;



c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes



do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

- a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;
- b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:
 - a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
 - a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e
 - a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.



ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.





Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 25/11/2024 11:52:43 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.17

Versão do software(Validador de Documentos): 3.0.0rc12

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: 3_REQUERIMENTO_TRANSFERENCIA_DIRETA___RAD._CULT._GRAVA
___RAD._METROP_UNIVERSITARIA.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

03b4aa500d836c267af1e9d19cc6a21b8d3ed2afc774930615032186bbbe7e7f

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 9

Quantidade de assinaturas ancoradas: 9

CN=JOSE CELIO LOPES:***343477**,
OU=14121957000109, OU=Videoconferencia, OU=AR
VALID CD, OU=AC VALID RFB V5, OU=RFB e-CPF A1,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=JOSE CELIO LOPES:***343477**, OU=14121957000109,
OU=Videoconferencia, OU=AR VALID CD, OU=AC VALID RFB V5,
OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.343.477-**



Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 08/03/2023 16:32:18 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=JOSE CELIO LOPES:78734347704,
OU=14121957000109, OU=Videoconferencia, OU=AR
VALID CD, OU=AC VALID RFB V5, OU=RFB e-CPF A1,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 01/11/2022 13:43:33 BRT

Aprovado até: 01/11/2023 13:43:33 BRT

Expirado (LCR): true



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/05/2017 15:06:38 BRT

Aprovado até: 20/02/2029 15:06:38 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 85

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:***138707**,
OU=PRESENCIAL, OU=10871091000194, OU=AC
SERASA RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:***138707**,
OU=PRESENCIAL, OU=10871091000194, OU=AC SERASA RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.138.707-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 08/03/2023 17:00:45 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762, OU=PRESENCIAL,
OU=10871091000194, OU=AC SERASA RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 03/03/2023 10:14:00 BRT

Aprovado até: 02/03/2026 10:13:59 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 19/10/2016 16:11:56 BRST

Aprovado até: 02/02/2029 15:11:56 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db6-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 88

fa9cf31c-7885-4db6-b451-bc20a71cdc1e

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 89

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:***138707**,
OU=PRESENCIAL, OU=10871091000194, OU=AC
SERASA RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 90

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Assinante: CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:***138707**,
OU=PRESENCIAL, OU=10871091000194, OU=AC SERASA RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.138.707-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 08/03/2023 17:01:31 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762, OU=PRESENCIAL,
OU=10871091000194, OU=AC SERASA RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de emissão: 03/03/2023 10:14:00 BRT

Aprovado até: 02/03/2026 10:13:59 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 19/10/2016 16:11:56 BRST

Aprovado até: 02/02/2029 15:11:56 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 92

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=MARCIO TOMIO MORIZONO:***725158**,
OU=14121957000109, OU=Presencial, OU=AR VALID CD,
OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=MARCIO TOMIO MORIZONO:***725158**,
OU=14121957000109, OU=Presencial, OU=AR VALID CD,
OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.725.158-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 13/03/2023 12:51:52 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=MARCIO TOMIO MORIZONO:08872515874,
OU=14121957000109, OU=Presencial, OU=AR VALID CD,
OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 12/07/2022 15:46:07 BRT

Aprovado até: 12/07/2023 15:46:07 BRT

Expirado (LCR): true

CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de emissão: 05/05/2017 15:06:38 BRT

Aprovado até: 20/02/2029 15:06:38 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 96

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=MARCIO TOMIO MORIZONO:***725158**,
OU=14121957000109, OU=Presencial, OU=AR VALID CD,
OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 97

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Assinante: CN=MARCIO TOMIO MORIZONO:***725158**,
OU=14121957000109, OU=Presencial, OU=AR VALID CD,
OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.725.158-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 13/03/2023 12:53:04 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=MARCIO TOMIO MORIZONO:08872515874,
OU=14121957000109, OU=Presencial, OU=AR VALID CD,
OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 98

fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 12/07/2022 15:46:07 BRT

Aprovado até: 12/07/2023 15:46:07 BRT

Expirado (LCR): true

CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/05/2017 15:06:38 BRT

Aprovado até: 20/02/2029 15:06:38 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 99

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 100

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=YOSHIMI MORIZONO:***016238**, OU=(em branco),
OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=24407466000174, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=YOSHIMI MORIZONO:***016238**, OU=(em branco), OU=RFB
e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=24407466000174, OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.016.238-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Revoked

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 13/03/2023 16:00:36 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 101

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=YOSHIMI MORIZONO:25501623820, OU=(em branco),
OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=24407466000174, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 09/02/2022 08:24:37 BRT

Aprovado até: 08/02/2025 08:24:37 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 102

fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 08/12/2016 15:44:03 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:44:03 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 103

fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=JOAO MENDES DE JESUS:***705447**,
OU=PRESENCIAL, OU=31522005000108, OU=AC
SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001010202301,
O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 104

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Assinante: CN=JOAO MENDES DE JESUS:***705447**, OU=PRESENCIAL, OU=31522005000108, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001010202301, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.705.447-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 16/03/2023 14:42:42 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=JOAO MENDES DE JESUS:32970544768, OU=PRESENCIAL, OU=31522005000108, OU=AC SERASA RFB v5, OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=000001010202301, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Data de emissão: 22/04/2021 12:00:00 BRT

Aprovado até: 22/04/2023 12:00:00 BRT

Expirado (LCR): true

CN=AC SERASA RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 19/10/2016 16:11:56 BRST

Aprovado até: 02/02/2029 15:11:56 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 106

fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 107

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=ADILSON HIGINO DA SILVA.***261088**,
OU=23329000000135, OU=(EM BRANCO), OU=RFB
e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=ADILSON HIGINO DA SILVA.***261088**,
OU=23329000000135, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil,
C=BR

CPF: ***.261.088-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 22/03/2023 17:14:41 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=ADILSON HIGINO DA SILVA:12526108829,
OU=23329000000135, OU=(EM BRANCO), OU=RFB
e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 31/07/2020 15:19:05 BRT

Aprovado até: 31/07/2023 15:19:05 BRT

Expirado (LCR): true

CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 109

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 08/12/2016 15:44:03 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:44:03 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 110

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=JOSE ROBERTO MAUZER:***807248**,
OU=25449435000149, OU=Videoconferencia, OU=AR
CARDS, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db0-b451-bc20a71cdc1e>

Annexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 111

fa9cf31c-7885-4db0-b451-bc20a71cdc1e

Assinante: CN=JOSE ROBERTO MAUZER:***807248**, OU=25449435000149, OU=Videoconferencia, OU=AR CARDS, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.807.248-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Indeterminada

Caminho de certificação: Expired

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 22/03/2023 17:16:11 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=JOSE ROBERTO MAUZER:05280724807,
OU=25449435000149, OU=Videoconferencia, OU=AR
CARDS, OU=VALID, OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Annexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI 95115.007741/2023-95 / pg. 112

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 13/04/2022 21:53:50 BRT

Aprovado até: 13/04/2023 21:53:50 BRT

Expirado (LCR): true

CN=AC VALID RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/05/2017 15:06:38 BRT

Aprovado até: 20/02/2029 15:06:38 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 113

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 114

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

ANEXO Certificação de assinaturas digitais (12067621)

SEI-95115.007741/2023-95 / pg. 115

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.105.290/0001-64 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/08/1976</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE CAPITAL DE COMUNIC RADIO CAP BRAS TV CAP BRASILIA</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO</div>	<div>NÚMERO 3939</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 01.407-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JD PAULISTA</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>
<div>UF SP</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 3251-1067</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/10/2024 às 16:27:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://portalleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

CNPJ Radio Universitaria Metropolitana - a (11978865)

SEI 93115.007741/2023-95 / pg. 116

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
CNPJ: 48.105.290/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:16:38 do dia 22/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/02/2025.

Código de controle da certidão: **2CD4.84B2.D62E.DDBC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Universitaria Metropolitana - B (11978888)

SEI 99115.007741/2023-95 / pg. 117

fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 24101304102-87

Data e hora da emissão 30/10/2024 17:00:32

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Prova Universitária Metropolitana - P.U. (119/8887)

CEL 35115.007741/2023-95 / pg. 118



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:46:32 do dia 30/10/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=48105290000164

Certidão Positiva Universitaria Metropolitana - C (11978888) - 3E193115.007741/2023-95 / pg. 119

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.105.290/0001-64
Razão Social: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Endereço: AV NOVE JULHO 3939 / JD PAULISTA / SAO PAULO / SP / 01488-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/10/2024 a 29/11/2024

Certificação Número: 2024103107070376155108

Informação obtida em 05/11/2024 14:18:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

SLF33113:007741/2023-95 / pg. 120

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Certidão nº: 75418963/2024

Expedição: 30/10/2024, às 18:04:58

Validade: 28/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.105.290/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Negativa Trabalhista nº (11976696)

SEI 93119-007741/2023-95 / pg. 121

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Certidão Específica

O Secretário-Geral da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, a requerimento, conforme protocolo de número **24/374.566-4**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 4320100980-9, CNPJ 92.810.340/0001-04, ATIVA, com sede na AVENIDA MAUA, 2011, SALA: 701;, BAIRRO CENTRO HISTORICO, PORTO ALEGRE/RS, com dados que em resumo a seguir se especificam:



Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	14/03/1957	43201009809	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	07/03/1963	144067	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	11/06/1970	257058	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	17/06/1971	286628	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	23/01/1979	43700018858	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	17/07/1979	43700029611	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	11/12/1989	1006602	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	04/07/1990	1030662	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	26/10/1995	1455048	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	08/08/1997	1636272	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	30/03/2000	1928567	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	28/07/2000	1960390	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	20/03/2003	2230791	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	08/03/2004	2363363	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	04/01/2005	2533251	X
ALTERACAO - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	12/12/2005	2654807	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	28/03/2006	2687417	X
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	20/10/2006	2758380	X
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	20/10/2006	2758381	X
AVERBACAO DE NOMEACAO DE ADMINISTRADOR	31/01/2007	2794431	X
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	31/01/2007	2794432	X
PROCURACAO (QUANDO ARQUIVADA INDIVIDUALMENTE) - PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)	31/01/2007	2794435	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	25/04/2007	2821382	X
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	20/06/2007	2841672	X



Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
PROCURACAO (QUANDO ARQUIVADA INDIVIDUALMENTE) - PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)	20/06/2007	2841675	X
AVERBACAO DE NOMEACAO DE ADMINISTRADOR	21/06/2007	2841690	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	26/12/2007	2922552	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	06/01/2009	3078392	X
PROCURACAO (QUANDO ARQUIVADA INDIVIDUALMENTE)	04/12/2009	3227662	X
ALTERACAO - RE-RATIFICACAO	18/10/2010	3372648	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	03/05/2011	3456913	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	24/02/2012	3592456	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	28/11/2012	3724438	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	13/02/2014	3911622	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	24/03/2014	3926026	X
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	19/02/2015	4067444	X
ALTERACAO - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	20/01/2016	4223511	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	17/01/2018	4582362	02/12/2017
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	14/05/2021	7689807	09/12/2020
ALTERACAO - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR	26/05/2021	7706883	15/02/2021
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	20/12/2022	8612264	23/11/2022
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	23/12/2023	9497007	07/12/2023
ALTERACAO - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR	04/09/2024	10526670	05/08/2024

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Nada mais.

Porto Alegre, 10 de Outubro de 2024.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/camara-legislativa/7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Dr. Sr. Adilson Higinio da Silva

SEI 33113.007741/2023-95 / pg. 126



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 0095-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

42593448

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 17.982.290-1 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/07/2016

NOME JOSÉ ROBERTO MAUZER

FILIAÇÃO JOSÉ MAUZER FILHO
SUZANA LUCINARO MAUZER

NATURALIDADE S. PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 24/09/1964

DOC ORIGEM SANTO ANDRÉ - SP PRIMEIRO SUBDISTRITO CC:LV.B105/FLS.177 / Nº31054

CPF 052807248/07

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 127

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 0095-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

B524-078884

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS DREO & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 22.933.435-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/AGO/2009

NOME WAGNER NEGRÃO GARCIA

FILIAÇÃO LUIZ GARCIA VENUTO

E VALDECIRA NEGRÃO GARCIA

NATURALIDADE GARÇA -SP DATA DE NASCIMENTO 19/SET/1968

DOC. ORIGEM MARILIA-SP

MARILIA

CC:LV.B055/FLS.0016/N.016216

CPE 127239538/31

01 Delegado Divisionário de Polícia IIRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS DREO & SONS



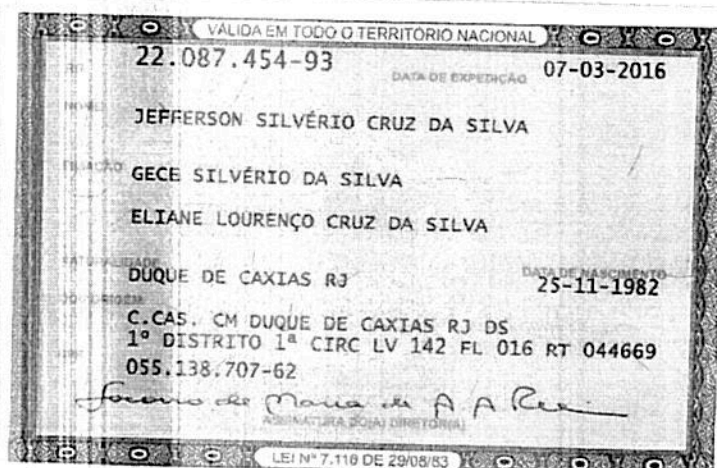
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

RG D. Negrão - g.2 (14076894)

SEI 55115-007741/2023-95 / pg. 128

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Dr. Jefferson - g.5 (14/7/8895)

SEI 35119.007741/2023-95 / pg. 129

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Período: 01/01 a 31/12

Balanco Patrimonial

<i>ATIVO</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>	<i>PASSIVO</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>
ATIVO CIRCULANTE	554.996,83	798.580,55	PASSIVO CIRCULANTE	80.053,23	86.503,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	102.463,36	344.966,75	FORNECEDORES NACIONAIS	35.137,23	34.297,30
*CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	691,23	992,68	*FORNECEDORES PRODUTOS	10.006,15	5.573,66
*BANCOS CONTA MOVIMENTO	101.772,13	343.974,07	*FORNECEDORES NACIONAIS DE	24.833,49	28.723,64
			*ADIANTAMENTOS	297,59	0,00
CRÉDITOS	190.918,17	179.066,44			
*CLIENTES	190.918,17	179.066,44	FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.350,39	2.350,39
			*FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.350,39	2.350,39
ADIANTAMENTOS	70.705,89	79.339,81			
*ADIANTAMENTOS DIVERSOS	70.705,89	79.339,81	OUTRAS TRABALHISTAS E	7.611,97	9.830,18
			*OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	681,70	1.171,55
IMPOSTOS A RECUPERAR	74.166,85	63.359,51	*OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	6.930,27	8.658,63
*IMPOSTOS FEDERAIS A RECUPERAR	74.162,01	63.359,51			
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A RECUPERAR	4,84	0,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.903,33	7.787,47
			*OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS GERAIS	6.903,33	7.787,47
IMPOSTOS A COMPENSAR	115.389,32	130.715,33			
*IMPOSTOS FEDERAIS A COMPENSAR	108.600,10	124.163,32	PROVISÕES	28.050,31	32.238,50
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A COMPENSAR	3.482,83	3.482,83			
*IMPOSTOS SALDO NEGATIVO	3.306,39	3.069,18	*PROVISÕES TRABALHISTAS	28.050,31	32.238,50
DESPESAS A APROPRIAR	1.353,24	1.132,71	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.856.695,30	9.919.506,14
*DESPESAS ANTECIPADAS	1.353,24	1.132,71			
			CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.381.751,70	9.207.429,43	*CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	10.000,00
			CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	244.831,67	231.519,89			
*VALORES REALIZÁVEIS A LONGO	244.831,67	231.519,89	RESERVAS	5.773.094,13	5.773.094,13
			*RESERVA DE LUCROS	5.773.094,13	5.773.094,13
INVESTIMENTOS	8.809.931,93	8.886.070,62	RESERVA LEGAL	9.187,46	9.187,46
*PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	8.809.931,93	8.886.070,62	RESERVA DE LUCROS	5.755.626,06	5.755.626,06
			CM ESPECIAL LEI 8200	8.280,61	8.280,61
IMOBILIZADO	326.988,10	89.838,92			
*BENS E DIREITOS EM USO	1.112.183,37	847.136,17	LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADOS	4.073.601,17	4.136.412,01
*(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZ.	(785.195,27)	(757.297,25)	*LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADOS	4.073.601,17	4.136.412,01
			LUC/PREJ ACUMULADO EXER.	4.136.412,01	4.549.224,49
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(62.810,84)	(412.812,48)
*BENS INTANGÍVEIS	111.861,96	111.861,96	*		
*(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(111.861,96)	(111.861,96)	*		
			*		
TOTAL DO ATIVO:	9.936.748,53	10.006.009,98	TOTAL DO PASSIVO:	9.936.748,53	10.006.009,98

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2023.

WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI

Telefone: (11)2391-6934



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Balanco Cultura de Gravatai - 11/19/2023

SEI 33715-007741/2023-95 / pg. 130

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Balço Patrimonial	
<div><div>gov.br</div><div>Documento assinado digitalmente</div><div>JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA</div><div>Data: 04/06/2024 15:58:34-0300</div><div>Verifique em https://validar.iti.gov.br</div></div>	<div><div>Assinado de forma digital por WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850</div><div>Dados: 2024.06.04 17:06:47 -03'00'</div></div> <div><div>WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850</div><div>CONTADOR</div><div>WILLIAM CORREIA DA SILVA</div><div>CT CRC: 1SP242474/O-9</div></div>
<div>DIRETOR</div> <div>JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA</div> <div>CPF: 055.138.707-62</div>	

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Guia de Boas Práticas

Assinatura Eletrônica e Certificação Digital



Evite erros e lentidão ao validar seus documentos.

CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS



Submeta agora mesmo seu documento ao serviço oficial de validação de assinaturas eletrônicas do governo e descubra online, e instantaneamente, o status de assinaturas eletrônicas ICP-Brasil, GOV.BR ou provenientes de acordos internacionais de reconhecimento mútuo para atender às suas necessidades de segurança e confiabilidade.

Você também pode baixar o aplicativo VALIDAR QR CODE, em Android ou iOS, para validar documentos e certificados de atributo acessíveis por QR Code. Tudo nos termos da Portaria ITI N° 22 de 28 de setembro de 2023.

É importante ressaltar que nenhuma informação ou arquivo são armazenados nos ambientes operacionais do ITI. Os resultados da validação limitam-se exclusivamente a identificar o titular do certificado digital utilizado e confirmar se o documento assinado não sofreu nenhuma adulteração após a assinatura.

QR Code: Só serão submetidos QR Codes de documentos assinados
URL: Ex: <https://www.mypdf.com>"

 Ler QR Code

 Escolher Arquivo

Arquivo escolhido: **h._Balanco_Radio_Cultura_Gravatai.pdf**

 Colar URL

☐ Assinatura Destacada

☒ Concordo com os [termos de uso e política de privacidade](#).

 Validar



Aviso

Você submeteu um documento sem assinatura reconhecível ou com assinatura corrompida.

OK

[Saiba o que fazer](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



[iti.gov.br](https://www.iti.gov.br)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Validar GOV - Balanço (12068435)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg 132

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Empresa: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA		Página: 1
CNPJ: 92.810.340/0001-04		
Período: 01/01 a 31/12		
Demonstração do Resultado do Exercício		
	2023	2022
Receitas Brutas		
Total:	1.350.331,58 C	1.372.375,53 C
(-) Deduções		
Total:	69.542,11 D	70.677,37 D
= Receita Líquida	1.280.789,47 C	1.301.698,16 C
(-) Custos		
Total:	575.814,66 D	571.032,55 D
= Lucro Bruto	704.974,81 C	730.665,61 C
(-) Despesas Financeiras		
Total:	2.363,39 D	3.532,56 D
(-) Despesas Tributárias		
Total:	25.915,36 D	24.120,76 D
(+) Receitas Financeiras		
Total:	58.716,33 C	64.452,32 C
(-) Despesas Gerais		
Total:	891.563,30 D	1.110.263,41 D
(-) Outras Despesas Operacionais		
Total:	0,00	2.316,34 D
(+) Outras Receitas Operacionais		
Total:	76.138,69 D	272.657,38 D
= Prejuízo Operacional	232.289,60 D	617.772,52 D
(+) Receitas não Operacionais		
Total:	172.169,96 C	205.161,30 C
(-) Despesas não Operacionais		
Total:	0,00	201,26 D
= Prejuízo Líquido antes C.S.	60.119,64 D	412.812,48 D
(-) Contribuição Social		
Total:	1.009,20 D	0,00
= Prejuízo Líquido antes I.R.	61.128,84 D	412.812,48 D
(-) Imposto de Renda		
Total:	1.682,00 D	0,00
= Prejuízo	62.810,84 D	412.812,48 D
PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2023.		
<div>Documento assinado digitalmente</div> <div>JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA</div> <div>Data: 04/06/2024 16:02:35-0300</div> <div>Verifique em https://validar.iti.gov.br</div>		
<div>WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850</div> <div>Assinado de forma digital por WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850</div> <div>Dados: 2024.06.04 17:07:54 -03'00'</div>		
DIRETOR	CONTADOR	
JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA	WILLIAM CORREIA DA SILVA	
CPF: 055.138.707-62	CT CRC: 1SP242474/O-9	
WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI		
Fone: (11)2391-6934		
		
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.		
https://infoleg-aplicacaode-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e		



Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 25/11/2024 15:03:40 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.17

Versão do software(Validador de Documentos): 3.0.0rc12

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: h_1_DRE_2023__2022.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

e08916fb143066baf551a172a46b3b732e282b3a75ed6067be110cbef6d57e22

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 2

Quantidade de assinaturas ancoradas: 2

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

Informações da assinatura

Assinante: CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

CPF: ***.138.707-**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Inexor Validação - Demonstrações contábeis (12000412) 5E193115.007741/2023-95 / pg. 134

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 04/06/2024 16:02:35 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 15/12/2023 17:04:45 BRT

Aprovado até: 14/12/2024 17:04:45 BRT

Expirado (LCR): false



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Inexo Validar/COV - Demonstrações contábeis (12000412) - SLE133115.007741/2023-95 / pg. 135

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 17/06/2020 17:50:27 BRT

Aprovado até: 09/06/2033 09:00:47 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Inexo Validação - Demonstrações contábeis (12000412) 52133115.007741/2023-95 / pg. 136

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

Nome do atributo: IdSigningTime

Corretude: Valid

CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:***044238**,
OU=videoconferencia, OU=17365088000148, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:***044238**,
OU=videoconferencia, OU=17365088000148, OU=(EM BRANCO),
OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.044.238-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 04/06/2024 17:07:54 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e>

Inexor Validação - Demonstrações contábeis (12000412) SLF33115.007741/2023-95 / pg. 137

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e

CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850,
OU=videoconferencia, OU=17365088000148, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SAFEWEB RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/05/2024 14:23:33 BRT

Aprovado até: 02/05/2025 14:23:33 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC SAFEWEB RFB v5, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 31/01/2018 15:12:26 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:12:26 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db0-b451-bc20a71cdc1e>

Inexo Validação - Demonstrações Contábeis (12000412) 52133115.007741/2023-95 / pg. 138

fa9cf31c-7885-4db0-b451-bc20a71cdc1e

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e>

Inexo Valida/COV - Demonstrações contábeis (12000412) - SLE133115.007741/2023-95 / pg. 139

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db0-b451-bc20a71cdc1e>

Inexo Validação - Demonstrações Contábeis (12000412) SLE133115.007741/2023-95 / pg. 140

fa9cf31c-7885-4db0-b451-bc20a71cdc1e



30/10/2024

0081225196

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6214535**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 29/10/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RADIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA, CNPJ: 92.810.340/0001-04, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 30 de outubro de 2024.

PEDIDO Nº:**0081225196**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Negativa Falência - 4 (11976638)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 141



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.810.340/0001-04 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 28/10/1966</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV MAUA</div>	<div>NÚMERO 2.011</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 701</div>
<div>CEP 90.030-080</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO HISTORICO</div>	<div>MUNICÍPIO PORTO ALEGRE</div>
<div>UF RS</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GRAVATAI-RS.FI@REDEALELUIA.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (51) 3019-7276</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/10/2024 às 16:31:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:47:51 do dia 30/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/04/2025.

Código de controle da certidão: **9FA5.7665.754B.D41C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Negativa Federal - 4 (11978900)

SLI-53115:007741/2023-95 / pg. 143

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**

CNPJ base: **92.810.340/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **30 dias do mês de OUTUBRO do ano de 2024**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 28/12/2024.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **31277554**
Autenticação: **41598704**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Negativa Estadual - RP (11578501)

SEI 33119-007741/2023-95 / pg. 144

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **28/01/2025**

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 25 de outubro de 2024.

Certidão emitida em 30/10/2024 às 17:32:39, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 92.810.340/0001-04** e o código de autenticidade **5C84E9068411**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Negativa Municipal - 1.2 (11978902)

SEI 39119.007741/2023-95 / pg. 145

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:50:33 do dia 30/10/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=92810340000104](https://sistemas.anatel.gov.br/boleto/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJCPF=92810340000104)

Certidão Positiva - Cultura de Gravatai - In (11/9/8305)

SEI 55115.007741/2023-95 / pg. 146

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 92.810.340/0001-04
Razão Social: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Endereço: RUA SILVEIRO 1321 / MORRO SANTA TEREZA / PORTO ALEGRE / RS / 90850-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/10/2024 a 20/11/2024

Certificação Número: 2024102220310588273047

Informação obtida em 05/11/2024 14:28:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Certidão FGTS - Rádio Cultura de Gravataí - RJ (11978504)

32155115.007741/2023-95 / pg. 147

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Certidão nº: 75417977/2024

Expedição: 30/10/2024, às 18:02:55

Validade: 28/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **92.810.340/0001-04**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.jus.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Negativa Trabalhista - 0 (11978305)

SEI 93115-007741/2023-95 / pg. 148

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971**

Pessoa Jurídica Outorgante:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Responsavel Legal:	Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado:	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:	<ul style="list-style-type: none">• Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica• Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação• Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica• Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão• Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária• Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga• Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão
Validade:	Indeterminado
Abrangência:	Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica Simples;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11918971** e o código CRC **776E669B**.



Usuário Externo (signatário):

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Data e Horário:

06/11/2024 16:21:10

Tipo de Peticionamento:

Intercorrente

Número do Processo:

53115.007741/2023-95

Interessados:

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Resp OF 29426 - Cult. de Gravataí	11978880
- Nota Técnica - 1	11978882
- Nota Técnica - 2	11978883
- Requerimento Transferência Direta - 3	11978884
- CNPJ Universitária Metropolitana - a	11978885
- Certidão Universitária Metropolitana - b	11978886
- Prova Universitária Metropolitana - b.1	11978887
- Certidão Fistel Universitária Metropolitana - c	11978888
- Certidão FGTS - d	11978889
- Certidão Negativa Trabalhista - e	11978890
- Certidão Específica - f	11978891
- RG Sr. Adilson Higino - g	11978892
- RG Sr. Mauzer - g.1	11978893
- RG Sr. Negrão - g.2	11978894
- RG Sr. Jefferson - g.3	11978895
- Balanço Cultura de Gravataí - h	11978896
- Documento DRE - h.1	11978897
- Certidão Negativa Falencia - i	11978898
- CNPJ Cultura de Gravataí - j	11978899
- Certidão Negativa Federal - l	11978900
- Certidão Negativa Estadual - l.1	11978901
- Certidão Negativa Municipal - l.2	11978902
- Certidão Fistel - Cultura de Gravataí - m	11978903
- Certidão FGTS - Cultura de Gravataí - n	11978904
- Certidão Negativa Trabalhista - o	11978905
- Procuração Dra. Eliane	11978906

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/11/2024 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 14.898, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.009499/2024-75, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Itai Ltda., posteriormente transferida à RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.105.290/0001-64, número de inscrição no FISTEL nº 03008007112, a partir de 1º de maio de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. TRANSFERÊNCIA DIRETA. DESARQUIVAMENTO.

Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, na localidade de Porto Alegre/RS.

A última análise desta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu por meio da Nota Técnica nº 17174/2023/SEI-MCOM, que concluiu pelo arquivamento provisório dos autos, haja vista a previsão constante no art. 4, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017. É que o prazo da permissão do serviço de radiodifusão estava expirado à época.

1. Ocorre que foram publicadas a Portaria Mcom nº 12.895, de 10 de abril de 2024, que tratou da renovação de outorga para período de 2014-2024, e Portaria MCOM nº 14.898, de 16 de outubro de 2024, que versou sobre a renovação de outorga para período de 2024-2034 (Processos Administrativos nº 53000.066448/2013-85 e nº 53115.009499/2024-75), o que permite a continuidade da análise do pedido de transferência direta de outorga.

Sendo assim, fica desarquivado este processo administrativo, na forma regimental.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/11/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 12/11/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Despacho 11500680

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 153

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11980880** e o código CRC **A411F2A3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 11980880



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 154

Despacho 11980880

SEI 53115.007741/2023-95

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Estação

Número da Estação

9545883

Indicativo da Estação

ZYD562

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

01/01/1996

Data Último Licenciamento

24/09/2024

Número da Licença

53500.077012/2024-33

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
01250029600201999	4598	Portaria	MCTIC	09/09/2019

Histórico de Documentos Emitidos

+	Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Dat
x	664e44b6e			Ato	ORLE		04/
x		9999	40	Portaria	MC	11/01/1983	27/
x		9999	190483	Despacho	MC	19/04/1983	09/
x		9999	281284	Despacho	MC	28/12/1984	
x		9999	80485	Despacho	MC	08/04/1985	
x		9999	240	Portaria	MC	09/10/1985	18/
x		9999	165	Ofício	MC	04/04/1986	
x		9999	30889	Despacho	MC	03/08/1989	
x		9999	260989	Despacho	MC	26/09/1989	
x		9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989	
x		9999	270391	Despacho	MC	27/03/1991	
x		9999	100592	Despacho	MC	10/05/1992	
x		9999	1428	Portaria	MC	14/09/1993	22/
x		9999	2083	Portaria	MC	16/12/1996	31/
x		9999	1311	Portaria	MC	02/10/1997	08/
x		9999	3107	Despacho	MC	31/07/2001	
x		9999	310701	Despacho	MC	31/07/2001	
x		9999	48	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/
x		9999	184	Portaria	MC	18/05/2005	24/
		9999	56	Despacho	MC	01/04/2008	



Nº	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF	CPF
x		53000066448201	12895	Portaria	MC	10/04/2024	29/
x		53115009499202	14898	Portaria	MC	16/10/2024	07/

- ⬅ Fechar
- ➦ Enviar
- ➦ Validação



Dados da consulta | Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

Nº FISTEL: 03008007112

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48105290000164

Situação: Ativa

Data Validade: 01/05/2004

CADIN: Não

Incidência FUST:






Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral ☐ UF: SP

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1989	31/03/1989	13.122,61	28/04/1992	161.245,45	143.089,93	0001  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	1	1989	28/04/1992	13.122,61	28/04/1992	18.155,52	18.155,52	0002  Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	30/03/1990	9.659,28	9.659,28	0003  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	27/03/1991	13.597,02	0,00	0004  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1993	1.303.941,02	1.303.941,02	0005  Histórico do Lançamento		
					30/03/1994	55.056,40			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	30/03/1994	23.656,49	23.656,49	0006  Histórico do Lançamento		
					03/02/1995	162,59			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	03/02/1995	92,58	92,58	0007  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	31/03/1995	72,56	72,56	0008  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	13/03/1996	44,43	44,43	0009  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	0	1996	22/10/1996	284,57	22/10/1996	284,57	284,57	0010  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	31/03/1997	97,65	97,65	0011  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	1997	28/11/1997	565,05	28/11/1997	514,64	514,64	0012  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	1997	28/11/1997	514,64	28/11/1997	514,64	514,64	0013  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

8766 - TFI	0	1997	05/09/1997	195,31	05/09/1997	195,31	195,31	0014  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	0	1997	19/12/1997	195,31	19/12/1997	195,31	195,31	0015  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.300,00	31/03/1998	195,31	195,31	0016  Histórico do Lançamento		
					20/08/1998	2.704,69	2.104,69		Quitado	0,00
9999	0	1998	20/08/1998	R\$ 0,00	20/08/1998	600,00	932,46	0017  Histórico do Lançamento	Restituído	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.300,00	31/03/1999	2.300,00	2.300,00	0018  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	0019  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	02/04/2001	2.900,00	2.900,00	0020  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	01/04/2002	2.900,00	2.900,00	0021  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	31/03/2003	2.900,00	2.900,00	0022  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
5380	1	2003	13/08/2003	R\$ 13,42	24/07/2003	13,42	13,42	0023  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	30/03/2004	2.900,00	2.900,00	0024  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	31/03/2005	2.900,00	2.900,00	0025  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

Microsoft VBScript runtime error '800a000d'

Type mismatch: 'FormatNumber'

/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp,
line 1585



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.105.290/0001-64 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/08/1976</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE CAPITAL DE COMUNIC RADIO CAP BRAS TV CAP BRASILIA</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO</div>	<div>NÚMERO 3939</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 01.407-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JD PAULISTA</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>
<div>UF SP</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 3251-1067</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/11/2024 às 13:01:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certidão da cedente (12066256)

SEI 59113-007741/2023-95 / pg. 159

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
48.105.290/0001-64
NOME EMPRESARIAL:
RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
YOSHIMI MORIZONO
Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
MARCIO TOMIO MORIZONO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/11/2024 às 13:01 (data e hora de Brasília).



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA**

CNPJ: **48.105.290/0001-64**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:19:12 do dia 25/11/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certidão da cedente (12000256)

SEI-59113-007741/2023-95 / pg. 162

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.105.290/0001-64
Razão Social: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Endereço: AV NOVE JULHO 3939 / JD PAULISTA / SAO PAULO / SP / 01488-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/11/2024 a 18/12/2024

Certificação Número: 2024111901220376155182

Informação obtida em 25/11/2024 13:02:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo certidão da cedente (12060256)

SEI 59113-007741/2023-95 / pg. 163

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35200866094	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 25/03/1975	INÍCIO DAS ATIVIDADES 25/03/1975	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA			
C.N.P.J. 48.105.290/0001-64	ENDEREÇO AV NOVE DE JULHO			NÚMERO 3939	COMPLEMENTO		
BAIRRO JD PAULISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01407-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 30.000,00	

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

SÓCIO GERENTE							
NOME MARCIO TOMIO MORIZONO							
ENDEREÇO RUA PROFESSOR CARLOS REIS				NÚMERO 120	COMPLEMENTO		
BAIRRO PINHEIROS	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 05424-020	RG 14232047	
CPF 088.725.158-74	CARGO SÓCIO GERENTE					QUANTIDADE COTAS 300,00	

SÓCIO							
NOME YOSHIMI MORIZONO							
ENDEREÇO AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS				NÚMERO 490	COMPLEMENTO 3 A SALA 32		
BAIRRO PARAISO	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04004-041	RG 332387350	
CPF 255.016.238-20	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 29.700,00	

FILIAIS							
NIRE 12900006757		CNPJ 48.105.290/0005-98					
ENDEREÇO AVENIDA EPAMINONDAS JACOME				NÚMERO 3121	COMPLEMENTO		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP		

BASE		RIO BRANCO		AC	69900-028
NIRE 33999036511		CNPJ			
ENDEREÇO AV. VENEZUELA		NÚMERO 27	COMPLEMENTO 8 A G.815		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			UF RJ	CEP
NIRE 43999016852		CNPJ			
ENDEREÇO RUA SILVEIRO		NÚMERO 1321	COMPLEMENTO		
BAIRRO MORRO DE STA.TEREZA	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			UF RS	CEP

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 21/11/2023	NÚMERO 1.222.970/23-5	
INFORME COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO DE ACORDO COM A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI 4.117/62, ALTERADA PELA LEI 10.610/2002.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200866094 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 25/11/2024



documento assinado digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por MARINA CENTURION DARDANI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 252245701, segunda-feira, 25 de novembro de 2024 às 13:07:12.



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>92.810.340/0001-04</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>28/10/1966</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>RADIO CULTURA</div>		<div>PORTE</div> <div>DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>AV MAUA</div>	<div>NÚMERO</div> <div>2.011</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>SALA 701</div>
<div>CEP</div> <div>90.030-080</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CENTRO HISTORICO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>PORTO ALEGRE</div>
<div>UF</div> <div>RS</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> <div>GRAVATAI-RS.FI@REDEALELUIA.COM.BR</div>		<div>TELEFONE</div> <div>(51) 3019-7276</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>*****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>13/08/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/11/2024 às 12:46:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://info.leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12068518)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 166

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

92.810.340/0001-04

NOME EMPRESARIAL:

RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

ADILSON HIGINO DA SILVA

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

WAGNER NEGRAO GARCIA

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JOSE ROBERTO MAUZER

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

Qualificação:

25-Administrador



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certidos da cessionária (12068313)

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**

CNPJ: **92.810.340/0001-04**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:20:16 do dia 25/11/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/12/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12068518)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 168

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidads-assinatura.camara.deg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12066319)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 169

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 92.810.340/0001-04
Razão Social: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Endereço: RUA SILVEIRO 1321 / MORRO SANTA TEREZA / PORTO ALEGRE / RS / 90850-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/11/2024 a 09/12/2024

Certificação Número: 2024111003030588273076

Informação obtida em 25/11/2024 14:36:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://info.leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12068318)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 170

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
4320100980-9	92.810.340/0001-04	14/03/1957	12/03/1957
Endereço Completo:			
AVENIDA MAUA 2011 SALA: 701; - BAIRRO CENTRO HISTORICO CEP 90030-080 - PORTO ALEGRE/RS			
Objeto Social:			
DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE CARATER EDUCATIVO, CULTURAL E RECREATIVO, PROMOVENDO, AO MESMO TEMPO, A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA SUPORTAÇÃO DOS ENCARGOS DA EMPRESA E A SUA NECESSÁRIA EXPANSÃO.			
Capital Social:	R\$ 10.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZ MIL REAIS		NÃO	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 10.000,00	(Lei Complementar nº123/06)	
DEZ MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação
125.261.088-29	ADILSON HIGINO DA SILVA	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
055.138.707-62	JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	xxxxxxx	R\$ xxxxxxxx
329.705.447-68	JOAO MENDES DE JESUS	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
787.343.477-04	JOSE CELIO LOPES	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
052.807.248-07	JOSE ROBERTO MAUSER	xxxxxxx	R\$ 4.000,00
Status: CADASTRADA		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 20/12/2022		Número: 8612264	
Ato 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
Nire	CNPJ	Endereço	
NADA MAIS#			

Porto Alegre, 16 de Agosto de 2023 14:32

JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C230000818823 e visualize a certidão)



23/302.646-1

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 92.810.340/0001-04											
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
JADSON SANTOS EDINGTON	628.657.495-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	RS	Gravataí
JOAO MENDES DE JESUS	329.705.447-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
JORGE VIEIRA BISPO DOS SANTOS	146.176.685-00	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Gravataí
JOSE CELIO LOPES	787.343.477-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí

Usuário: 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

Data: 25/11/2024

Hora: 15:20:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infolegautenticadassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco Cessionaria (12066343)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 172

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:		CNPJ						
CNPJ:		92.810.340/0001-04						
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
93.213.353/0001-50	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	0,00	50,00	--	OM	RS	Esteio	Regional

Usuário: **04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**

Data: **25/11/2024**

Hora: **15:20:23**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticacao-assinatura/camara-leg-br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 787.343.477-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE CELIO LOPES	787.343.477-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO DIFUSAO E CULTURA LTDA	15.705.049/0001-17	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	BA	Feira de Santana
		RADIO DIFUSAO E CULTURA LTDA	15.705.049/0001-17	Sócio	6577	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Feira de Santana
		TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA	15.122.492/0001-65	Sócio	0	0,00%	0,00%	GTVD	--	BA	Salvador
		TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA	15.122.492/0001-65	Sócio	0	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Salvador
		TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA	15.122.492/0001-65	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA	15.122.492/0001-65	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	BA	Salvador
		RADIO RECORD DE FORTALEZA FM LTDA	06.876.544/0001-06	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	CE	Fortaleza
		RADIO CONTEMPORANEA LTDA	03.652.435/0001-09	Diretor (REPRESENTANTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Rio de Janeiro
		RADIO CONTEMPORANEA LTDA	03.652.435/0001-09	Diretor (REPRESENTANTE)	0	--	--	OM	Nacional	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

Data: 25/11/2024

Hora: 15:21:12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg-br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco Cessionaria (12066543)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 174

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		125.261.088-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SC	Florianópolis
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	SC	Florianópolis
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Santa Maria
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Pelotas
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Rio Grande
		RADIO CATEDRAL DE SOROCABA LTDA	05.302.072/0001-07	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Blumenau
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Blumenau
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araraquara
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araraquara

Usuário: 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

Data: 25/11/2024

Hora: 15:23:07



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco Cessionaria (12066543)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 175

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 052.807.248-07											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO MAUZER	<u>052.807.248-07</u>	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	<u>92.810.340/0001-04</u>	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	<u>92.810.340/0001-04</u>	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	<u>61.487.815/0001-31</u>	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Londrina
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	<u>61.487.815/0001-31</u>	Sócio	300	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Londrina
		TV CIDADE DE BAURU LTDA	<u>58.018.441/0001-09</u>	Sócio	250000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Bauru
		TV CIDADE DE BAURU LTDA	<u>58.018.441/0001-09</u>	Sócio	250000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Bauru

Usuário: -

Data: 25/11/2024

Hora: 15:27:33



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidade-assinatura/camara-leg-br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco Cessionária (12066543)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 176

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 329.705.447-68												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
JOAO MENDES DE JESUS	329.705.447-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí	
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí	

Usuário: 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva

Data: 25/11/2024

Hora: 15:24:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticacao-assinatura/camara-legis/br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		055.138.707-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	055.138.707-62	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Esteio

Usuário: 04293960155 - Rayane Cristina Nascimento da Silva**Data:** 25/11/2024**Hora:** 15:25:42

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-legis/br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Vinculações e Procurações Eletrônicas

Este relatório permite visualizar as Vinculações a Pessoas Jurídicas como Responsável Legal, Procurador Especial e Procurador Simples concedidas no âmbito do SEI.

Natureza do Vínculo:

CPF/CNPJ Outorgante:

48.105.290/0001-64

Nome/Razão Social Outorgante:

CPF Outorgado:

Nome Outorgado:

Tipo de Vínculo:

Tipo de Poder:

Natureza do Vínculo	CPF/CNPJ Outorgante	Nome/Razão Social Outorgante	CPF Outorgado	Nome Outorgado	Tipo de Vínculo	Tipo de Poder
Pessoa Jurídica	48.105.290/0001-64	RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	088.725.158-74	MARCIO TOMIO MORIZONO (E)	Responsável Legal	Todos os Poderes



fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e

Vinculações e Procurações Eletrônicas

Este relatório permite visualizar as Vinculações a Pessoas Jurídicas como Responsável Legal, Procurador Especial e Procurador Simples concedidas no âmbito do SEI.

Natureza do Vínculo:

CPF/CNPJ Outorgante:

Nome/Razão Social Outorgante:

92.810.340/0001-04

CPF Outorgado:

Nome Outorgado:

Tipo de Vínculo:

Tipo de Poder:

Listar

Natureza do Vínculo	CPF/CNPJ Outorgante	Nome/Razão Social Outorgante	CPF Outorgado	Nome Outorgado	Tipo de Vínculo	Tipo de Poder
Pessoa Jurídica	92.810.340/0001-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	055.138.707-62	Jefferson Silvério Cruz da Silva	Responsável Legal	◦ Todos os Pod
Pessoa Jurídica	92.810.340/0001-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	055.138.707-62	Jefferson Silvério Cruz da Silva	Responsável Legal	◦ Todos os Pod
Pessoa Jurídica	92.810.340/0001-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	779.041.099-72	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA (E)	Procurador Simples	• Receber, Cui Responder li Eletrônica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 20066/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda.** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda.**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

II - RELATIVO À RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.:

a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbf-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 20066 (12086336)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 181

fa9cf31c-7885-4dbf-b451-bc20a71cdc1e

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

b) Balanço patrimonial do último exercício social (2023), já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa.: a exigência acima se faz necessária visto que o documento encaminhado pela entidade fora assinado de forma digital, entretanto, sem a devida certificação digital que garanta a autenticidade dos subscritores. Registra-se que não foi possível realizar a validação das assinaturas do Sr. Jefferson Silvério Cruz da Silva e do Sr. William Correia da Silva (SEI 12068435).

Obs.: o documento poderá ser assinado de **próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.**

5. Além disso, sabe-se que o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi definido pelo Ministério das Comunicações como o seu Sistema de Processo Eletrônico oficial, sendo obrigatório que as pessoas naturais ou jurídicas interessadas em processos administrativos em tramitação nesta Pasta Ministerial realizem o correspondente cadastro dos seus representantes, conforme preconiza o art. 11, caput e inciso I, do Regulamento do Processo Eletrônico no Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria MCom nº 13.163/2024. Veja-se:

Art. 11. O cadastro de representantes como usuário externo é obrigatório para:

I - pessoas naturais ou jurídicas que atuem em processos administrativos em trâmite no Ministério das Comunicações; e

6. No caso em apreço, tem-se que a instrução do processo administrativo ora analisado foi subscrito por pessoa cuja representação se encontra em situação irregular junto ao sistema SEI, conforme demonstra a documentação anexa (SEI 12068355). Tal circunstância prejudica a continuidade da análise dos demais elementos que compõe o procedimento em testilha.

7. **Desse modo, informo que, além da documentação citada anteriormente, a continuidade do exame do caso concreto está condicionada à devida regularização cadastral daqueles que representam a referida pessoa jurídica perante o Ministério das Comunicações, na forma exigida pelo mencionado Regulamento do Processo Eletrônico no Ministério das Comunicações.**

8. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados nos parágrafos 4 e 7, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 20000 (12068355)

SEI 55115-007741/2023-95 / pg. 182

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 25/11/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12068558** e o código CRC **326DA856**.

Minutas e Anexos

Sistema de vinculações e procurações eletrônicas - Rádio Universitária Metropolitana Ltda. (12068355)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12068558



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbf-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 20000 (12068355)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 183

fa9cf31c-7885-4dbf-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 37839/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (CNPJ Nº 48.105.290/0001-64)
Avenida Nove de Julho, nº 3.939, bairro Jardim Paulista.
CEP: 01407-000 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 20066/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:

- a) Acessar a página do SEI-MCom:
https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- b) Após realização do login, escolher o tipo de solicitação "Petitionamento Intercorrente";
- c) Inserir o número do processo no qual deseja complementar informações e anexar os documentos necessários;
- d) Conferir os dados e concluir o petitionamento intercorrente.

3. Caso não possua cadastro, é possível solicitá-lo por meio do link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-usuario-externo-no-sei-do-ministerio-das-comunicacoes>, seguindo as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom>. Salienta-se que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de petitionamento eletrônico no MCom.

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 37839 (12006676)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 184

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 25/11/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12068873** e o código CRC **577D6C71**.

Anexos:

- Nota Técnica 20066 (12068558)
- Sistema de vinculações e procurações eletrônicas - Rádio Universitária Metropolitana Ltda. (12068355)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12068873



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 185

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 37841/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (CNPJ Nº 92.810.340/0001-04)
Avenida Mauá, nº 2.011, sala 701, bairro Centro.
CEP: 90.030-080 - Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico: radioculturagravatai@lmtelecomunicacoes.com.br;

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 20066/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- a) Acessar a página do SEI-MCom: https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- b) Após realização do login, escolher o tipo de solicitação "Petiçãoamento Intercorrente";
- c) Inserir o número do processo no qual deseja complementar informações e anexar os documentos necessários;
- d) Conferir os dados e concluir o peticionamento intercorrente.

3. Caso não possua cadastro, é possível solicitá-lo por meio do link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-usuario-externo-no-sei-do-ministerio-das-comunicacoes>, seguindo as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom>. Salienta-se que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.

Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc29a71cdc1e> / pg. 186



fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc29a71cdc1e

regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 25/11/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12068890** e o código CRC **1E836F40**.

Anexos:

- Nota Técnica 20066 (12068558)
- Sistema de vinculações e procurações eletrônicas - Rádio Universitária Metropolitana Ltda. (12068355)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12068890



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

Código 53115 (12068890)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 187

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

Data de Envio:

26/11/2024 08:35:38

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR
celsofonsecakrc2021@gmail.com
larubio53@gmail.com
karina.mendes@ipda.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_12068558.html
Oficio_12068873.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

26/11/2024 08:36:49

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_12068558.html
Oficio_12068890.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

26/11/2024 08:37:38

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, foi encaminhada notificação à RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (CNPJ Nº 48.105.290/0001-64) e à RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (CNPJ Nº 92.810.340/0001-04), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_12068558.html

Oficio_12068873.html

Oficio_12068890.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ministério das Comunicações
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada
Processo nº 53115.007741/2023-95
Ofício nº 29426/2023-MCOM
Nota Técnica nº 17174/2023/SEI-MCOM
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO COMERCIAL
CEDENTE: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA
CESSIONÁRIA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede na Avenida Mauá nº 2011 – Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP nº 90.030-080, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.810.340/0001-04, por sua representante abaixo assinada, vem perante Vossa Senhoria, requerer que se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, o presente pedido de prosseguimento do processo de **transferência direta de outorga de rádio comercial**, referente ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Porto Alegre/RS, pelos fatos e motivos expostos a seguir:

Conforme a nota técnica referenciada e anexa (**Doc. 1**) foi decidido por este Ministério o arquivamento provisório do presente processo de transferência direta entre as emissoras Cedente - Rádio Universitária Metropolitana Ltda e a Cessionária Rádio Cultura de Gravataí Ltda.

Consta no item 6 de tal documento que a inviabilidade da anuência da transferência direta decorreu da outorga conferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda estar expirada desde o ano de 2004 e o processo administrativo nº **53000.066448/2013-85**, de renovação de outorga da mesma emissora estar em fase de



instrução. Acrescentou ainda que o requerimento de transferência direta foi protocolado quanto a outorga já sem encontrava em caráter precário.

Entretanto, conforme nota técnica anexa nº 17590/2024/SEI-MCOM, assinada eletronicamente no dia 11.10.2024 (**Doc. 2**), ao tratar do processo de renovação de outorga da emissora, assim constou no seu item 12:

*12. No tocante ao período de **2014-2024**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 11 de novembro de 2013, gerando o protocolo nº **53000.066448/2013-85**. Por meio da Portaria nº 12.895, de 10 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2024, a permissão outorgada à interessada foi renovada por novo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014. Na sequência, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por meio da Exposição de Motivos nº 00389/2024. No entanto, o decênio venceu antes que houvesse a deliberação do Congresso Nacional.*

De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que "Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente" (SEI 11915884).

*Pela análise dos autos, observa-se que, em **2 de abril de 2024**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2024-2034** (SEI 11452935 - Págs. 3-4). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2024.*

Nos itens 26 e 27 a presente nota técnica ainda esclareceu:



26. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

27. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de setembro de 2024, com validade até 1º de maio de 2034 (SEI 11915881 -Págs. 1 e 6).

E nos demais itens assim concluiu:

29. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11915884).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na formo do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.



Portanto, diante de tudo que foi exposto e provado, inexistente motivação para manutenção do arquivamento temporário, motivo pelo qual a Rádio Cultura de Gravataí, solicita o desarquivamento do processo e prosseguimento da transferência direta.

E para a devida continuidade do processo, a Emissora apresenta os documentos anexos, abaixo relacionados, conforme as exigências do artigo 93 do Decreto nº 52.795/1963:

I – Requerimento de transferência de concessão e permissão, preenchido e assinado pelas entidades cedente e cessionária (Doc 3)

Quanto à entidade Cedente:

- (a) Prova de inscrição no CNPJ;
- (b) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (c) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (d) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (e) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho;

Quanto à entidade Cessionária:

- (f) Certidão simplificada emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- (g) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigente da Concessionária;
- (h) Balanço patrimonial do último exercício social;
- (i) Certidão negativa de falência;
- (j) Prova de inscrição no CNPJ;

ep



(l) Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da Concessionária;

(m) Prova de recolhimento dos recursos do Fistel;

(n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho;

Importante esclarecer que a declaração exigida pela norma quanto às condições financeiras, situação dos sócios e dirigentes consta no requerimento anexado **(Doc. 3)**.

Permanecemos à disposição, caso sejam necessários documentos adicionais para a instrução do processo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, RS, 06 de novembro de 2024.

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ.

Eliane A. Leme Oliveira
Procuradora





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodig-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Resp. Of. 97841 - Cultura de Cravata! (12158715) - SEI 93115.007741/2023-95 / pg. 196

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 2071551 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: 48.105.290/

Contribuinte: RADIO E TELEVISAO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

Liberação: 05/12/2024

Validade: 03/06/2025

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 8.292.752-9- Início atv :17/08/1976 (AV NOVE DE JULHO, 03939 - CEP: 01407-000)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 15:37:19 horas do dia 05/12/2024 (hora e data de Brasília).

e Autenticidade: 196B8C23



cidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Certidão Municipal - Univ. Metropolitana (12135716)

SER 55115.007741/2023-95 / pg. 197

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
4320100980-9	92.810.340/0001-04	14/03/1957	12/03/1957
Endereço Completo:			
AVENIDA MAUA 2011 SALA: 701; - BAIRRO CENTRO HISTORICO CEP 90030-080 - PORTO ALEGRE/RS			
Objeto Social:			
DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE CARATER EDUCATIVO, CULTURAL E RECREATIVO, PROMOVENDO, AO MESMO TEMPO, A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA SUPORTAÇÃO DOS ENCARGOS DA EMPRESA E A SUA NECESSÁRIA EXPANSÃO.			
Capital Social:	R\$ 10.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZ MIL REAIS		NÃO	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 10.000,00	(Lei Complementar nº123/06)	
DEZ MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação
125.261.088-29	ADILSON HIGINO DA SILVA	xxxxxxx	R\$ 3.600,00
055.138.707-62	JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	xxxxxxx	R\$ xxxxxxx
052.807.248-07	JOSE ROBERTO MAUZER	xxxxxxx	R\$ 4.000,00
127.239.538-31	WAGNER NEGRAO GARCIA	xxxxxxx	R\$ 2.400,00
Status: CADASTRADA		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 04/09/2024		Número: 10526670	
Ato	002 - ALTERAÇÃO		
Evento(s)	2003 - ALTERAÇÃO DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		
	2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	2005 - SAÍDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
Nire	CNPJ	Endereço	
NADA MAIS#			

Porto Alegre, 29 de Novembro de 2024 08:42


JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISRS (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C240003042793 e visualize a certidão)



24/437.398-1

Página 1 de 1

Balanco Patrimonial

<i>ATIVO</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>	<i>PASSIVO</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>
ATIVO CIRCULANTE	554.996,83	798.580,55	PASSIVO CIRCULANTE	80.053,23	86.503,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	102.463,36	344.966,75	FORNECEDORES NACIONAIS	35.137,23	34.297,30
*CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	691,23	992,68	*FORNECEDORES PRODUTOS	10.006,15	5.573,66
*BANCOS CONTA MOVIMENTO	101.772,13	343.974,07	*FORNECEDORES NACIONAIS DE	24.833,49	28.723,64
			*ADIANTAMENTOS	297,59	0,00
CRÉDITOS	190.918,17	179.066,44			
*CLIENTES	190.918,17	179.066,44	FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.350,39	2.350,39
			*FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.350,39	2.350,39
ADIANTAMENTOS	70.705,89	79.339,81			
*ADIANTAMENTOS DIVERSOS	70.705,89	79.339,81	OUTRAS TRABALHISTAS E	7.611,97	9.830,18
			*OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	681,70	1.171,55
IMPOSTOS A RECUPERAR	74.166,85	63.359,51	*OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	6.930,27	8.658,63
*IMPOSTOS FEDERAIS A RECUPERAR	74.162,01	63.359,51			
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A RECUPERAR	4,84	0,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	6.903,33	7.787,47
			*OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS GERAIS	6.903,33	7.787,47
IMPOSTOS A COMPENSAR	115.389,32	130.715,33			
*IMPOSTOS FEDERAIS A COMPENSAR	108.600,10	124.163,32	PROVISÕES	28.050,31	32.238,50
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A COMPENSAR	3.482,83	3.482,83	*PROVISÕES TRABALHISTAS	28.050,31	32.238,50
*IMPOSTOS SALDO NEGATIVO	3.306,39	3.069,18			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.856.695,30	9.919.506,14
DESPESAS A APROPRIAR	1.353,24	1.132,71			
*DESPESAS ANTECIPADAS	1.353,24	1.132,71	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
			*CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	10.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.381.751,70	9.207.429,43	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	244.831,67	231.519,89			
*VALORES REALIZÁVEIS A LONGO	244.831,67	231.519,89	RESERVAS	5.773.094,13	5.773.094,13
			*RESERVA DE LUCROS	5.773.094,13	5.773.094,13
INVESTIMENTOS	8.809.931,93	8.886.070,62	RESERVA LEGAL	9.187,46	9.187,46
*PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	8.809.931,93	8.886.070,62	RESERVA DE LUCROS	5.755.626,06	5.755.626,06
			CM ESPECIAL LEI 8200	8.280,61	8.280,61
IMOBILIZADO	326.988,10	89.838,92			
*BENS E DIREITOS EM USO	1.112.183,37	847.136,17	LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADOS	4.073.601,17	4.136.412,01
*(-) DEPRECIações E AMORTIZ.	(785.195,27)	(757.297,25)	*LUCRO / PREJUÍZO ACUMULADOS	4.073.601,17	4.136.412,01
			LUC/PREJ ACUMULADO EXER.	4.136.412,01	4.549.224,49
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(62.810,84)	(412.812,48)
*BENS INTANGÍVEIS	111.861,96	111.861,96			
*(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(111.861,96)	(111.861,96)	*		
			*		
			*		
TOTAL DO ATIVO:	9.936.748,53	10.006.009,98	TOTAL DO PASSIVO:	9.936.748,53	10.006.009,98

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2023.

WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI

CPF: 09.083.838/0001-00
Telefone: (11)2391-6934



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Balanco Patrimonial - Cult. de Gravatai (12/158716)

SLI 59115.007741/2023-95 / pg. 199

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Balanço Patrimonial	
<div><div><div>gov.br</div><div>Documento assinado digitalmente</div><div>JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA</div><div>Data: 04/06/2024 15:58:34-0300</div><div>Verifique em https://validar.iti.gov.br</div></div><div><div>DIRETOR</div><div>JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA</div><div>CPF: 055.138.707-62</div></div></div>	<div><div><div>Assinado de forma digital por WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850</div><div>Dados: 2024.06.04 17:06:47 -03'00'</div></div><div><div>WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850</div><div>CONTADOR</div><div>WILLIAM CORREIA DA SILVA</div><div>CT CRC: 1SP242474/O-9</div></div></div>



Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 26/11/2024 11:49:09 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.17

Versão do software(Validador de Documentos): 3.0.0rc12

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: BALANCO_2023_-_2022.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

d1bec6811a7d87116649c770f8635c7753ead66e781eada68771fb7c1672c51f

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 2

Quantidade de assinaturas ancoradas: 2

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

Informações da assinatura

Assinante: CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

CPF: ***.138.707-**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Autenticidade de assinaturas - Balanço (12/198719) SLE153115.007741/2023-95 / pg. 201

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 04/06/2024 15:58:34 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 15/12/2023 17:04:45 BRT

Aprovado até: 14/12/2024 17:04:45 BRT

Expirado (LCR): false



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 17/06/2020 17:50:27 BRT

Aprovado até: 09/06/2033 09:00:47 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e>

Relatório Autenticidade de assinaturas - Balanço (12/198719) - SLE153115.007741/2023-95 / pg. 203

fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e

Nome do atributo: IdSigningTime

Corretude: Valid

CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:***044238**,
OU=videoconferencia, OU=17365088000148, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:***044238**,
OU=videoconferencia, OU=17365088000148, OU=(EM BRANCO),
OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.044.238-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 04/06/2024 17:06:47 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850,
OU=videoconferencia, OU=17365088000148, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SAFEWEB RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/05/2024 14:23:33 BRT

Aprovado até: 02/05/2025 14:23:33 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC SAFEWEB RFB v5, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 31/01/2018 15:12:26 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:12:26 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Autenticidade de assinaturas - Balanço (12/198719) - SLE 53115.007741/2023-95 / pg. 205

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Autenticidade de assinaturas - Balanço (12196719)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 207

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

e visualizar as Vinculações a Pessoas Jurídicas como Responsável Legal, Procurador Especial e Procurador Simples concedidas no âmbito do SEI.

CPF/CNPJ Outorgante:

Nome/Razão Social Outorgante:

48.105.290/0001-64

Nome Outorgado:

Tipo de Vínculo:

Situação:

Lista de Vinculações e Procurações El

CPF/CNPJ Outorgante	Nome/Razão Social Outorgante	CPF Outorgado	Nome Outorgado	Tipo de Vínculo	Tipo de Poder	Situação
48.105.290/0001-64	RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	088.725.158-74	MARCIO TOMIO MORIZONO (E)	Responsável Legal	• Todos os Poderes Legais	Suspensa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71edc1e>

Comprova a Situação Cadastral Sr. Marcio Tomio (12138720)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 208

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71edc1e

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971**

Pessoa Jurídica Outorgante:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Responsavel Legal:	Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado:	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:	<ul style="list-style-type: none">• Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica• Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação• Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica• Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão• Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária• Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga• Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão
Validade:	Indeterminado
Abrangência:	Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica Simples;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11918971** e o código CRC **776E669B**.

Referência: Processo nº 53115.021759/2024-81

SEI nº 11918971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://mcom.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

Procuração Dra. Eliane (11918971) - SEI 53115.007741/2023-957 pg. 2/2

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Usuário Externo (signatário): ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Data e Horário: 17/12/2024 17:13:07
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.007741/2023-95
Interessados:

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Resp. Of. 37841 - Cultura de Gravataí	12138715
- Certidão Municipal - Univ. Metropolitana	12138716
- Certidão Simplificada - Cult. de Gravataí	12138717
- Balanço Patrimonial - Cult. de Gravataí	12138718
- Relatório Autenticidade de assinaturas - Balanço	12138719
- Comprovante Situação Cadastral Sr. Márcio Tomio	12138720
- Procuração Dra. Eliane	12138721

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Vinculações e Procurações Eletrônicas

Este relatório permite visualizar as Vinculações a Pessoas Jurídicas como Responsável Legal, Procurador Especial e Procurador Simples concedidas no âmbito do SEI.

Natureza do Vínculo:

CPF/CNPJ Outorgante:

48.105.290/0001-64

Nome/Razão Social Outorgante:

CPF Outorgado:

Nome Outorgado:

Tipo de Vínculo:

Tipo de Poder:

Natureza do Vínculo	CPF/CNPJ Outorgante	Nome/Razão Social Outorgante	CPF Outorgado	Nome Outorgado	Tipo de Vínculo	Tipo de Poder
Pessoa Jurídica	48.105.290/0001-64	RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	088.725.158-74	MARCIO TOMIO MORIZONO (E)	Responsável Legal	Todos os Poderes



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 21605/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda.** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda.**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 20066/2024/SEI-MCOM acompanhada dos Ofício nº 37839/2024/MCOM e Ofício nº 37841/2024/MCOM, que concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à complementação da documentação instrutória (SEI 12068873 e SEI 12068890). Em resposta, no dia 17 de dezembro de 2024, foram apresentados os documentos solicitados (SEI 12138715, SEI 12138716, SEI 12138717, SEI 12138718, SEI 12138719 e SEI 12138720).

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:



I - RELATIVO À CEDENTE E À CESSIONÁRIA:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e> Nota Técnica 21605 (12145046) SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 213

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, **preenchido em conjunto** pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado **das declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária**, de que:

a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e

a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: A exigência se mostra necessária tendo em vista a modificação do quadro societário/diretivo da cessionária, efetivada por meio da alteração contratual registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o nº 10526670, em 4 de setembro de 2024.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos assinantes.

6. Além disso, sabe-se que o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi definido pelo Ministério das Comunicações como o seu Sistema de Processo Eletrônico oficial, sendo obrigatório que as pessoas naturais ou jurídicas interessadas em processos administrativos em tramitação nesta Pasta Ministerial realizem o correspondente cadastro dos seus representantes, conforme preconiza o art. 11, caput e inciso I, do Regulamento do Processo Eletrônico no Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria MCom nº 13.163/2024. Veja-se:

Art. 11. O cadastro de representantes como usuário externo é obrigatório para:

I - pessoas naturais ou jurídicas que atuem em processos administrativos em trâmite no Ministério das Comunicações; e

7. No caso em apreço, tem-se que a instrução do processo administrativo ora analisado foi subscrito por pessoa cuja representação se encontra em situação irregular junto ao Sistema Eletrônico de Informações. Conforme a documentação em anexo, o **Sr. Marcio Tomio Morizono (representante legal da cedente)**, encontra-se com o cadastro suspenso no referido sistema (SEI 12145183). Nesse sentido, a situação prejudica a continuidade da análise dos demais elementos que compõem o procedimento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 21605 (12145046)

SEI 55115-007741/2023-95 / pg. 214

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

em testilha.

8. Desse modo, informo que, além da documentação citada anteriormente, a continuidade do exame do caso concreto está condicionada à devida regularização cadastral daqueles que representam a referida pessoa jurídica perante o Ministério das Comunicações, na forma exigida pelo mencionado Regulamento do Processo Eletrônico no Ministério das Comunicações.

9. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados nos parágrafos 5 e 8, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 30/12/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12145048** e o código CRC **9DFDC6FC**.

Minutas e Anexos

Anexo Sistema Eletrônico de Informações (12145183)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12145048



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 21605 (12145048)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 215

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 40692/2024/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64)
Avenida Nove de Julho, nº 3.939, bairro Jardim Paulista.
CEP: 01.407-000 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 21605/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 40692 (12145585)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 216

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso, Assistente Técnico**, em 30/12/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12145389** e o código CRC **99FE0A56**.

Anexos:

- Nota Técnica 21605 (12145048)
- Sistema Eletrônico de Informações (12145183)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12145389



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 40692 (12145389)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 217

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 40693/2024/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04)
Avenida Mauá, nº 2.011, sala 701, bairro Centro.
CEP: 90.030-080 - Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico: radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br;

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 21605/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 40693 (12143597)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 218

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, Assistente Técnico, em 30/12/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12145397** e o código CRC **53D1C432**.

Anexos:

- Nota Técnica 21605 (12145048)
- Sistema Eletrônico de Informações (12145183)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12145397



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 40699 (12145397)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 219

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de Envio:

30/12/2024 15:45:51

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR
celsofonsecakrc2021@gmail.com
larubio53@gmail.com
larubio53@gmail.com.br
karina.mendes@ipda.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_12145048.html
Oficio_12145389.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

30/12/2024 15:46:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_12145048.html

Oficio_12145397.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

30/12/2024 15:47:59

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, foi encaminhada notificação à RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64) e à RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_12145048.html

Oficio_12145389.html

Oficio_12145397.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ministério das Comunicações

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

Processo nº 53115.007741/2023-95

Ofício nº 40693/2024-MCOM

Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM

TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO COMERCIAL

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede na Avenida Mauá nº 2011 – Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP nº 90.030-080, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.810.340/0001-04, por sua representante abaixo assinada, vem perante Vossa Senhoria, em atendimento ao processo, ofício e nota técnica acima referenciados, apresentar os seguintes documentos:

a) Em atendimento a letra “a” do subitem I do item 5 da presente nota técnica, segue anexo requerimento de transferência, assinado em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado das declarações assinadas pelo representante legal de cessionária (**Doc. 1**).

b) Quanto aos itens 6 e 7 da nota técnica, a emissora solicita prorrogação do prazo para atualização do cadastro do representante legal da emissora Rádio Universitária Metropolitana Ltda, Sr. Márcio Tomio Morizono, junto ao Ministério das Comunicações.

Permanecemos à disposição, caso sejam necessários documentos adicionais para a instrução do processo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, RS, 29 de janeiro de 2025.

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.



Eliane A. Leme Oliveira
Procuradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4db2-b451-bc20a71cdc1e>

Petição Resp. CI 40693 - Cui. de Gravataí (12224124) - SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 223

fa9cf31c-7885-4db2-b451-bc20a71cdc1e

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:	Rádio Universitária Metropolitana Ltda.		
CNPJ:	48.105.290/0001-64		
Endereço da sede:	Avenida Nove de Julho nº 3939 - Jardim Paulista - São Paulo/SP,		
CEP da sede:	01407-000		
E-mail de contato:			
Serviço executado:	(X) Radiodifusão sonora	<input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias ¹ <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:	Porto Alegre	UF:	RS
Número do Fistel:	03008007112	Canal:	263

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
YOSHIMI MORIZONO	29.700	R\$ 29.700,00
MARCIO TOMIO MORIZONO	300	R\$ 300,00

NOME	CARGO	CPF
MARCIO TOMIO MORIZONO	Sócio Administrador	088.725.158-74



REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

Eu, **MARCIO TOMIO MORIZONO**, inscrito no C.P.F. sob o nº 088.725.158-74, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente) acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste formulário.

Porto Alegre – RS, 08 de janeiro de 2025.



MARCIO TOMIO MORIZONO
(Assinatura do representante legal da Cedente)



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	Rádio Cultura de Gravataí Ltda.
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Endereço da sede:	Avenida Mauá nº 2011, sala 701 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS
CEP da sede:	90.030-080
E-mail de contato:	radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
<i>Adilson Higino da Silva</i>	3.600	R\$ 3.600,00
<i>Wagner Negrão Garcia</i>	2.400	R\$ 2.400,00
<i>José Roberto Mauzer</i>	4.000	R\$ 4.000,00

NOME	CARGO	CPF
<i>Jefferson Silvério Cruz da Silva</i>	<i>Administrador</i>	055.138.707-62

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;




MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



- (d) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Porto Alegre – RS, 08 de janeiro de 2025.


JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA
(Assinatura do representante legal da Cessionária)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MORAES

NAO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

22.087.454-93 DATA DE EXPEDIÇÃO 07-03-2016

JEFFERSON SILVÉRIO CRUZ DA SILVA

GECE SILVÉRIO DA SILVA

ELIANE LOURENÇO CRUZ DA SILVA

DUQUE DE CAXIAS RJ DATA DE NASCIMENTO 25-11-1982

C.CAS. CM DUQUE DE CAXIAS RJ DS
1º DISTRITO 1ª CIRC LV 142 FL 016 RT 044669
055.138.707-62

Assinatura do Titular

LEI Nº 7.110 DE 29/08/83

12º Ofício de Notas Conceição Gaspar
Av. ACM - nº 34 - Edf. Servcenter - Lojas 04/05
Itaigara - Salvador / BA
Fone: (71) 3036-8500 - E-mail: 1

2410301

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original que me foi ap
Salvador, 07 de Outubro de 2016.

WESLEY CARVALHO DE JESUS
1598AD659640

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Autenticação
1598AD659643-7
Consulta o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.jus.br/faqcf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

140 Adm - Car. de Gravata (12224126)

SEI 55115-007741/2023-95 / pg. 228

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

ESTADO DE SÃO PAULO

8110-9



Xi Xi

0579-049071

49071
1a9cf31c-788f4db0-b451-b620b71cdd1e

Autenticado eletronicamente, após conferência com

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de>

Metrop

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

DATA DE EXPEDIENTE:

14.232.047-X DATA DE EXPEDIÇÃO: 21/MAR/2012

MARCIO TOMIO MORIZONO

HISSAMI MORIZONO

四

E MITUKO MORIZONO

S. PAULO - SP

15/JAN/1965

SÃO PAULO-SP

VILA MADALENA

CC:LV.B091/FLS.0156/N.015895

088725158/74

Handwritten signature 192 Delegado Divisório
ROBERTO ASSINATURA DO DELEGADO IRGDS SP

Roberto ASSINATURA DO DIRETOR: RRGD SSP SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971**

Pessoa Jurídica Outorgante:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Responsavel Legal:	Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado:	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:	<ul style="list-style-type: none">• Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica• Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação• Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica• Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazôn• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão• Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária• Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga• Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão
Validade:	Indeterminado
Abrangência:	Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

Procuração Dra. Eliane (P2224128) - SEI 55143-007741/2023-957 pg. 230

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11918971** e o código CRC **776E669B**.

Referência: Processo nº 53115.021759/2024-81

SEI nº 11918971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://mcom.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Usuário Externo (signatário): ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Data e Horário: 29/01/2025 17:44:28
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.007741/2023-95
Interessados:

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Resp OF 40693 - Cult. de Gravataí	12224124
- Requerimento Transferência Direta - Uni Metropolitana	12224125
- RG Adm - Cult. de Gravataí	12224126
- RG Adm - Uni Metropolitana	12224127
- Procuração Dra. Eliane	12224128

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 3800/2025/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64)
Avenida Nove de Julho, nº 3.939, bairro Jardim Paulista.
CEP: 01.407-000 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informe-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 21605/2024/SEI-MCOM fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento deste Ofício, conforme pedido protocolado em 29 de janeiro de 2025 (SEI 12224124).

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 3800 (12223936)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 233

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, Assistente Técnico, em 31/01/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12229556** e o código CRC **2A1AD06F**.

Anexos:

- Nota Técnica 21605 (12145048)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12229556



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 5800 (12229556)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 234

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 3801/2025/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04)
Avenida Mauá, nº 2.011, sala 701, Centro Histórico.
CEP: 90.030-080 - Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico: radioculturagravatai@lmtelecomunicacoes.com.br;

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informe-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 21605/2024/SEI-MCOM fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento deste Ofício, conforme pedido protocolado em 29 de janeiro de 2025 (SEI 12224124).

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em [https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/;](https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/)
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocadassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 3801 (12223980)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 235

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rayane Cristina do Nascimento Cardoso**, **Assistente Técnico**, em 31/01/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12229560** e o código CRC **387D02EE**.

Anexos:

- Nota Técnica 21605 (12145048)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12229560



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 3801 (12229560)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 236

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

48.105.290/0001-64

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	48.105.290/0001-64	CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR, celsofonsecakrc2021@gmail.com, larubio53@gmail.com, karina.mendes@ipda.com.br, ritafarias@emcprojetos.com.br
10 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo CADSEI (12220958)

SEI 93113.007741/2023-95 / pg. 237

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de Envio:

03/02/2025 08:04:38

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR
celsofonsecakrc2021@gmail.com
larubio53@gmail.com
karina.mendes@ipda.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº:53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12229556.html
Nota_Tecnica_12145048.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

03/02/2025 08:07:05

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12229560.html

Nota_Tecnica_12145048.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

03/02/2025 08:09:05

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.007741/2023-95, foi encaminhada notificação à RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64), RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_12229556.html

Nota_Tecnica_12145048.html

Oficio_12229560.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ministério das Comunicações

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

Processo nº 53115.007741/2023-95

Ofício nº 3801/2025-MCOM

Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM

TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO COMERCIAL

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede na Avenida Mauá nº 2011 – Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP nº 90.030-080, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.810.340/0001-04, por sua representante abaixo assinada, vem perante Vossa Senhoria, em atendimento ao processo, ofício e nota técnica acima referenciados, apresentar os seguintes documentos:

a) Em atendimento a letra “a” do subitem I do item 5 da presente nota técnica, segue anexo requerimento de transferência, assinado em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado das declarações assinadas pelo representante legal de cessionária **(Doc. 1)**.

b) Quanto aos itens 6 e 7 da nota técnica, segue abaixo print do comprovante da atualização e liberação do cadastro do representante legal da emissora Rádio Universitária Metropolitana Ltda, Sr. Márcio Tomio Morizono, junto ao Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Resp. Of. 3801 Transf. Direta Cult. Gravataí (12528559) - SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 241

fa9cf31c-7885-4db8-b451-bc20a71cdc1e

28/02/2025, 15.05

Sistema Eletrônico de Informações - Correspondência Eletrônica DIPRE_MCOM 12326527

Data de Envio:

28/02/2025 14:44:35

De:

MCOM/Divisão de Processo Eletrônico <dipre@mcom.gov.br>

Para:

marciomorizono@icloud.com

Assunto:

Protocolo Digital - Ministério das Comunicações - Solicitação 264359.0162062/2025

Mensagem:

Prezado(a),

Seu cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação do Ministério das Comunicações (MCom) foi liberado.

Para efetuar login, por favor acessar <<https://sei.mcom.gov.br/externo>>. Seu login é o endereço de e-mail e a senha informados no momento do cadastro no sistema. Caso não se lembre, basta clicar em "Esqueci minha senha" e informar os dados para recuperação.

Conforme informado em <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/processo-eletronico/orientacoes-sobre-cadastro>>, a liberação do cadastro não implica na disponibilização de acesso ao processo (quando for o caso), que será objeto de análise da unidade na qual ele se encontra em tramitação. Assim, após cadastro liberado, o usuário que requer acesso ao conteúdo de determinado processo deve entrar em contato com a unidade responsável. Para a disponibilização de acesso ao processo, a unidade onde ele encontra em andamento poderá solicitar documentação adicional.

Atenciosamente,

Equipe de Processo Eletrônico - Ministério das Comunicações

Permanecemos à disposição, caso sejam necessários documentos adicionais para a instrução do processo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, RS, 05 de março de 2025.

RÁDIO CULTURA DE GRAVATA LTDA.



Eliane A. Leme Oliveira
Procuradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Tratado Resp. CP 360/1 Transl. Direta Cult. Gravata (12326527)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 242

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:	Rádio Universitária Metropolitana Ltda.		
CNPJ:	48.105.290/0001-64		
Endereço da sede:	Avenida Nove de Julho nº 3939 - Jardim Paulista - São Paulo/SP,		
CEP da sede:	01407-000		
E-mail de contato:			
Serviço executado:	(X) Radiodifusão sonora	<input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias ¹ <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:	Porto Alegre	UF:	RS
Número do Fistel:	03008007112	Canal:	263

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
YOSHIMI MORIZONO	29.700	R\$ 29.700,00
MARCIO TOMIO MORIZONO	300	R\$ 300,00

NOME	CARGO	CPF
MARCIO TOMIO MORIZONO	Sócio Administrador	088.725.158-74



REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

Eu, **MARCIO TOMIO MORIZONO**, inscrito no C.P.F. sob o nº 088.725.158-74, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente) acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste formulário.

Porto Alegre – RS, 08 de janeiro de 2025.



MARCIO TOMIO MORIZONO
(Assinatura do representante legal da Cedente)



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	Rádio Cultura de Gravataí Ltda.
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Endereço da sede:	Avenida Mauá nº 2011, sala 701 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS
CEP da sede:	90.030-080
E-mail de contato:	radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
<i>Adilson Higino da Silva</i>	3.600	R\$ 3.600,00
<i>Wagner Negrão Garcia</i>	2.400	R\$ 2.400,00
<i>José Roberto Mauzer</i>	4.000	R\$ 4.000,00

NOME	CARGO	CPF
<i>Jefferson Silvério Cruz da Silva</i>	<i>Administrador</i>	055.138.707-62

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;




MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



- (d) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Porto Alegre – RS, 08 de janeiro de 2025.


JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA
(Assinatura do representante legal da Cessionária)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971**

Pessoa Jurídica Outorgante:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Responsavel Legal:	Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado:	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:	<ul style="list-style-type: none">• Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica• Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação• Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica• Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão• Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária• Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga• Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão
Validade:	Indeterminado
Abrangência:	Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11918971** e o código CRC **776E669B**.



Usuário Externo (signatário): ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Data e Horário: 05/03/2025 15:41:06
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.007741/2023-95
Interessados:

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Resp OF 3801 Transf Direta Cult Gravatai	12328339
- Requerimento de Transferência - Em Conjunto	12328340
- Procuração Dra. Eliane	12328341

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Vinculações e Procurações Eletrônicas

Este relatório permite visualizar as Vinculações a Pessoas Jurídicas como Responsável Legal, Procurador Especial e Procurador Simples concedidas no âmbito do SEI.

Natureza do Vínculo:

CPF/CNPJ Outorgante:

Nome/Razão Social Outorgante:

MARCIO TOMIO MORIZONO

CPF Outorgado:

Nome Outorgado:

Tipo de Vínculo:

Tipo de Poder:

Natureza do Vínculo	CPF/CNPJ Outorgante	Nome/Razão Social Outorgante	CPF Outorgado	Nome Outorgado	Tipo de Vínculo	Tipo de Poder
Pessoa Física	088.725.158-74	MARCIO TOMIO MORIZONO (E)	088.725.158-74	MARCIO TOMIO MORIZONO (E)	Autorrepresentação	• Todos os Poderes
Pessoa Física	088.725.158-74	Marcio Tomio Morizono	088.725.158-74	Marcio Tomio Morizono	Autorrepresentação	• Todos os Poderes
Pessoa Física	088.725.158-74	MARCIO TOMIO MORIZONO (E)	214.448.116-49	celso fonseca (E)	Procurador Simples	• Receber, Contestar e Responder a Intimação Eletrônica



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4029/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda.** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda.**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.

2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM acompanhada dos Ofício nº 40692/2024/MCOM e Ofício nº 40693/2024/MCOM, que concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à regularização cadastral do Sr. Marcio Tomio Morizono (representante legal da cedente) junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI 12145389 e SEI 12145397). Em resposta, por meio do protocolo eletrônico intercorrente nº 12328339 e nº 12328340, foram apresentados documentos.

ANÁLISE

3. Procedida à análise, restou verificado que o Sr. Marcio Tomio Morizono possui o cadastro ativo de autorrepresentação no Sistema Eletrônico de Informações, ou seja, o mesmo está cadastrado como pessoa física no referido sistema (SEI 12328339 - Pág. 2). **Contudo, a situação cadastral como representante legal da Rádio Universitária Metropolitana Ltda permanece suspensa** (SEI 12145183 e SEI 12345129). Isso ocorre porque não foi feita a devida vinculação do CPF do responsável legal ao da pessoa jurídica cedente (Rádio Universitária Metropolitana Ltda).

4. Nesse sentido, destaca-se a obrigatoriedade disposta no [art. 11º PORTARIA MCOM Nº 13.163, de 9 de maio de 2024](#), que institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como Sistema de Processo Eletrônico oficial no âmbito do Ministério das Comunicações - MCOM, vejamos:

Art. 11. O cadastro de representantes como usuário externo é obrigatório para:

I - pessoas naturais ou jurídicas que atuem em processos administrativos em trâmite no Ministério das Comunicações; e

II - fornecedores que tenham ou pretendam celebrar contrato de fornecimento de bens ou serviços com o Ministério das Comunicações, ressalvados os casos em que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 4029 (12345222)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 251

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

5. Para cumprir a obrigatoriedade estabelecida no regulamento mencionado, **os Responsáveis Legais das entidades detentoras de outorgas devem se cadastrar como Usuários Externos no SEI do Ministério das Comunicações. Após o primeiro login, devem vincular-se à respectiva Pessoa Jurídica como Responsáveis Legais, conforme registrado na Receita Federal.**

6. Ressalta-se que a figura do Responsável Legal não se confunde com o conceito de representante legal genérico, sócio ou diretor. Uma Pessoa Jurídica pode ter múltiplos sócios, administradores, diretores ou acionistas; contudo, apenas um CPF é cadastrado como Responsável Legal no registro da Pessoa Jurídica na Receita Federal.

7. **De modo geral e resumidamente, no caso de Pessoas Jurídicas, é necessário que sejam realizadas as seguintes etapas:**

Etapas de credenciamento como Usuário Externo no SEI: O Responsável Legal da Pessoa Jurídica, conforme consta na Receita Federal, e quaisquer de seus futuros procuradores, devem já possuir credenciamento liberado como Usuário Externo no SEI do MCOM, antes do processo de vinculação - **Vide [Orientações sobre o Cadastro](#).**

Etapas de vinculação inicial do Responsável Legal da Pessoa Jurídica: Após liberado o cadastro como Usuário Externo no SEI-MCom, o Responsável Legal pelo CNPJ, conforme consta na Receita Federal, deve promover sua vinculação inicial ao CNPJ da Pessoa Jurídica – **tópico 6 do [Manual do Usuário Externo do SEI](#)**. Ressaltamos que, na operação de vinculação inicial do Responsável Legal à Pessoa Jurídica, não há análise de documentos nem liberação manual. A verificação se o CPF do Usuário Externo logado no SEI é de fato do Responsável Legal pelo CNPJ indicado é realizada de forma integrada à base de dados da Receita Federal.

Etapas de cadastro de Procuradores: Após o Responsável Legal realizar sua vinculação inicial ao CNPJ, no SEI-MCom, poderá emitir e gerir Procurações Eletrônicas para que outros usuários externos no SEI possam também representar a Pessoa Jurídica perante a Ministério das Comunicações - **tópico 6 do [Manual do Usuário Externo do SEI](#)**.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, regularizem a situação exposta, na forma do art. 27, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 10/03/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12345222** e o código CRC **3CAD0579**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12345222



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 4029 (12345222)

SEI 53115:007741/2023-95 / pg. 253

fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 8342/2025/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64)
Avenida Nove de Julho, nº 3.939, bairro Jardim Paulista.
CEP: 01.407-000 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 4029/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db1-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 8342 (12345231)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 254

fa9cf31c-7885-4db1-b451-bc20a71cdc1e

Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 10/03/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12345231** e o código CRC **0A118020**.

Anexos:

- Nota Técnica 4029 (12345222)
- Sistema Eletrônico de Informações (12145183 e 12345129)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12345231



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 8942 (12345231)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 255

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 8344/2025/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04)
Avenida Mauá, nº 2.011, sala 701, Centro Histórico.
CEP: 90.030-080 - Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico: radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br;

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 4029/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4d8e-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 8344 (12345236)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 256

fa9cf31c-7885-4d8e-b451-bc20a71cdc1e

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 10/03/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12345236** e o código CRC **33B3027A**.

Anexos:

- Nota Técnica 4029 (12345222)
- Sistema Eletrônico de Informações (12145183 e 12345129)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12345236



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 8944 (12345236)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 257

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de Envio:

11/03/2025 06:50:26

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR
celsofonsecakrc2021@gmail.com
larubio53@gmail.com
karina.mendes@ipda.com.br
ritafarias@emcprojetos.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12345231.html
Nota_Tecnica_12345222.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Data de Envio:

11/03/2025 06:51:31

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

radioculturagravatai@lntelecomunicacoes.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.007741/2023-95

INTERESSADA: RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12345236.html

Nota_Tecnica_12345222.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ministério das Comunicações

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

Processo nº 53115.007741/2023-95

Ofício nº 8344/2025-MCOM

Nota Técnica nº 4029/2025/SEI-MCOM

TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO COMERCIAL

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede na Avenida Mauá nº 2011 – Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP nº 90.030-080, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.810.340/0001-04, por sua representante abaixo assinada, vem perante Vossa Senhoria, em atendimento ao processo, ofício e nota técnica acima referenciados, apresentar o seguinte procedimento:

Em atendimento ao item 4 da presente nota técnica, segue abaixo print da vinculação do Sr. Márcio Tomio Morizono à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, dentro do sistema do Ministério das Comunicações.

Recibos Eletrônicos de Protocolo

Início: Fim: Tipo de Peticionamento:

Data e Horário ↑↓	Número do Processo ↑↓	Recibo ↑↓
11/03/2025 14:09:11	53115.031023/2023-30	12357374

Responsável Legal - Alteração


Permanecemos à disposição, caso sejam necessários documentos adicionais para a instrução do processo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, RS, 11 de março de 2025.

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.


Eliane A. Leme Oliveira
Procuradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://ptelep.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e> 53115.007741/2023-95 / pg. 260

fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971**

Pessoa Jurídica Outorgante:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Responsavel Legal:	Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado:	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:	<ul style="list-style-type: none">• Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica• Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação• Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica• Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão• Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária• Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga• Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão
Validade:	Indeterminado
Abrangência:	Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

Procuração Dra. Eliane (P2558197) - SEI 55145:007741/2023-957 pg. 261

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11918971** e o código CRC **776E669B**.

Referência: Processo nº 53115.021759/2024-81

SEI nº 11918971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://mcom.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

Procuração Dra. Eliane (12558197)

SEI 53115.007741/2023-957 pg. 262

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Usuário Externo (signatário): ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Data e Horário: 11/03/2025 16:44:24
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.007741/2023-95
Interessados:

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Resp OF 8344 Transf Direta Cult Gravatai	12358195
- Procuração Dra. Eliane	12358197

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.105.290/0001-64 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 17/08/1976</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE CAPITAL DE COMUNIC RADIO CAP BRAS TV CAP BRASILIA</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO</div>	<div>NÚMERO 3939</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 01.407-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JD PAULISTA</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>
<div>UF SP</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 3251-1067</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/04/2025 às 10:12:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certidão da cedente (12463397)

SEI 59113.007741/2023-95 / pg. 264

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
48.105.290/0001-64
NOME EMPRESARIAL:
RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$30.000,00 (Trinta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
YOSHIMI MORIZONO
Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
MARCIO TOMIO MORIZONO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/04/2025 às 10:13 (data e hora de Brasília).





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:27:21 do dia 03/04/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/05/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Certidão da cedente (12463397)

SEI 59113-007741/2023-95 / pg. 266

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.105.290/0001-64
Razão Social: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Endereço: AV NOVE JULHO 3939 / JD PAULISTA / SAO PAULO / SP / 01488-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/04/2025 a 30/04/2025

Certificação Número: 2025040118280376155114

Informação obtida em 03/04/2025 10:14:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf

Anexo certidões da cedente (12463397)

SEI 59113-007741/2023-95 / pg. 268

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.810.340/0001-04 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 28/10/1966</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV MAUA</div>	<div>NÚMERO 2.011</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 701</div>
<div>CEP 90.030-080</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO HISTORICO</div>	<div>MUNICÍPIO PORTO ALEGRE</div>
<div>UF RS</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GRAVATAI-RS.FI@REDEALELUIA.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (51) 3019-7276</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/04/2025 às 10:32:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://info.leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12465400)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 269

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

92.810.340/0001-04

NOME EMPRESARIAL:

RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

ADILSON HIGINO DA SILVA

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

WAGNER NEGRAO GARCIA

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JOSE ROBERTO MAUZER

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA

Qualificação:

25-Administrador





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**

CNPJ base: **92.810.340/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **03 dias do mês de ABRIL do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 1/6/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **34181500**

Autenticação: **44524851**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12465400)

SEI 33115-007741/2023-95 / pg. 271

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**

CNPJ: **92.810.340/0001-04**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:22 do dia 03/04/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/05/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidads-assinatura.camara.deg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo certidões da cessionária (12465400)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 273

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 92.810.340/0001-04
Razão Social: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Endereço: RUA SILVEIRO 1321 / MORRO SANTA TEREZA / PORTO ALEGRE / RS / 90850-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/03/2025 a 21/04/2025

Certificação Número: 2025032302490588273084

Informação obtida em 03/04/2025 10:33:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

https://impressos.autenticacao.sistema.caixa.gov.br/1920312/7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo certidões da cessionária (12485400)

SER 33115:007741/2023-95 / pg. 274

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 92.810.340/0001-04											
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
JADSON SANTOS EDINGTON	628.657.495-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	RS	Gravataí
JOAO MENDES DE JESUS	329.705.447-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
JORGE VIEIRA BISPO DOS SANTOS	146.176.685-00	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Gravataí
JOSE CELIO LOPES	787.343.477-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí

Usuário: - Data: 03/04/2025 Hora: 10:51:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco cessionária - Abril/2025 (12403611)

CEP 35115-007741/2023-95 / pg. 275

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:		CNPJ						
CNPJ:		92.810.340/0001-04						
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
93.213.353/0001-50	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	0,00	50,00	--	FM	RS	Esteio	--
				--	OM	RS	Esteio	Regional

Usuário: - Data: 03/04/2025 Hora: 10:48:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 125.261.088-29											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CATEDRAL DE SOROCABA LTDA	05.302.072/0001-07	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SC	Florianópolis
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	SC	Florianópolis
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araraquara
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Blumenau
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araraquara
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Blumenau
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Santa Maria
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Pelotas
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí

Usuário: - Data: 03/04/2025 Hora: 10:52:02



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco cessionaria - Abril/2025 (12463611)

CEP 35115.007741/2023-95 / pg. 277

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		055.138.707-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	055.138.707- 62	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001- 50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RS	Esteio
		RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001- 50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Esteio

Usuário: -

Data: 03/04/2025

Hora: 10:57:32



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 052.807.248-07											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	TV CIDADE DE BAURU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Bauru
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Londrina
		TV CIDADE DE BAURU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Bauru
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Londrina

Usuário: -

Data: 03/04/2025

Hora: 11:08:39



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Siacco cessionaria - Abril/2025 (12463611)

CEP 35115.007741/2023-95 / pg. 279

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF		CPF: 127.239.538-31									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WAGNER NEGRAO GARCIA	127.239.538-31	ALAGOAS RADIO E TELEVISAO LTDA	12.706.990/0001-67	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICACAO LTDA	30.913.990/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Rio de Janeiro
		RADIO 98,1 FM LTDA	04.208.405/0001-70	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SE	Aracaju
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	GTVD	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	GTVD	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Fortaleza
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	TV	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Nacional	CE	Fortaleza

Usuário: - Data: 03/04/2025 Hora: 10:58:05



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Anexo Siacco cessionaria - Abril/2025 (12463611)

SEP 35115.007741/2023-95 / pg. 280

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Data de Envio:

03/04/2025 14:51:49

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Processo nº 53115.007741/2023-95. Transferência Direta de Outorga Comercial

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

RE: Processo nº 53115.007741/2023-95. Transferência Direta de Outorga Comercial

De Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Data Qui, 03/04/2025 15:17

Para COATO <coato@mcom.gov.br>

Processo nº 53115.007741/2023-95.

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 3 de abril de 2025 14:51

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Processo nº 53115.007741/2023-95. Transferência Direta de Outorga Comercial

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35200866094	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 25/03/1975	INÍCIO DAS ATIVIDADES 25/03/1975	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA			
C.N.P.J. 48.105.290/0001-64	ENDEREÇO AV NOVE DE JULHO			NÚMERO 3939	COMPLEMENTO		
BAIRRO JD PAULISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01407-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 30.000,00	

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

SÓCIO GERENTE							
NOME MARCIO TOMIO MORIZONO							
ENDEREÇO RUA PROFESSOR CARLOS REIS				NÚMERO 120	COMPLEMENTO		
BAIRRO PINHEIROS	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 05424-020	RG 14232047	
CPF 088.725.158-74	CARGO SÓCIO GERENTE					QUANTIDADE COTAS 300,00	

SÓCIO							
NOME YOSHIMI MORIZONO							
ENDEREÇO AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS				NÚMERO 490	COMPLEMENTO 3 A SALA 32		
BAIRRO PARAISO	MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 04004-041	RG 332387350	
CPF 255.016.238-20	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 29.700,00	

FILIAIS							
NIRE 12900006757	CNPJ 48.105.290/0005-98						
ENDEREÇO AVENIDA EPAMINONDAS JACOME				NÚMERO 3121	COMPLEMENTO		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP		

BASE		RIO BRANCO		AC	69900-028
NIRE 33999036511		CNPJ			
ENDEREÇO AV. VENEZUELA		NÚMERO 27	COMPLEMENTO 8 A G.815		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			UF RJ	CEP
NIRE 43999016852		CNPJ			
ENDEREÇO RUA SILVEIRO		NÚMERO 1321	COMPLEMENTO		
BAIRRO MORRO DE STA.TEREZA	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE			UF RS	CEP

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 21/11/2023	NÚMERO 1.222.970/23-5	
INFORME COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO DE ACORDO COM A LETRA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI 4.117/62, ALTERADA PELA LEI 10.610/2002.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200866094 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 03/04/2025



documento assinado digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, Secretário Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 261502990, quinta-feira, 3 de abril de 2025 às 15:28:46.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

2A-5

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 31/03/1997
PÁGINA 6219-SECO II
ANOTADO POR: Npeli

PORTARIA Nº 2083 , DE 16 DE dezembro DE 1996.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000186/94, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à Rádio e Televisão Universitária Metropolitana Ltda., originariamente deferida à Rádio Itai Ltda., pela Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, transferida para a requerente pela Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981 e renovada pela Portaria nº 240, de 9 de outubro de 1985, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


SÉRGIO MOTTA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo Ato de outorga (1246659)

SEI 53115-067741/2023-95 / pg. 285

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PUBLICADO

N.º

DIÁRIO OFICIAL

de 19 / 02 / 1981

Página N.º 3503

Label

Encarregado da Redação

Portaria n.º 20 . de 13 de fevereiro de 1981

O Ministro de Estado DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe confere o artigo 19 do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo nº 121.713/80,

R E S O L V E :

I - Autorizar a transferência direta, nos termos do artigo 94, nº 3, letra "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, pelo restante do prazo, para a RÁDIO E TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA., da permissão deferida à RÁDIO ITAÍ LTDA., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, cujo prazo da outorga foi renovado através da Portaria MC nº 49 de 2 de abril de 1975, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 1975, e subsequente.

[Assinatura]



II - A execução do serviço de radiodifusão, ora transferido, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.



HAROLDO CORRÊA DE MATTOS
Ministro de Estado das Comunicações





BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » internet teia menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sisistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

http://sisistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761

http://sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761

SIGEC - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS DA ANATEL - [SIS versão 2.2.61]

Dados da consulta | Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

Nº FISTEL: 03008007112

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48105290000164

Situação: Ativa

Data Validade: 01/05/2004

CADIN: Não

Incidência FUST:






Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral **UF:** SP

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original		Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1989	31/03/1989		13.122,61	28/04/1992	161.245,45	143.089,93	<div>0001</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	1	1989	28/04/1992		13.122,61	28/04/1992	18.155,52	18.155,52	<div>0002</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990		9.659,28	30/03/1990	9.659,28	9.659,28	<div>0003</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991		13.597,02	27/03/1991	13.597,02	0,00	<div>0004</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992		64.016,82	31/03/1993	1.303.941,02	1.303.941,02	<div>0005</div> <div> Histórico do Lançamento</div>		
						30/03/1994	55.056,40			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993		794.773,61	30/03/1994	23.656,49	23.656,49	<div>0006</div> <div> Histórico do Lançamento</div>		
						03/02/1995	162,59			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994		20.132,69	03/02/1995	92,58	92,58	<div>0007</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995		107,22	31/03/1995	72,56	72,56	<div>0008</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996		53,61	13/03/1996	44,43	44,43	<div>0009</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
8766 - TFI	0	1996	22/10/1996		284,57	22/10/1996	284,57	284,57	<div>0010</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997		107,22	31/03/1997	97,65	97,65	<div>0011</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	0	1997	28/11/1997		565,05	28/11/1997	514,64	514,64	<div>0012</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	0	1997	28/11/1997		514,64	28/11/1997	514,64	514,64	<div>0013</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Extrato de lançamentos - Sigec (12466739)

SEI 33115-007741/2023-95 / pg. 290

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

8766 - TFI	0	1997	05/09/1997	195,31	05/09/1997	195,31	195,31	0014  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	0	1997	19/12/1997	195,31	19/12/1997	195,31	195,31	0015  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.300,00	31/03/1998	195,31	195,31	0016  Histórico do Lançamento		
					20/08/1998	2.704,69	2.104,69		Quitado	0,00
9999	0	1998	20/08/1998	R\$ 0,00	20/08/1998	600,00	932,46	0017  Histórico do Lançamento	Restituído	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.300,00	31/03/1999	2.300,00	2.300,00	0018  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	0019  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	02/04/2001	2.900,00	2.900,00	0020  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	01/04/2002	2.900,00	2.900,00	0021  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	31/03/2003	2.900,00	2.900,00	0022  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
5380	1	2003	13/08/2003	R\$ 13,42	24/07/2003	13,42	13,42	0023  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	30/03/2004	2.900,00	2.900,00	0024  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	31/03/2005	2.900,00	2.900,00	0025  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

Microsoft VBScript runtime error '800a000d'

Type mismatch: 'FormatNumber'

/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp,
line 1585



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Extrato de lançamentos - Sigec (12466739)

SEI 53115-007741/2023-95 / pg. 291

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 6716/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.

2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 4029/2025/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das pessoas jurídicas envolvidas na operação, com vistas à apresentação de documentos. Por meio do peticionamento eletrônico intercorrente foram acostados documentos (SEI 12358195 e SEI 12358197). Entretanto, a documentação apresentada se mostra insuficiente para o prosseguimento do pedido.

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadg-assinatura.camara.gov.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 6716 (12356780)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 292

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

I - RELATIVO À RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2024), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: o documento apresentado é referente ao exercício 2023, sendo, portanto, necessário o envio do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis relativas ao exercício 2024.

Obs.: o documento poderá ser assinado de **próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.**

Obs.¹: demonstrações contábeis devem ser assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.

b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor **da sede da pessoa jurídica;**

Justificativa: não foi possível a sua emissão via internet

6. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 15.996, de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2025.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 24/04/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12536780** e o código CRC **91FACB87**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12536780



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 0710 (12536780)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 293

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 14174/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA. (C.N.P.J Nº 48.105.290/0001-64)
Avenida Nove de Julho, nº 3.939, bairro Jardim Paulista.
CEP: 01.407-000 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 6716/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 14174 (12536002)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 294

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 24/04/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12536902** e o código CRC **83213F1C**.

Anexos:

- Nota Técnica 6716 (12536780)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12536902



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e> / pg. 295

fa9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 14175/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (C.N.P.J Nº 92.810.340/0001-04)
Avenida Mauá, nº 2.011, sala 701, Centro Histórico.
CEP: 90.030-080 - Porto Alegre/RS
Endereço eletrônico: radioculturagravatai@lmtelecomunicacoes.com.br;

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 6716/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício 14175 (12536006)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 296

fa9cf31c-7885-4db4-b451-bc20a71cdc1e

Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 24/04/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12536908** e o código CRC **56D15FC1**.

Anexos:

- Nota Técnica 6716 (12536780)

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12536908



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 297

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

Tipo de Destinatário:	Pessoa Jurídica
Destinatário:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Tipo de Intimação:	Rádiodifusão: (Outorga/Pós-Outorga) Notificação - Exigência
Documento Principal da Intimação:	Ofício 14175 (12536908)
Data de Expedição da Intimação:	24/04/2025 16:03:37
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Consulta Direta
Data do Cumprimento:	24/04/2025
Usuário Responsável pelo Cumprimento:	ISAIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ministério das Comunicações

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

Processo nº 53115.007741/2023-95

Ofícios nº 14174 e 14175/2025-MCOM

Nota Técnica nº 6716/2025/SEI-MCOM

TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO COMERCIAL

**INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E
RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ (CESSIONÁRIA)**

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., com sede na Avenida Mauá nº 2011 – Sala 701 – Centro – Porto Alegre/RS – CEP nº 90.030-080, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.810.340/0001-04, por sua representante abaixo assinada, vem perante Vossa Senhoria, em atendimento ao processo, ofício e nota técnica acima referenciados, apresentar os seguintes documentos:

a) Em atendimento a letra “a” do subitem I do item 5 da presente nota técnica, seguem balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2024), assinados pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo administrador da Rádio Cultura de Gravataí Ltda (**Docs. 1, 1.1, 1.2 e 1.3**).

b) Quanto a letra “b” do mesmo subitem, segue anexa certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Rádio Cultura de Gravataí Ltda (**Doc. 2**).




Permanecemos à disposição, caso sejam necessários documentos adicionais para a instrução do processo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, RS, 30 de abril de 2025.

RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.



Eliane A. Leme Oliveira
Procuradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Exação Resp. Of. 14174 e 14175 Ouf. Gravataí (12546912)

SEI 58115.007741/2023-95 / pg. 300

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Balanco Patrimonial					
ATIVO			PASSIVO		
	2024	2023		2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	632.071,61	554.996,83	PASSIVO CIRCULANTE	66.488,08	80.053,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	124.986,46	102.463,36	FORNECEDORES NACIONAIS	18.137,94	35.137,23
*CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	539,76	691,23	*FORNECEDORES PRODUTOS	5.204,96	10.006,15
*BANCOS CONTA MOVIMENTO	1,00	101.772,13	*FORNECEDORES NACIONAIS DE	8.134,90	24.833,49
*APLICACAO DE LIQUIDEZ IMEDIATA	124.445,70	0,00	*ADIANTAMENTOS	4.798,08	297,59
CRÉDITOS	242.784,22	190.918,17	FORNECEDORES DE SERVIÇOS	0,00	2.350,39
*CLIENTES	241.502,72	190.918,17	*FORNECEDORES DE SERVIÇOS	0,00	2.350,39
*PARTES RELACIONADAS	1.281,50	0,00	OUTRAS TRABALHISTAS E	12.416,21	7.611,97
ADIANTAMENTOS	70.705,89	70.705,89	*OBRIGACOES TRABALHISTAS	5.421,31	681,70
*ADIANTAMENTOS DIVERSOS	70.705,89	70.705,89	*OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS	6.994,90	6.930,27
IMPOSTOS A RECUPERAR	76.549,47	74.166,85	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	11.699,59	6.903,33
*IMPOSTOS FEDERAIS A RECUPERAR	76.544,63	74.162,01	*OBRIGACOES TRIBUTARIAS GERAIS	7.386,34	6.903,33
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A RECUPERAR	4,84	4,84	*OBRIGACOES TRIBUTARIAS FEDERAIS	4.313,25	0,00
IMPOSTOS A COMPENSAR	115.584,92	115.389,32	PROVISOES	24.234,34	28.050,31
*IMPOSTOS FEDERAIS A COMPENSAR	108.600,10	108.600,10	*PROVISOES TRABALHISTAS	24.234,34	28.050,31
*IMPOSTOS MUNICIPAIS A COMPENSAR	3.482,83	3.482,83	PATRIMONIO LIQUIDO	9.556.541,77	9.856.695,30
*IMPOSTOS SALDO NEGATIVO	3.501,99	3.306,39	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	10.000,00
DESPESAS A APROPRIAR	1.460,65	1.353,24	*CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	10.000,00
*DESPESAS ANTECIPADAS	1.460,65	1.353,24	RESERVAS	5.773.094,13	5.773.094,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.990.958,24	9.381.751,70	*RESERVA DE LUCROS	5.773.094,13	5.773.094,13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	244.831,67	244.831,67	LUCRO / PREJUIZO ACUMULADOS	3.773.447,64	4.073.601,17
*VALORES REALIZAVEIS A LONGO	244.831,67	244.831,67	*LUCRO / PREJUIZO ACUMULADOS	3.773.447,64	4.073.601,17
INVESTIMENTOS	8.473.633,36	8.809.931,93	*		
*PARTICIPACAO EM OUTRAS EMPRESAS	8.473.633,36	8.809.931,93	*		
IMOBILIZADO	272.493,21	326.988,10	*		
*BENS E DIREITOS EM USO	1.116.473,37	1.112.183,37	*		
*(-) DEPRECIACOES E AMORTIZ.	(843.980,16)	(785.195,27)	*		
INTANGÍVEL	0,00	0,00	*		
*BENS INTANGÍVEIS	111.861,96	111.861,96	*		
*(-) AMORTIZACOES ACUMULADAS	(111.861,96)	(111.861,96)	*		
TOTAL DO ATIVO:	9.623.029,85	9.936.748,53	TOTAL DO PASSIVO:	9.623.029,85	9.936.748,53



Empresa: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Período: 01/01 a 31/12

Balanco Patrimonial

JEFFERSON
SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762
Assinado de forma digital por
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762
Dados: 2025.04.30 14:52:36
-03'00"

WILLIAM
CORREIA DA
SILVA:214044
23850
Assinado digitalmente por WILLIAM
CORREIA DA SILVA:21404423850
NID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Prestia Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=EM BRANCO, CN=
17355088000148, OU=videoconferencia,
CN=WILLIAM CORREIA DA
SILVA:21404423850
Razão: Este é o autêntico documento
Localização:
Data: 2025.04.30 13:11:27-0200'
Envio: RFB-Resolução: 2004-2.6

DIRETOR
JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA
CPF: 055.138.707-62

CONTADOR
WILLIAM CORREIA DA SILVA
CT CRC: SP242474/O-9

WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI

- - - - Fone: (11)2391-6934



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/faf9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Empresa: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA		Página: 1
CNPJ: 92.810.340/0001-04		
Período: 01/01 a 31/12		
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC		
	2024	2023
Modo Indireto		
Fluxo de Caixa Originados de:		Valores em R\$
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício/ período	300.153,53 C	62.810,84 C
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	58.784,89 D	27.898,02 D
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00 C	0,00 C
Equivalência patrimonial	336.298,57 D	76.138,69 D
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	0,00 C	0,00 C
Redução Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber	51.866,05 C	11.851,73 C
Redução nos estoques	0,00 C	
Redução em Impostos a Recuperar		4.519,00 D
Aumento em impostos a recuperar / compensar	2.578,22 C	
Redução em Contas de Adiantamento		8.634,00 D
Aumento em despesas antecipadas	107,41 C	
Aumento em contas de Depósito Judicial		13.312,00 C
Redução em fornecedores	19.349,68 C	
Aumento em conta de despesas antecipadas		221,00 C
Aumento em impostos e contribuições a recolher	4.796,26 D	
Redução em Fornecedores		840,00 D
Aumento em salários e encargos sociais	4.804,24 D	
Redução em Impostos e Contribuições a Recolher		884,00 C
Redução em contas a pagar e provisões	3.815,97 C	
Redução em Salários e encargos		2.218,00 C
Redução no imposto de renda e contribuição social	0,00 C	
Redução em contas de Provisões Trabalhistas		4.188,19 C
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:	26.813,10 D	22.543,95 D
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	4.290,00 C	265.047,00 C
Aquisição de ações/cotas	0,00 C	0,00 C
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00 C	0,00 C
Juros recebidos de contratos de mútuo	0,00 C	0,00 C
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos:	4.290,00 C	265.047,00 C
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	0,00 C	0,00 C
Pagamentos de lucros dividendos	0,00 C	0,00 C
Empréstimos tomados	0,00 C	0,00 C
Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00 C	0,00 C
Juros recebidos de empréstimos	0,00 C	0,00 C
Juros pagos por empréstimos	0,00 C	0,00 C
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:	0,00 C	0,00 C
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	22.523,10 D	
REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		242.503,05 C
No início do período	102.463,36 D	344.966,75 D
No final do período	124.986,46 D	102.463,36 D
WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI		
- - - - Fone: (11)2391-6934		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC (12546914)

32155115.007741/2023-95 / pg. 303

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

2024

2023

Modo Indireto

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2024.

JEFFERSON
SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762

Assinado de forma digital por
JEFFERSON SILVERIO CRUZ
DA SILVA:05513870762
Dados: 2025.04.30 14:55:16
-03'00'

DIRETOR

JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA

CPF: 055.138.707-62

WILLIAM
CORREIA
DA
SILVA:21404
423850

Assinado digitalmente por WILLIAM
CORREIA DA SILVA:21404423850
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=17365088000148, OU=Videoconferencia, CN=WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.04.30 13:11:56-03'00'

CONTADOR

WILLIAM CORREIA DA SILVA

CT CRC: SP242474/O-9



fa9cf31c-7885-4dbf-b451-bc20a71cdc1e

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (12546915) SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 305

Empresa: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: CNPJ: 92.810.340/0001-04

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Página: 1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Título	Capital Realizado Atualizado			Reservas de Capital			Reservas de Avaliação		Reserva de Lucros Detalhados Abaixo	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Subscrito	A Realizar	Correção Monetária	Ágio na Subscrição	Ações em Tesouraria	Subvenção Investimento	De Ativos Próprios	De Ativos Controladores			
Saldo em 31/12/2023	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13	4.073.601,17	9.856.695,30
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de ações próprias com reserva de ágio na subscrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixa de ações próprias adquiridas com ágio na subscrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenções - Incentivo Fiscal IR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição reserva de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixa de reserva de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão e transferência de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital com reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(300.153,53)	(300.153,53)
Destinação do prejuízo líquido:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2024	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13	3.773.447,64	9.556.541,77

RESERVA DE LUCROS

	Legal	Estatutária	Lucros a Realizar	Reserva de Contingência	Retenção p/ Expansão	Totais
Saldo em 31/12/2023	5.773.094,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13
Reversão para lucros acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização Monetária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capitalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Destinação de parte do prejuízo líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2024	5.773.094,13	0,00	0,00	0,00	0,00	5.773.094,13

PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2024.

JEFFERSON SILVERIO
CRUZ DA
SILVA:05513870762

Assinado de forma digital por
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA
SILVA:05513870762
Dados: 2025.04.30 14:56:12 -03'00'

WILLIAM
CORREIA DA
SILVA:214044
23850

Assinado digitalmente por WILLIAM
CORREIA DA SILVA:21404423850
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(SEM BRANCO), OU=
17365088000148, OU=videoconferencia, CN=
WILLIAM CORREIA DA SILVA:21404423850
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.04.30 13:12:17 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

DIRETOR

JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA

CPF: 055.138.707-62

CONTADOR

WILLIAM CORREIA DA SILVA

CT CRC: SP242474/O-9

WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI

- - - - Fone: (11)2391-6934

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Empresa: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA CNPJ: 92.810.340/0001-04 Período: 01/01 a 31/12		Página: 1
Demonstração do Resultado do Exercício		
	2024	2023
Receitas Brutas		
Total:	1.207.277,87 C	1.350.331,58 C
(-) Deduções		
Total:	62.174,82 D	69.542,11 D
= Receita Líquida	1.145.103,05 C	1.280.789,47 C
(-) Custos		
Total:	491.022,18 D	575.814,66 D
= Lucro Bruto	654.080,87 C	704.974,81 C
(-) Despesas Financeiras		
Total:	4.523,30 D	2.363,39 D
(-) Despesas Tributárias		
Total:	51.696,33 D	25.915,36 D
(+) Receitas Financeiras		
Total:	74.670,35 C	58.716,33 C
(-) Despesas Gerais		
Total:	838.118,55 D	891.563,30 D
(+) Outras Receitas Operacionais		
Total:	312.166,65 D	76.138,69 D
= Prejuízo Operacional	477.753,61 D	232.289,60 D
(+) Receitas não Operacionais		
Total:	184.898,62 C	172.169,96 C
= Prejuízo Líquido antes C.S.	292.854,99 D	60.119,64 D
(-) Contribuição Social		
Total:	2.736,95 D	1.009,20 D
= Prejuízo Líquido antes I.R.	295.591,94 D	61.128,84 D
(-) Imposto de Renda		
Total:	4.561,59 D	1.682,00 D
= Prejuízo	300.153,53 D	62.810,84 D
PORTO ALEGRE, 31 de dezembro de 2024.		
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762	Assinado de forma digital por JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA:05513870762 Dados: 2025.04.30 14:56:58 -03'00'	WILLIAM CORREIA DA SILVA:2140 4423850
DIRETOR		CONTADOR
JEFFERSON SILVEIRO CRUZ DA SILVA		WILLIAM CORREIA DA SILVA
CPF: 055.138.707-62		CT CRC: SP242474/O-9
WJA CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI - - - - Fone: (11)2391-6934		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-e-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Demonstração do Resultado do Exercício (12346916)

SEI 99115.007741/2023-95 / pg. 306

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA *****
CNPJ: 92.810.340/0001-04*****

Porto Alegre, 25 de abril de 2025, às 15h44min



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971**

Pessoa Jurídica Outorgante:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ:	92.810.340/0001-04
Responsavel Legal:	Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado:	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:	<ul style="list-style-type: none">• Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica• Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação• Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica• Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia• Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazôn• Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão• Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária• Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga• Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão• Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão
Validade:	Indeterminado
Abrangência:	Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...

Procuração Dra. Eliane (P2546978) - SEI 55143-007741/2023-957 pg. 308

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11918971** e o código CRC **776E669B**.

Referência: Processo nº 53115.021759/2024-81

SEI nº 11918971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[m.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...](https://mcom.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=470207&id_documento=12956882&id_orgao_acesso_externo...)

Procuração Dra. Eliane (12548918)

SEI 53115.007741/2023-957 pg. 309

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Usuário Externo (signatário): ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Data e Horário: 30/04/2025 17:06:59
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.007741/2023-95
Interessados:

ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Petição Resp OF 14174 e 14175 Cult Gravatai	12546912
- Balanço Patrimonial 2024	12546913
- Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC	12546914
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12546915
- Demonstração do Resultado do Exercício	12546916
- Certidão Negativa Falência	12546917
- Procuração Dra. Eliane	12546918

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

- Eletrônica
- Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação
 - Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica
 - Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida
 - Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia
 - Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão
 - Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia
 - Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão
 - Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária
 - Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão
 - Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga
 - Requerer procedimento de Transferência da

Pessoa Jurídica	92.810.340/0001-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	779.041.099-72	ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA	Procurador Simples	Ativa
-----------------	--------------------	--------------------------------	----------------	--------------------------------	--------------------	-------



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PROCURAÇÃO ELETRÔNICA SIMPLES Nº 11918971

Pessoa Jurídica Outorgante: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ: 92.810.340/0001-04
Responsável Legal: Jefferson Silvério Cruz da Silva
Outorgado: ELIANE APARECIDA LEME OLIVEIRA
Poderes:

- Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica
- Assinar o Termo aditivo/contrato em nome da pessoa jurídica apta ao aditivo ou contratação
- Radiodifusão: Firmar declarações de observância da legislação específica
- Radiodifusão: Firmar parcelamento ou confissão de dívida
- Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia
- Instruir procedimento de Autorização para Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão
- Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia
- Instruir procedimento de Transferência da Autorização do Serviço de Retransmissão de Televisão
- Radiodifusão: Requerer Alteração Contratual ou Estatutária
- Radiodifusão: Requerer Alteração de Geradora Cedente de Programação de Rádio ou Televisão
- Radiodifusão: Requerer Extinção de Outorga
- Requerer procedimento de Transferência de Autorização de Retransmissora de Rádio ou Televisão
- Radiodifusão: Requerer Renovação de Outorga de Rádio ou Televisão
- Radiodifusão: Requerer Transferência Direta de Outorga de Rádio ou Televisão

Validade: Indeterminado
Abrangência: Qualquer Processo em nome do Outorgante.

No âmbito do(a) MCOM, a presente Procuração Eletrônica Simples concede ao Outorgado os Poderes expressamente estabelecidos e em conformidade com a Validade e Abrangência definidos acima.

O Outorgante declarou ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, revogar a Procuração Eletrônica Simples;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-MCOM, renunciar a Procuração Eletrônica Simples;
- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) MCOM e em conformidade com os Poderes, Validade e Abrangência definidos, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação do Outorgante no âmbito de outros órgãos ou entidades.

A existência e validade desta Procuração Eletrônica Simples pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Silvério Cruz da Silva, Usuário Externo - Diretor**, em 11/10/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-b620a71cdc1e>

Anexo vinculação de Responsável Legal a Pessoa Jurídica (12548722)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 312

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-b620a71cdc1e

Tipo de Destinatário:	Pessoa Jurídica
Destinatário:	RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Tipo de Intimação:	Radiodifusão: (Outorga/Pós-Outorga) Notificação - Exigência
Documento Principal da Intimação:	Ofício 14174 (12536902)
Data de Expedição da Intimação:	24/04/2025 16:02:02
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Por Decurso do Prazo Tácito
Data do Cumprimento:	05/05/2025

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL	
Processo nº 53115.007741/2023-95	
Data de protocolização do pedido: 23/03/2023	
Entidade cedente: Rádio Universitária Metropolitana Ltda.	C.N.P.J. Nº 48.105.290/0001-64
Entidade cessionária: Rádio Cultura de Gravataí Ltda.	C.N.P.J. Nº 92.810.340/0001-04
Serviço: FM	Fistel nº: 03008007112
Localidade: Porto Alegre	UF: RS
Situação da Outorga:	(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11980893 () Vencida
Processo de renovação nº 53115.009499/2024-75	Período: 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	Requerimento: SEI 11978884 Declarações: SEI 12224125 Validação assinatura digital requerimento: SEI 12067621
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 12068480
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 12465611 consulta em 03/04/2025
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 12068373
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira .	NÃO SE APLICA	-



RELATIVOS À CEDENTE			
REGULARIDADE FISCAL	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1/2 SEI 12465397
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: SEI 11978886 Validade: 18/02/2025
		OK	Estadual: SEI 11978887 Validade: 28/04/2025
		OK	Municipal: SEI 12138716 Validade: 03/06/2025
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	3/4 SEI 12465397 Validade: 03/05/2025
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: SEI 11978886 Validade: 18/02/2025
		OK	FGTS: 5 SEI 12465397 Validade: 30/04/2025
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	SEI 11978890 Validade: 28/04/2025

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 12138717 emitida em 29/11/2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 12546913 SEI 12546914 SEI 12546915 SEI 12546916 Exercício 2024
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	SEI 12546917 emitida em 25/04/2025
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	1/2 SEI 12465400
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: SEI 11978900 Validade: 28/04/2025
		OK	Estadual: 3 SEI 12465400 Validade: 01/06/2025
		OK	Municipal: SEI 11978902 Validade: 28/01/2025 (Porto Alegre/RS)
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	4/5 SEI 12465400 Validade: 03/05/2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.com.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 315

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: SEI 11978900 Validade: 28/04/2025
	OK	FGTS: 6 SEI 12465400 Validade: 21/04/2025
h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	SEI 11978905 Validade: 28/04/2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Adilson Higino da Silva CPF: 125.261.088-29	OK	1 SEI 10801354
	José Roberto Mauzer CPF: 052.807.248-07	OK	3 SEI 10801354
	Wagner Negrão Garcia CPF: 127.239.538-31	OK	SEI 11978894
	Jefferson Silvério Cruz da Silva CPF: 055.138.707-62	OK	5 SEI 10801354

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.com.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 316

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
---	-------	---------------	--

OBSERVAÇÕES
Documentos relativos à Rádio Universitária Metropolitana Ltda.: Certidão Simplificada JUCESP/2025 - SEI 12466471;
Documentos relativos à Rádio Cultura de Gravataí Ltda.: Certidão Específica/2024 - SEI 11978891; Sistema de vinculações e procurações eletrônicas - SEI 12068365;

CONCLUSÃO
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 03/06/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12057582** e o código CRC **FC664A96**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 5605 (12465625)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 318

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitida pela repartição competente em 3 de abril de 2025 e em 29 de novembro de 2024 (SEI 11978884, SEI 12466471 e SEI 12138717). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SEI 11978884 - págs. 4/5 e SEI 12224125 - págs. 3/4).

8. A permissão para a execução do referido serviço foi concedida originalmente à Rádio Itai Ltda, por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981 (SEI 12466591). A outorga encontra-se vencida desde 2004 (SEI 11142367). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 14.898, de 16 de outubro de 2024, publicada no dia 7 de novembro de 2024, no bojo do processo nº 53115.009499/2024-75, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034 (SEI 11980893).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao sistema mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 1º de janeiro de 1996; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 12068480).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 12057582). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em

racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 12057582).

15. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 29 de novembro de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 12138717):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Adilson Higino da Silva	3.600	3.600,00
José Roberto Mauzer	4.000	4.000,00
Wagner Negrão Garcia	2.400	2.400,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Jefferson Silvério Cruz da Silva	Administrador

Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa



jurídica cessionária, seus sócios e diretor fazem parte do quadro social de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, na data de 3 de abril de 2025, senão vejamos (SEI 12465611):

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ								
CNPJ: 92.810.340/0001-04		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA						
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
93.213.353/0001-50	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	0,00	50,00	--	FM	RS	Esteio	--
				--	OM	RS	Esteio	Regional

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 125.261.088-29												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CATEDRAL DE SOROCABA LTDA	05.302.072/0001-07	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim	
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SC	Florianópolis	
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	SC	Florianópolis	
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araraquara	
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Blumenau	
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí	
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araraquara	
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Blumenau	
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Santa Maria	
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Rio Grande	
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Pelotas	
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí	

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF												
CPF: 052.807.248-07												
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO	
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	TV CIDADE DE BAURU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Bauru	
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí	
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Londrina	
		TV CIDADE DE BAURU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Bauru	
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí	
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Londrina	



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 127.239.538-31											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WAGNER NEGRAO GARCIA	127.239.538-31	ALAGOAS RADIO E TELEVISAO LTDA	12.706.990/0001-67	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICACAO LTDA	30.913.990/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Rio de Janeiro
		RADIO 98,1 FM LTDA	04.208.405/0001-70	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SE	Aracaju
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	GTVD	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	GTVD	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Fortaleza
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	TV	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Nacional	CE	Fortaleza

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 055.138.707-62											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	055.138.707-62	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RS	Esteio
		RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Esteio

17. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 12465611).

18. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 12057582).

19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

20. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 12466209). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 12466216):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Nota Técnica 5503 (12465625)

SEI 55119-007747/2023-95 / pg. 323

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12466692). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 12466739).

22. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM (vide item 9), que acompanhou o Ofício nº 40693/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963** (SEI 12145048 e SEI 12145397). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 12466746).

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 12466746) e de Exposição de Motivos (SEI 12466753), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 15 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subsequentes.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 03/06/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12465625** e o código CRC **352F2665**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12465625



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 5605 (12465625)

SEI 53115:007741/2023-95 / pg. 325

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda, por meio da da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Cultura de Gravataí Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (12466746)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 326

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 03/06/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12466746** e o código CRC **280D7778**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12466746



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Minuta_Fortuna_Transferencia Direta (12466746)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 327

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda, por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 03/06/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Minuta_Exposição de Motivos_ (12486735)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 328

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12466753** e o código CRC **45781C03**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12466753



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 64042/2025/MCOM

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM (12465625)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM (12465625), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 09/06/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12650734** e o código CRC **89C9C5D4**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12650734



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fafcf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício Interno 64042 (12650734)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 330

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

PARECER n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I-RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **transferência direta de titularidade de outorga para a exploração de serviço radiodifusão sonora em frequência modulada** na localidade de **Porto Alegre/RS**, vinculado ao FISTEL nº 03008007112, entre as entidades **RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.** (CNPJ nº 48.105.290/0001-64), na qualidade de cedente, e **RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.** (CNPJ nº 92.810.340/0001-04), na qualidade de cessionária.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (**SEI-11978884**).

3. Na **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

“19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

(...)

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.”

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-12466746)** e de **Exposição de Motivos (SEI-12466753)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

SEI n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12630576) SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 331



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

6. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

7. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

8. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

9. Conforme estabelece o **art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962**, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

10. É o que também dispõe o **art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR)**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 1963**:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

11. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

12. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

13. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

14. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

CEI nº: 00246/2023/CONJUR-MCM/CGU/AGU (12630576)

CEI 53115.007741/2023-95 / pg. 332



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

15. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

17. Nos termos do *caput* do **art. 222 da CRFB**, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

18. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

19. Nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

20. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR.

21. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

22. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

23. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

24. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11978884). Nesse ato, a cedente foi representada por **MARCIO TOMIO MORIZONO**, enquanto a cessionária foi representada por **JEFFERSON SILVÉRIO CRUZ DA SILVA**.

25. De acordo com as **certidões simplificadas** que foram apresentadas (SEI-12466471 e SEI-12138717), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

26. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.



27. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

*“ 1 0 . Tem-se, ademais, que, após consulta ao sistema mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 1º de janeiro de 1996; **portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 12068480).**” (negritos)*

28. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

29. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

“22. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM (vide item 9), que acompanhou o Ofício nº 40693/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 12145048 e SEI 12145397). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 12466746).”

30. Como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (SEI-12465400, fls. 1 e 2) e da certidão simplificada da junta comercial (SEI-12138717), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

31. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na supracitada **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

“17. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 12465611).”

18. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 12057582).”

32. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-10801354, fls. 1, SEI-10801354, fls. 3, SEI-11978894, SEI-10801354, fls. 5) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-12138717) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

33. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

34. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

III.3. - Documentação relativa à cedente



Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465397 , fls. 1,2)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978886) Validade: 18/02/2025
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978887) Validade: 28/04/2025
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12138716) Validade: 03/06/2025
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465397 , fls. 3-4) Validade: 03/05/2025
(VI) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465397 , fls. 5) Validade: 30/04/2025
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978890) Validade: 28/04/2025

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12138717)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 10801354 , fls. 1, SEI- 10801354 , fls. 3, SEI- 11978894 , SEI- 10801354 , fls. 5)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12546913 SEI 12546914 SEI 12546915 SEI 12546916 Exercício 2024)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db6-b451-bc20a71cdc1e>

SEI nº: 00246/2023/CONJUR-MC/M/CGO/AGU (12690576)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 335

fa9cf31c-7885-4db6-b451-bc20a71cdc1e

(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12546917) emitida em 25/04/2025
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12546917) emitida em 25/04/2025
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978900) Validade: 28/04/2025
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400, fls.3) Validade: 01/06/2025
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978902) Validade: 28/01/2025 (Porto Alegre/RS)
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400, fls. 4-5) Validade: 03/05/2025
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400, fls. 6) Validade: 21/04/2025
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978905) Validade: 28/04/2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

CEI nº: 00246/2025/CONJUR-MC/M/CGO/AGU (12690576)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 336

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e

<p>(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</p>	<p>Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.</p>	<p>Atendido (SEI 12224125)</p>
--	--	------------------------------------

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

36. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da aludida **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

"21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12466692). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 12466739)." (destacamos)

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

37. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-12466746**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

38. A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-12466753**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, entre a **RÁDIO NIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA** . (cedente) e s **RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA** . (cessionária), a localidade de **Porto Alegre/RS**, desde que atendida a ressalva contida no **parágrafo 35** deste Parecer.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

SEI Nº 53115.007741/2023-95 / pg. 337



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

40. As minutas de **Portaria** e de **Exposição de Motivos** que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

41. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

42. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para a adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília-DF, na data da assinatura digital.

Notas

1. [^] Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
2. [^] Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
3. [^] A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
4. [^] Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.
5. [^] Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

À consideração superior.

Brasília, 16 de junho de 2025.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007741202395 e da chave de acesso 027142ce



Qual sua percepção sobre esta manifestação?
Responda de forma anônima, em menos de 30 segundos!



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 338

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2671486215 e chave de acesso 027142ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 18-06-2025 11:08. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e>

CEI nº: 00246/2023/CONJUR-MCOW/CGO/AGU (12690576)

CEI 53115.007741/2023-95 / pg. 339

fa9cf31c-7885-4db5-b451-bc20a71cdc1e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007741/2023-95

INTERESSADOS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA E DA RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Porto Alegre/RS, que foi outorgada à entidade Rádio Universitária Metropolitana Ltda (cedente) para a entidade Rádio Cultura de Gravataí Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, desde que atendida a ressalva contida no seu parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 25 de junho de 2025.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007741202395 e da chave de acesso 027142ce



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

CEI n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12690576)

CEI 53115.007741/2023-95 / pg. 340

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2681513643 e chave de acesso 027142ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 25-06-2025 16:07. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

CEI nº: 00246/2023/CONJUR-MCOW/CGO/AGU (12690576)

CEI 53115.007741/2023-95 / pg. 341



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007741/2023-95

INTERESSADOS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA E DA RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007741202395 e da chave de acesso 027142ce



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2681832516 e chave de acesso 027142ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 25-06-2025 18:46. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4db6-b451-bc20a71cdc1e>

CEI n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12690576) SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 342

fa9cf31c-7885-4db6-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.007741/2023-95**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12690376), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 26/06/2025, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12691268** e o código CRC **1953BBAB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12691268



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 343

Despacho 12691268

SEI 53115.007741/2023-95

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.007741/2023-95

Referência: Parecer nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12690376)

Interessado: Rádio Universitária Metropolitana Ltda e da Rádio Cultura de Gravataí Ltda

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conj. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12690376), e providências cabíveis.

Brasília, 26 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessor Técnico**, em 27/06/2025, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12692681** e o código CRC **23D0B4A3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12692681



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 344

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.105.290/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/08/1976
NOME EMPRESARIAL RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REDE CAPITAL DE COMUNIC RADIO CAP BRAS TV CAP BRASILIA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV NOVE DE JULHO	NÚMERO 3939	COMPLEMENTO *****
CEP 01.407-000	BAIRRO/DISTRITO JD PAULISTA	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@AVALIACONTABILIDADE.COM.BR		TELEFONE (11) 3251-1067
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/06/2025** às **11:17:25** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12696211)

SEI 9515.007741/2023-95 / pg. 345



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
CNPJ: 48.105.290/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:30:40 do dia 11/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/08/2025.

Código de controle da certidão: **79DD.1407.AA99.ED5C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25061036816-60

Data e hora da emissão 30/06/2025 11:21:13

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo _Certidões_Cedente e Cessionária (1269821)

SEI 9915.007741/2023-95 / pg. 347



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 1259235 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 48.105.290/

Contribuinte: RADIO E TELEVISAO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

Liberação: 14/06/2025

Validade: 11/12/2025

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 8.292.752-9- Inicio atv :17/08/1976 (AV NOVE DE JULHO, 03939 - CEP: 01407-000)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:23:43 horas do dia 30/06/2025 (hora e data de Brasília).

e Autenticidade: 5336410E



cidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo _Certidões_Cedente e Cessionária (12698211)

SF15007741/2023-95 / pg. 348

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:27:14 do dia 30/06/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/07/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (12058211)

SER-95-15.007/41/2023-95 / pg. 349

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.105.290/0001-64
Razão Social: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA
Endereço: AV NOVE JULHO 3939 / JD PAULISTA / SAO PAULO / SP / 01488-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2025 a 15/07/2025

Certificação Número: 2025061604130376155144

Informação obtida em 30/06/2025 11:24:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrif/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (12696211)

SEI 9515.007741/2023-95 / pg. 351



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.105.290/0001-64

Certidão nº: 36710025/2025

Expedição: 30/06/2025, às 11:25:17

Validade: 27/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.105.290/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12056211)

SEI 9515.007741/2023-95 / pg. 352

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.810.340/0001-04 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 28/10/1966</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV MAUA</div>	<div>NÚMERO 2.011</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 701</div>
<div>CEP 90.030-080</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO HISTORICO</div>	<div>MUNICÍPIO PORTO ALEGRE</div>
<div>UF RS</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GRAVATAI-RS.FI@REDEALELUIA.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (51) 3019-7276</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/08/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/06/2025 às 11:27:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo _ Certidões _ Cedente e Cessionária (12696211)

SEI 9515.007741/2023-95 / pg. 353

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:54:46 do dia 27/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2025.

Código de controle da certidão: **DC9F.8081.F7C0.7D2B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA**

CNPJ base: **92.810.340/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **30 dias do mês de JUNHO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 28/8/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **35597530**

Autenticação: **45966053**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12698211)

SEI 3515.007741/2023-95 / pg. 355

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **30/07/2025**

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 25 de junho de 2025.

Certidão emitida em 30/06/2025 às 11:32:58, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 92.810.340/0001-04** e o código de autenticidade **5478C112B8A6**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

ANEXO - Certidões - Cedente e Cessionária (12696211)

SEI 99115.007741/2023-95 / pg. 356

fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:28:05 do dia 30/06/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/07/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJ.CPF=92810340000104](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNPJ.CPF=92810340000104)

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12698211) - 32199115.007741/2023-95 / pg. 357

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNP.ICPF=92810340000104](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/CertidaoPositiva/certidao.asp?NumCNP.ICPF=92810340000104)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 92.810.340/0001-04
Razão Social: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
Endereço: RUA SILVEIRO 1321 / MORRO SANTA TEREZA / PORTO ALEGRE / RS / 90850-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/06/2025 a 25/07/2025

Certificação Número: 2025062608070588273024

Informação obtida em 30/06/2025 11:33:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (12696211)

SEI 9515.007741/2023-95 / pg. 359



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 92.810.340/0001-04

Certidão nº: 36711244/2025

Expedição: 30/06/2025, às 11:28:32

Validade: 27/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **92.810.340/0001-04**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.deg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12056211)

SEI 93715.007741/2023-95 / pg. 360

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Acesso à InformaçãoBRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ								
CNPJ: 92.810.340/0001-04								
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
93.213.353/0001-50	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	0,00	50,00	--	FM	RS	Esteio	--
				--	OM	RS	Esteio	Regional

Usuário: -

Data: 30/06/2025

Hora: 11:37:32





Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		92.810.340/0001-04									
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
JADSON SANTOS EDINGTON	628.657.495-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	RS	Gravataí
JOAO MENDES DE JESUS	329.705.447-68	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
JORGE VIEIRA BISPO DOS SANTOS	146.176.685-00	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Gravataí
JOSE CELIO LOPES	787.343.477-04	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí

Usuário: -

Data: 30/06/2025

Hora: 11:37:45



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

anexo_Siacco_Cessionaria_Junho/2025 (12698214)

32195143.007741/2023-95 / pg. 362



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 125.261.088-29											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CATEDRAL DE SOROCABA LTDA	05.302.072/0001-07	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SC	Florianópolis
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	SC	Florianópolis
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araraquara
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Blumenau
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araraquara
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Blumenau
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Santa Maria
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Pelotas
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí

Usuário: -

Data: 30/06/2025

Hora: 11:37:57



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

anexo_Siacco_Sessionaria_Junho/2025 (12698214)

30/06/2025 11:37:41/2023-95 / pg. 363

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		052.807.248-07									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	TV CIDADE DE BAURU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Bauru
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Londrina
		TV CIDADE DE BAURU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Bauru
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Londrina

Usuário: -

Data: 30/06/2025

Hora: 11:38:16



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

Anexo_Siacco_Cessionaria_Junho/2025 (42698214)

32195143.00/7741/2023-95 / pg. 364

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		127.239.538-31									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WAGNER NEGRAO GARCIA	127.239.538-31	ALAGOAS RADIO E TELEVISAO LTDA	12.706.990/0001-67	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICACAO LTDA	30.913.990/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Rio de Janeiro
		RADIO 98,1 FM LTDA	04.208.405/0001-70	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SE	Aracaju
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	GTVD	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	GTVD	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Fortaleza
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	TV	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Nacional	CE	Fortaleza

Usuário: -

Data: 30/06/2025

Hora: 11:38:51



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


s.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

Anexo_Siacco_Cessionaria_Junho/2025 (42658214)

30/06/2025 11:30:7741/2023-95 / pg. 365

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		055.138.707-62									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	055.138.707-62	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RS	Esteio
		RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Esteio

Usuário: -

Data: 30/06/2025

Hora: 11:39:10

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº 53115.007741/2023-95

Data de protocolização do pedido: 23/03/2023

Entidade cedente: Rádio Universitária Metropolitana Ltda.

C.N.P.J. Nº 48.105.290/0001-64

Entidade cessionária: Rádio Cultura de Gravataí Ltda.

C.N.P.J. Nº 92.810.340/0001-04

Serviço: FM

Fistel nº: 03008007112

Localidade: Porto Alegre

UF: RS

Situação da Outorga:

(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11980893
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.009499/2024-75

Período: 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS

SITUAÇÃO

PÁG.(S)

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, firmadas pelo representante legal da cessionária, de que:

a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#));

a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#));

a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#));

a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#));

a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#));

a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#));

a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. ([Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#)).

Requerimento:
SEI 11978884

Declarações:
SEI 12224125

Validação assinatura digital
requerimento: SEI 12067621

OK

b) Licença de funcionamento

OK

SEI 12068480

c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)

OK

SEI 12698214
consulta em 30/06/2025

d) A pessoa jurídica optou pelo **parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão**

NÃO

SEI 12068373

e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio **se o serviço for executado em faixa de fronteira**.

NÃO SE APLICA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Checklist 12698214

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 367

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

RELATIVOS À CEDENTE

	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
REGULARIDADE FISCAL	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 12698211
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 2 SEI 12698211 Validade: 10/08/2025
		OK	Estadual: 3 SEI 12698211 Validade: 27/12/2025
		OK	Municipal: 4 SEI 12698211 Validade: 11/12/2025
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	5/6 SEI 12698211 Validade: 30/07/2025
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 12698211 Validade: 10/08/2025
		OK	FGTS: 7 SEI 12698211 Validade: 15/07/2025
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	8 SEI 12698211 Validade: 27/12/2025

RELATIVOS À CESSIONÁRIA

	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
HABILITAÇÃO JURÍDICA	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 12138717 emitida em 29/11/2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 12546913 SEI 12546914 SEI 12546915 SEI 12546916 Exercício 2024
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	SEI 12546917 emitida em 25/04/2025
	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	9 SEI 12698211
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 10 SEI 12698211 Validade: 24/12/2025
		OK	Estadual: 11 SEI 12698211 Validade: 28/08/2025
		OK	Municipal: 12 SEI 12698211 Validade: 30/07/2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.com.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 368

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

REGULARIDADE FISCAL	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	13/14 SEI12698211 Validade: 30/07/2025
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 10 SEI 12698211 Validade: 24/12/2025
		OK	FGTS: 15 SEI 12698211 Validade: 25/07/2025
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	16 SEI 12698211 Validade: 27/12/2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Adilson Higino da Silva CPF: 125.261.088-29	OK	1 SEI 10801354
	José Roberto Mauzer CPF: 052.807.248-07	OK	3 SEI 10801354
	Wagner Negrão Garcia CPF: 127.239.538-31	OK	SEI 11978894
	Jefferson Silvério Cruz da Silva CPF: 055.138.707-62	OK	5 SEI 10801354

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e> / pg. 369

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
---	-------	---------------	--

OBSERVAÇÕES
Documentos relativos à Rádio Universitária Metropolitana Ltda.: Certidão Simplificada JUCESP/2025 - SEI 12466471;
Documentos relativos à Rádio Cultura de Gravataí Ltda.: Certidão Específica/2024 - SEI 11978891; Sistema de vinculações e procurações eletrônicas - SEI 12068365;

CONCLUSÃO
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/07/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12698216** e o código CRC **D5FF7E90**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10746/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.

TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 64042/2025/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 12465625, SEI 12650734 e SEI 12690376).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu, de ofício, a atualização das certidões que porventura estivessem com o seu prazo de validade expirado.
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 12690376):

[...]

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/faf9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Nota Técnica 10746 (12659136)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 371



faf9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, entre a RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA . (cedente) e s RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA . (cessionária), na localidade de Porto Alegre/RS, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

DESPACHO n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.

2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Porto Alegre/RS, que foi outorgada à entidade Rádio Universitária Metropolitana Ltda (cedente) para a entidade Rádio Cultura de Gravataí Ltda (cessionária).

3. Conforme os termos do Parecer, desde que atendida a ressalva contida no seu parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 12698216).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI 12465625), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 12699214) e de Exposição de Motivos (SEI 12699219), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/07/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12699156** e o código CRC **64F7D709**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12699156



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda, por meio da da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Cultura de Gravataí Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 01/07/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12699214** e o código CRC **256B590B**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12699214



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Minuta _ Portaria _ Transfência Direta (12699214)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 375

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

Brasília, de de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 10746/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda, por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 01/07/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbcb451-bc20a71cdc1e> / Expostão de Motivo Transferência Direta (12055219) / SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 376

fa9cf31c-7885-4dbcb451-bc20a71cdc1e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12699219** e o código CRC **B9930B06**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12699219



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbcb451-bc20a71cdc1e> hnta_Exposição de Motivo Transfereência Direta (12699219) SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 377

fa9cf31c-7885-4dbcb451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 18819, DE 7 DE JULHO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a **RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.**, inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Cultura de Gravataí Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/08/2025, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12715569** e o código CRC **BA166C07**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12715569



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Portaria 18819 Transferência Deleia (12715569)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 378

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 07 de julho de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 10746/2025/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM Nº 18.819, de 7 de julho de 2025, publicada em _____, que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/08/2025, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12716048** e o código CRC **D840333B**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12716048



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Exposição de Motivos 477 - Transferência Direta (12716048)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 379

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 65365/2025/MCOM

À Senhora
Daniela Gonçalves Garcia
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 18819/2025 (12715569) e a Exposição de Motivos nº 477/2025 (12716048)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10746/2025 (12699156), encaminho a Portaria nº 18819/2025 (12715569) e a Exposição de Motivos nº 477/2025 (12716048), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 17/07/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12716054** e o código CRC **D631851B**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12716054



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/faf9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e>

Ofício Interno 65365 (12716054)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 380

faf9cf31c-7885-4db5-bc20a71cdc1e

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com solicitação de publicação de materiais com as seguintes características:

Data de envio: 15/08/2025 19:01:26
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 11224093
Data prevista de publicação: 18/08/2025
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

Os materiais enviados somente serão publicados nos dados e jornais indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de materiais nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valentia
23005504	ATO PORTARIA MCOM NA 19008.rtf	a23e73622751aaaa caadba23e1b5ab6e	7,00	R\$ 298,69
23005505	ATO PORTARIA MCOM NA 18895.rtf	091677a7234c0eea 1ef9640efb30d76e	7,00	R\$ 298,69
23005506	ATO PORTARIA MCOM NA 18817.rtf	71581f5f6c78eeda fdb08d1de35cceb2	8,00	R\$ 341,36
23005507	ATO PORTARIA MCOM NA 18820.rtf	866f6368d32c46c6 fc60a73fd66deb89	8,00	R\$ 341,36
23005508	ATO PORTARIA MCOM NA 18821.rtf	edaa15f321c446be e12286714ed21db6	7,00	R\$ 298,69
23005509	ATO PORTARIA MCOM NA 18822.rtf	a1cce47e12918286 e3df05de439a16b1	7,00	R\$ 298,69
23005510	ATO PORTARIA MCOM NA 18823.rtf	0ee7b4bdb1092ea7 54fafe4c410959b2	8,00	R\$ 341,36
23005511	ATO PORTARIA MCOM NA 18824.rtf	bae9561cc0ca555f 48b5f92f8a7fe482	8,00	R\$ 341,36
23005512	ATO PORTARIA MCOM NA 18834.rtf	db3122db85598baa6ea76ef82b63ee03	7,00	R\$ 298,69
23005513	ATO PORTARIA MCOM NA 18835.rtf	96150bfcfae87b83 8c59a2700860aa92	7,00	R\$ 298,69
23005514	ATO PORTARIA MCOM NA 18838.rtf	f5918b452a2f03cf 483bcffefb5b88f6	7,00	R\$ 298,69
23005515	ATO PORTARIA MCOM NA 19003.rtf	2e31012b74e66b26 2ec432120067287f	7,00	R\$ 298,69
23005516	ATO PORTARIA MCOM NA 18839.rtf	1d76d9c4e9c7755f643f16b0c73fb5a2	7,00	R\$ 298,69
23005517	ATO PORTARIA MCOM NA 18856.rtf	d340c22f6532e64c a54279c2965ff8f6	7,00	R\$ 298,69
23005518	ATO PORTARIA MCOM NA 18863.rtf	fa5b1d2089241d8c 73d0dd87b4d20693	8,00	R\$ 341,36
19	ATO PORTARIA MCOM NA 18866.rtf	4bc44d43c88e0fda 69114b30491705cb	7,00	R\$ 298,69



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www.gov.br/recibo-do?idof=11224093>

https://www.gov.br/recibo-do?idof=11224093 - Câmara Leg. br/16819/2025 - 12804542

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 381

23005520	ATO PORTARIA MCOM NA 18867.rtf	36a2e0668f82a838 38005970f2704878	8,00	R\$ 341,36
23005521	ATO PORTARIA MCOM NA 18868.rtf	2810f88349cfd224 68832b7ec56916b8	7,00	R\$ 298,69
23005522	ATO PORTARIA MCOM NA 18946.rtf	7a4d19f841aa3b70 661671d5d637bc5e	7,00	R\$ 298,69
23005523	ATO PORTARIA MCOM NA 18779.rtf	c5acce2551f912fe 9837d0a689985d8c	7,00	R\$ 298,69
23005524	ATO PORTARIA MCOM NA 18955.rtf	f91c17359c585e75 ddc0fc171f874578	8,00	R\$ 341,36
23005525	ATO PORTARIA MCOM NA 18956.rtf	2132ee24452eafc7 c62e3f9429b176b7	8,00	R\$ 341,36
23005526	ATO PORTARIA MCOM NA 19002.rtf	f53e07847dbc500d d5af78e2a86f0716	8,00	R\$ 341,36
23005527	ATO PORTARIA MCOM NA 18957.rtf	c4d2041d02e3bc16 6cf6359bbb8e8601	7,00	R\$ 298,69
23005528	ATO PORTARIA MCOM NA 18947.rtf	49ab79715295b55c 6ed9af1bfaec0a5e	7,00	R\$ 298,69
23005529	ATO PORTARIA MCOM NA 18978.rtf	02fba1829b441a88 afbbc64e71857d45	7,00	R\$ 298,69
23005530	ATO PORTARIA MCOM NA 18979.rtf	6b5d53c9cc759166 c79be2669c21dba2	7,00	R\$ 298,69
23005531	ATO PORTARIA MCOM NA 18891.rtf	d447e3e3c71833f8 bec090d3ba1e5ed8	7,00	R\$ 298,69
23005532	ATO PORTARIA MCOM NA 18893.rtf	b21164f4fc6d6700 83c025f1048910a8	8,00	R\$ 341,36
23005533	ATO PORTARIA MCOM NA 18896.rtf	c6a4b05db8afa491 c3c44a175ca37099	7,00	R\$ 298,69
23005534	ATO PORTARIA MCOM NA 18897.rtf	315cdee3dd7191b3 055372a567e0f655	7,00	R\$ 298,69
23005535	ATO PORTARIA MCOM NA 19007.rtf	175f184e3163f8b8 9e0881ada5b6c58e	7,00	R\$ 298,69
23005536	ATO PORTARIA MCOM NA 19909.rtf	4e2ba882568cf376 8875bda0ca25c7f7	7,00	R\$ 298,69
23005537	ATO PORTARIA MCOM NA 18997.rtf	49734d404dafad54 8e4f91a27788296f	6,00	R\$ 256,02
23005538	ATO PORTARIA MCOM NA 19013.rtf	0ba439d7f42fc869 746b5752294f1392	7,00	R\$ 298,69
23005539	ATO PORTARIA MCOM NA 19014.rtf	aff431a967587b2a 1eec386e5b1e43d8	7,00	R\$ 298,69
23005540	ATO PORTARIA MCOM NA 19015.rtf	070adc3b1177bf44 ac6de1d92078f469	7,00	R\$ 298,69
23005541	ATO PORTARIA MCOM NA 19076.rtf	c738c101fd0b4ba6 1c8acef9e9cd1064	7,00	R\$ 298,69
23005542	ATO PORTARIA MCOM NA 18959.rtf	1a662ac331dbcef4 e89bf78c56632dc0	7,00	R\$ 298,69
23005543	ATO PORTARIA MCOM NA 18958.rtf	2027f879b08ddcc5 d99397f02116971b	7,00	R\$ 298,69
23005544	ATO PORTARIA MCOM NA 19370.rtf	1c79b274d0490e8b 4d3c5cc5171d5d8c	7,00	R\$ 298,69
23005545	ATO PORTARIA MCOM NA 19258.rtf	34f08e013ca7c600 792312c4a0b67f51	7,00	R\$ 298,69
23005546	ATO PORTARIA MCOM NA 19106.rtf	ff56215fb4abd5e9 fcb6f775f15f4853	7,00	R\$ 298,69
23005547	ATO PORTARIA MCOM NA 19066.rtf	c2a24219446993cb 05485ab05de96097	7,00	R\$ 298,69
23005548	ATO PORTARIA MCOM NA 18996.rtf	d053c98f83b0fc0b 594c12d3fa473508	6,00	R\$ 256,02
23005549	ATO PORTARIA MCOM NA 19372.rtf	41cdfb72b9bd1132 34ec4c09f3980bad	7,00	R\$ 298,69



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1.gov.br/recibo-do?idof=11224093

https://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.do?id=11224093

Evento INEOM N° 1124093 - Portaria n° 16619/2023 (12804542)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 382

23005550	ATO PORTARIA MCOM NA 18894.rtf	7d5d10d1e3fb6e64e00590bade3dd49e	7,00	R\$ 298,69
23005551	ATO PORTARIA MCOM NA 18819.rtf	ce2126ff42329dbbe5e61ac73c1866a4	11,00	R\$ 469,37
23005552	ATO PORTARIA MCOM NA 18899.rtf	c4afad0030547468b46a41f18a7f5f88	9,00	R\$ 384,03
23005553	ATO PORTARIA MCOM NA 18842.rtf	38d87afdaed24f57f008698c7997fee2	9,00	R\$ 384,03
TOTAL DO OFICIO			366,00	R\$ 15.617,22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www1.gov.br/recibo-do?idof=11224093

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/08/2025 | Edição: 156 | Seção: 1 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 18.819, DE 7 DE JULHO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão concedida originalmente à Rádio Itaí Ltda., por meio da da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Cultura de Gravataí Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac3e42214

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (21) 2535499	E-mail:
CNPJ: 48.105.290/0001-64	Número do Fistel: 03008007112
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2034	
Observações: SG143/83,SSR44/83,SSC25/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA NOVE DE JULHO	Complemento:	
Bairro: JARDIM PAULISTA	Numero: 3939	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 01406100

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. JULHO DE CASTILHOS, 607 - CENTRO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: .	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90131030

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Estrada da Embratel, S/N	Complemento:	
Bairro: Glória	Numero:	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 91712010

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Avenida Júlio de Castilhos	Complemento:	
Bairro: Centro Histórico	Numero: 607	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90030131

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Porto Alegre	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 263	Frequência: 100.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 15.9234kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



25/16/08/01 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbb-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Canal Cedente (42669279)

SER 53119.007/41/2023-95 / pg. 385

Informações Gerais	
Número da Estação: 9545883	Número Indicativo: ZYD562
Data Último Licenciamento: 21/09/2024	Número da Licença: 53500.077012/2024-33

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 30° 04' 55.34" S	Longitude: 51° 10' 58.84" W	Cota da base: 266.4 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 10K
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: 10.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF-158-50JA-A0	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 65 m	Atenuação: 0.661 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FA4RU263	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 146 °	Polarização: Circular	HCI: 60 m	ERP Máxima: 15.92 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.77	5°: 2.72	10°: 2.65	15°: 2.53	20°: 2.39	25°: 2.25	30°: 2.13	35°: 2.02	40°: 1.94	45°: 1.87	50°: 1.83	55°: 1.82
60°: 1.83	65°: 1.83	70°: 1.83	75°: 1.85	80°: 1.9	85°: 2.05	90°: 2.22	95°: 2.39	100°: 2.54	105°: 2.64	110°: 2.73	115°: 2.83
120°: 2.92	125°: 2.94	130°: 2.94	135°: 2.94	140°: 2.94	145°: 2.94	150°: 2.94	155°: 2.94	160°: 2.94	165°: 2.95	170°: 2.94	175°: 2.89
180°: 2.84	185°: 2.84	190°: 2.84	195°: 2.84	200°: 2.84	205°: 2.84	210°: 2.84	215°: 2.84	220°: 2.84	225°: 2.84	230°: 2.84	235°: 2.84
240°: 2.84	245°: 2.84	250°: 2.84	255°: 2.84	260°: 2.84	265°: 2.84	270°: 2.84	275°: 2.84	280°: 2.84	285°: 2.84	290°: 2.84	295°: 2.84
300°: 2.84	305°: 2.84	310°: 2.84	315°: 2.84	320°: 2.84	325°: 2.84	330°: 2.84	335°: 2.84	340°: 2.84	345°: 2.85	350°: 2.84	355°: 2.81

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.000 kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 15.92 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1217131980	20	Portaria	MC	13/02/1981	19/02/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250029600201999	4598	Portaria	MCTIC	09/09/2019	10/09/2019	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		04/07/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	40	Portaria	MC	11/01/1983	27/01/1983	Multa	Jurídico
9999	190483	Despacho	MC	19/04/1983	09/05/1983	Advertência	Jurídico
9999	281284	Despacho	MC	28/12/1984		Advertência	Jurídico
9999	80485	Despacho	MC	08/04/1985		Advertência	Jurídico
9999	240	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Técnico
9999	165	Ofício	MC	04/04/1986		Advertência	Jurídico
9999	30889	Despacho	MC	03/08/1989		Advertência	Jurídico
9999	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Advertência	Jurídico
9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Advertência	Jurídico
9999	270391	Despacho	MC	27/03/1991		Advertência	Jurídico
9999	100592	Despacho	MC	10/05/1992		Advertência	Jurídico
9999	1428	Portaria	MC	14/09/1993	22/09/1983	Multa	Jurídico
9999	2083	Portaria	MC	16/12/1996	31/03/1997	Renovação	Jurídico
9999	1311	Portaria	MC	02/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
9999	3107	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	310701	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	48	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Renovação	Jurídico



9999	184	Portaria	MC	18/05/2005	24/05/2005	Multa	Jurídico
9999	56	Despacho	MC	01/04/2008		Advertência	Jurídico
9999	163	Portaria	MC	09/04/2009	29/07/2009	Multa	Jurídico
53500.025788/2016-68	4320	Ato	ORLE	20/10/2016	31/10/2016	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000066448201385	12895	Portaria	MC	10/04/2024	29/04/2024	Renovação	Jurídico
53115009499202475	14898	Portaria	MC	16/10/2024	07/11/2024	Renovação	Jurídico
53115.007741/2023-95	18819	Portaria	MC	07/07/2025	19/08/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento

00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo



25/16:08:02 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Canal Cedente (42669279)

53115.007741/2023-95 / pg. 388

Id solicitação: 57dbac3e42214

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (51) 3227-6860	E-mail: dp@eaconty.com.br
CNPJ: 92.810.340/0001-04	Número do Fistel: 03008007112
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2034	
Observações: SG143/83,SSR44/83,SSC25/96,RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Mauá	Complemento: - Sala 701	
Bairro: Centro Histórico	Numero: 2011	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90030080

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. JULHO DE CASTILHOS, 607 - CENTRO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: .	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90131030

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Estrada da Embratel, S/N	Complemento:	
Bairro: Glória	Numero:	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 91712010

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Avenida Júlio de Castilhos	Complemento:	
Bairro: Centro Histórico	Numero: 607	
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP: 90030131

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Porto Alegre	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 263	Frequência: 100.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 15.9234kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/13:08:46 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f99cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Canal Cessionária (12810587)

SEP 59115-007/741/2023-95 / pg. 389

Informações Gerais	
Número da Estação: 9545883	Número Indicativo: ZYD562
Data Último Licenciamento: 21/09/2024	Número da Licença: 53500.077012/2024-33

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 30° 04' 55.34" S	Longitude: 51° 10' 58.84" W	Cota da base: 266.4 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012830602337	Modelo: TFM 10K
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	Potência de Operação: 10.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF-158-50JA-A0	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 65 m	Atenuação: 0.661 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FA4RU263	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 146 °	Polarização: Circular	HCI: 60 m	ERP Máxima: 15.92 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.77	5°: 2.72	10°: 2.65	15°: 2.53	20°: 2.39	25°: 2.25	30°: 2.13	35°: 2.02	40°: 1.94	45°: 1.87	50°: 1.83	55°: 1.82
60°: 1.83	65°: 1.83	70°: 1.83	75°: 1.85	80°: 1.9	85°: 2.05	90°: 2.22	95°: 2.39	100°: 2.54	105°: 2.64	110°: 2.73	115°: 2.83
120°: 2.92	125°: 2.94	130°: 2.94	135°: 2.94	140°: 2.94	145°: 2.94	150°: 2.94	155°: 2.94	160°: 2.94	165°: 2.95	170°: 2.94	175°: 2.89
180°: 2.84	185°: 2.84	190°: 2.84	195°: 2.84	200°: 2.84	205°: 2.84	210°: 2.84	215°: 2.84	220°: 2.84	225°: 2.84	230°: 2.84	235°: 2.84
240°: 2.84	245°: 2.84	250°: 2.84	255°: 2.84	260°: 2.84	265°: 2.84	270°: 2.84	275°: 2.84	280°: 2.84	285°: 2.84	290°: 2.84	295°: 2.84
300°: 2.84	305°: 2.84	310°: 2.84	315°: 2.84	320°: 2.84	325°: 2.84	330°: 2.84	335°: 2.84	340°: 2.84	345°: 2.85	350°: 2.84	355°: 2.81

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM 3000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.000 kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 15.92 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1217131980	20	Portaria	MC	13/02/1981	19/02/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250029600201999	4598	Portaria	MCTIC	09/09/2019	10/09/2019	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		04/07/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	40	Portaria	MC	11/01/1983	27/01/1983	Multa	Jurídico
9999	190483	Despacho	MC	19/04/1983	09/05/1983	Advertência	Jurídico
9999	281284	Despacho	MC	28/12/1984		Advertência	Jurídico
9999	80485	Despacho	MC	08/04/1985		Advertência	Jurídico
9999	240	Portaria	MC	09/10/1985	18/10/1985	Renovação	Técnico
9999	165	Ofício	MC	04/04/1986		Advertência	Jurídico
9999	30889	Despacho	MC	03/08/1989		Advertência	Jurídico
9999	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Advertência	Jurídico
9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Advertência	Jurídico
9999	270391	Despacho	MC	27/03/1991		Advertência	Jurídico
9999	100592	Despacho	MC	10/05/1992		Advertência	Jurídico
9999	1428	Portaria	MC	14/09/1993	22/09/1993	Multa	Jurídico
9999	2083	Portaria	MC	16/12/1996	31/03/1997	Renovação	Jurídico
9999	1311	Portaria	MC	02/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
9999	3107	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	310701	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	48	Decreto Legislativo	CN	16/04/2003	17/04/2003	Renovação	Jurídico



9999	184	Portaria	MC	18/05/2005	24/05/2005	Multa	Jurídico
9999	56	Despacho	MC	01/04/2008		Advertência	Jurídico
9999	163	Portaria	MC	09/04/2009	29/07/2009	Multa	Jurídico
53500.025788/2016-68	4320	Ato	ORLE	20/10/2016	31/10/2016	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000066448201385	12895	Portaria	MC	10/04/2024	29/04/2024	Renovação	Jurídico
53115009499202475	14898	Portaria	MC	16/10/2024	07/11/2024	Renovação	Jurídico
53115.007741/2023-95	18819	Portaria	MC	07/07/2025	19/08/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento

00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo



25/13:08:47 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Relatório Canal Cessionária (12810587)

53115.007741/2023-95 / pg. 392



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 67379/2025/MCOM

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos nº 477/2025 (12716048)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 10746/2025 (12699156), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 477/2025 (12716048), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 20/08/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12811225** e o código CRC **A668B11C**.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12811225



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

Ofício Interno 67379 (12811225)

SEI 53115.007741/2023-95 / pg. 393

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/08/2025 | Edição: 156 | Seção: 1 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 18.819, DE 7 DE JULHO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda., por meio da da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., inscrita no C.N.P.J. nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Cultura de Gravataí Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95.

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitida pela repartição competente em 3 de abril de 2025 e em 29 de novembro de 2024 (SEI 11978884, SEI 12466471 e SEI 12138717). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SEI 11978884 - págs. 4/5 e SEI 12224125 - págs. 3/4).

8. A permissão para a execução do referido serviço foi concedida originalmente à Rádio Itai Ltda, por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981 (SEI 12466591). A outorga encontra-se vencida desde 2004 (SEI 11142367). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 14.898, de 16 de outubro de 2024, publicada no dia 7 de novembro de 2024, no bojo do processo nº 53115.009499/2024-75, que tratou da renovação da outorga para o período de 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034 (SEI 11980893).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao sistema mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 1º de janeiro de 1996; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 12068480).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 12057582). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e documentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 12057582).

15. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 29 de novembro de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 12138717):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Adilson Higino da Silva	3.600	3.600,00
José Roberto Mauzer	4.000	4.000,00
Wagner Negrão Garcia	2.400	2.400,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Jefferson Silvério Cruz da Silva	Administrador

16. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa cessionária, seus sócios e diretor fazem parte do quadro social de outras entidades executantes dos



serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, na data de 3 de abril de 2025, senão vejamos (SEI 12465611):

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ								
CNPJ: 92.810.340/0001-04								
RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
93.213.353/0001-50	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	0,00	50,00	--	FM	RS	Esteio	--
				--	OM	RS	Esteio	Regional

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 125.261.088-29											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ADILSON HIGINO DA SILVA	125.261.088-29	RADIO CATEDRAL DE SOROCABA LTDA	05.302.072/0001-07	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Votorantim
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SC	Florianópolis
		TELEVISAO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA	83.900.050/0001-52	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	SC	Florianópolis
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araraquara
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Blumenau
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA	02.344.518/0001-78	Sócio	99818	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araraquara
		TV TOP LTDA	02.428.765/0001-52	Sócio	459000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Blumenau
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Santa Maria
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Rio Grande
		SISTEMA RIOGRANDENSE DE RADIODIFUSAO LTDA	07.803.640/0001-89	Sócio	7500	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Pelotas
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	2000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 052.807.248-07											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO MAUZER	052.807.248-07	TV CIDADE DE BAURIU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Bauru
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Londrina
		TV CIDADE DE BAURIU LTDA	58.018.441/0001-09	Sócio	250000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Bauru
		RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA	92.810.340/0001-04	Sócio	4000	0,00%	0,00%	OM	Regional	RS	Gravataí
		RADIO ATALAIA DE LONDRINA LTDA	61.487.815/0001-31	Sócio	300	0,00%	0,00%	OM	Regional	PR	Londrina



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 127.239.538-31											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WAGNER NEGRAO GARCIA	127.239.538-31	ALAGOAS RADIO E TELEVISAO LTDA	12.706.990/0001-67	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICACAO LTDA	30.913.990/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RJ	Rio de Janeiro
		RADIO 98,1 FM LTDA	04.208.405/0001-70	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	SE	Aracaju
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	GTVD	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	GTVD	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Fortaleza
		REDE FAMILIA DE COMUNICACAO LTDA	48.393.755/0001-20	Sócio	100500	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Limeira
		TELEVISAO GOYA LTDA	01.279.835/0001-95	Sócio	66667	0,00%	0,00%	TV	--	GO	Goiânia
		TV CABRALIA LTDA	13.494.265/0001-35	Sócio	381300	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA	07.250.764/0001-84	Sócio	3500	0,00%	0,00%	OM	Nacional	CE	Fortaleza

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 055.138.707-62											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA	055.138.707-62	RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RS	Esteio
		RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA	93.213.353/0001-50	Diretor (DIRETOR ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	RS	Esteio

17. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 12465611).

18. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 12057582).

19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

20. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 12466209). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 12466216):

não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Universitária Metropolitana Ltda, inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, para a execução do serviço de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12466692). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 12466739).

22. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM (vide item 9), que acompanhou o Ofício nº 40693/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 12145048 e SEI 12145397). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 12466746).

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 12466746) e de Exposição de Motivos (SEI 12466753), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, de acordo com o exposto no parágrafo 15 desta manifestação, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subsequentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 03/06/2025, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 03/06/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 03/06/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12465625** e o código CRC **352F2665**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12465625



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10746/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.

MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Universitária Metropolitana Ltda** e da **Rádio Cultura de Gravataí Ltda**, inscritas no CNPJ nº 48.105.290/0001-64 e CNPJ nº 92.810.340/0001-04, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 64042/2025/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 12465625, SEI 12650734 e SEI 12690376).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu, de ofício, a atualização das certidões que porventura estivessem com o seu prazo de validade expirado.
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 12690376):

[...]

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[...]

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, entre a RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA . (cedente) e s RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA . (cessionária), na localidade de Porto Alegre/RS, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

DESPACHO n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Porto Alegre/RS, que foi outorgada à entidade Rádio Universitária Metropolitana Ltda (cedente) para a entidade Rádio Cultura de Gravataí Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, desde que atendida a ressalva contida no seu parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 12698216).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI 12465625), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 12699214) e de Exposição de Motivos (SEI 12699219), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/07/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/07/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12699156** e o código CRC **64F7D709**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.007741/2023-95

Documento nº 12699156



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

PARECER n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007741/2023-95

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA (CEDENTE) E RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I-RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **transferência direta de titularidade de outorga para a exploração de serviço radiodifusão sonora em frequência modulada** na localidade de **Porto Alegre/RS**, vinculado ao FISTEL nº 03008007112, entre as entidades **RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA.** (CNPJ nº 48.105.290/0001-64), na qualidade de cedente, e **RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA.** (CNPJ nº 92.810.340/0001-04), na qualidade de cessionária.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (**SEI-11978884**).

3. Na **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"19. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

(...)

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre/RS, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963."

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-12466746)** e de **Exposição de Motivos (SEI-12466753)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

6. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

7. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

8. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

9. Conforme estabelece o **art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962**, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

10. É o que também dispõe o **art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR)**, aprovado pelo **Decreto nº 52.795, de 1963**:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

11. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

12. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

13. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

14. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder



15. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

17. Nos termos do *caput* do **art. 222 da CRFB**, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

18. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

19. Nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

20. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR.

21. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

22. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

23. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

24. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11978884). Nesse ato, a cedente foi representada por **MARCIO TOMIO MORIZONO**, enquanto a cessionária foi representada por **JEFFERSON SILVÉRIO CRUZ DA SILVA**.

25. De acordo com as **certidões simplificadas** que foram apresentadas (SEI-12466471 e SEI-12138717), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

26. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.



27. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

“ 1 0 . Tem-se, ademais, que, após consulta ao sistema mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 1º de janeiro de 1996; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 12068480). ” (negritos)

28. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

29. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

“22. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 21605/2024/SEI-MCOM (vide item 9), que acompanhou o Ofício nº 40693/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 12145048 e SEI 12145397). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 12466746). ”

30. Como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (SEI-12465400, fls. 1 e 2) e da certidão simplificada da junta comercial (SEI-12138717), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

31. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na supracitada **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

“17. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 12465611). ”

18. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 12057582). ”

32. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-10801354, fls. 1, SEI-10801354, fls. 3, SEI-11978894, SEI-10801354, fls. 5) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-12138717) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

33. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

34. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

III.3. - Documentação relativa à cedente



Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465397 , fls. 1,2)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978886) Validade: 18/02/2025
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978887) Validade: 28/04/2025
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12138716) Validade: 03/06/2025
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465397 , fls. 3-4) Validade: 03/05/2025
(VI) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465397 , fls. 5) Validade: 30/04/2025
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978890) Validade: 28/04/2025

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12138717)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 10801354 , fls. 1, SEI- 10801354 , fls. 3, SEI- 11978894 , SEI- 10801354 , fls. 5)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12546913 SEI 12546914 SEI 12546915 SEI 12546916 Exercício 2024)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12546917) emitida em 25/04/2025
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12546917) emitida em 25/04/2025
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978900) Validade: 28/04/2025
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400, fls.3) Validade: 01/06/2025
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978902) Validade: 28/01/2025 (Porto Alegre/RS)
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 12465400, fls. 4-5) Validade: 03/05/2025
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI <u>12465400</u> , fls. 6) Validade: 21/04/2025
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11978905) Validade: 28/04/2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

<p>(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</p>	<p>Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.</p>	<p>Atendido (SEI 12224125)</p>
--	--	------------------------------------

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

36. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da aludida **NOTA TÉCNICA Nº 5605/2025/SEI-MCOM (SEI-12465625)**:

"21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12466692). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 12466739)." (destacamos)

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

37. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (SEI-12466746) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

38. A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (SEI-12466753) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, entre a **RÁDIO NIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA** . (cedente) e s **RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA** . (cessionária), a localidade de **Porto Alegre/RS**, desde que atendida a ressalva contida no **parágrafo 35** deste Parecer.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



40. As minutas de **Portaria** e de **Exposição de Motivos** que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

41. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

42. Pelo encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para a adoção das providências a seu encargo.

À consideração superior.

Brasília-DF, na data da assinatura digital.

Notas

- ¹ Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
- ² Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
- ³ A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
- ⁴ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.
- ⁵ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

À consideração superior.

Brasília, 16 de junho de 2025.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007741202395 e da chave de acesso 027142ce



Qual sua percepção sobre
esta manifestação?
Responda de forma
anônima, em menos de 30
segundos!



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2671486215 e chave de acesso 027142ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 18-06-2025 11:08. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007741/2023-95

INTERESSADOS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA E DA RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Porto Alegre/RS, que foi outorgada à entidade Rádio Universitária Metropolitana Ltda (cedente) para a entidade Rádio Cultura de Gravataí Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, desde que atendida a ressalva contida no seu parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 25 de junho de 2025.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão Substituto
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007741202395 e da chave de acesso 027142ce



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2681513643 e chave de acesso 027142ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 25-06-2025 16:07. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00963/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.007741/2023-95

INTERESSADOS: RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA E DA RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 957/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115007741202395 e da chave de acesso 027142ce



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2681832516 e chave de acesso 027142ce no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 25-06-2025 18:46. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

AOS PROTOCOLOS SAJ, SE/CC e SAG, À CGINF

Assunto: **Transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 1.019, de 10 de dezembro de 1953, e posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., inscrita no CNPJ nº 48.105.290/0001-64, através da Portaria nº 20, de 13 de fevereiro de 1981, publicada em 19 de fevereiro de 1981, para a RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 92.810.340/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 03008007112, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.**

1. Encaminhado EXM 140 2025 MCOM, do SEI ATOS, para análise e providências.

BIANCA CARDILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente**, **Divisão de Publicação de Atos Oficiais**, em 01/09/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6958485** e o código CRC **9BA7520F** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 01 de setembro de 2025.

Referência: Exposição de Motivos nº 140/2025 MCOM (6958049)

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

EDISON DOS SANTOS TIBÃES
Assistente



Documento assinado eletronicamente por **Edison dos Santos Tibães, Assistente**, em 01/09/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6958626** e o código CRC **88CFD77A** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 864/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 00333.000363/2025-40.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 140/2025 MCOM, de 26 de agosto de 2025, do Ministério das Comunicações

ASSUNTO: Transferência da outorga comercial de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Porto Alegre/RS.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 140/2025 MCOM (6958049), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, acompanhado da [Portaria MCOM Nº 18.819, de 7 de julho de 2025](#), que transfere a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda. - Cedente, inscrita no CNPJ sob o nº 48.105.290/0001-64, para a empresa RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA. Cessionária, inscrita no CNPJ sob o nº 92.810.340/0001-04, FISTEL nº 03008007112, sem direito à exclusividade, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de acordo com o disposto na alínea "c" do art. 38 do [Código Brasileiro de Telecomunicações^{\[1\]}](#), e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^{\[2\]}](#).

2. Segundo o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo. A prévia anuência do Poder Público se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795, de 1963. Conforme o art. 93 do referido decreto, a transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes no decreto, sendo observado os prazos e condições estabelecidas originalmente na outorga.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Nota Técnica nº 5605/2025/SEI-MCOM, de 04/06/2025 (6958052), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE/MCOM, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga, nos termos do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1.962, e dos arts. 93 e 94 do Decreto nº 52.795, de 1963.
- Parecer Jurídico nº 00248/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 18/06/2025 (6958054), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de transferência direta da outorga.
- Lista de Verificação de Documentos - Transferência de Outorga Comercial, de 03/06/2025 (6958050, p. 314-317), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social^{\[3\]}](#); e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro^{\[4\]}](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	92.810.340/0001-04
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CULTURA DE GRAVATAI LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ADILSON HIGINO DA SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	WAGNER NEGRAO GARCIA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JOSE ROBERTO MAUZER
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	JEFFERSON SILVERIO CRUZ DA SILVA
Qualificação:	05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/09/2025 às 11:52 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de transferência direta de outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

KARLA BRANQUINHO DOS SANTOS
Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)



stituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).
rovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

[3] O **SIACCO** é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 05/11/2025, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Branquinho dos Santos Gonzaga, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 05/11/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 05/11/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7030846** e o código CRC **ECAD9EAD** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000363/2025-40

SEI nº 7030846

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

00333.000363/2025-40

Nota SAJ - Radiodifusão nº 1037 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA
Assunto:	Serviço de radiodifusão sonora. Transferência de outorga, de rádio comercial em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, comunicando a transferência, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.
Processo nº:	00333.000363/2025-40

Senhor Secretário Especial,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 00333.000363/2025-40, Processo Administrativo nº 53115.007741/2023-95, cuja proposta é a solicitação de autorização para transferência de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM).
- Assim, o processo diz respeito à transferência direta de outorga, cujo procedimento encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores. No caso concreto, a entidade **RÁDIO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA** (cedente), inscrita no CNPJ sob nº 48.105.290/0001-64, requer autorização para efetuar a transferência direta da outorga de rádio FM, na localidade de PORTO ALEGRE/RS, à **RÁDIO CULTURA DE GRAVATAÍ LTDA**. (cessionária), inscrita no CNPJ sob nº 92.810.340/0001-04.
- É importante observar que, em que pese a outorga se encontrar vencida, o Ministério das Comunicações - MCOM aponta a existência de processo administrativo relativo ao pedido de renovação de outorga (Processo nº 53115.009499/2024-75), para o período 2024/2034.
- O § 5º do art. 222 da Constituição Federal prevê que as alterações de controle societário de empresas de radiodifusão deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.
- O MCOM analisou os documentos que instruem o processo, tendo atestado a regularidade do procedimento, por suas Notas Técnicas. A Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil – SAG/CC/PR manifestou-se favoravelmente à autorização para transferência da outorga.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República o **ato** do Ministro das Comunicações **que autoriza a transferência de outorga** de exploração do Serviço de Radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM). A *transferência direta* da outorga se dá quando a concessão ou permissão é transferida, de uma pessoa jurídica para outra.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

7. Conforme o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR), é permitida a exploração comercial dos serviços de radiodifusão desde que não haja prejuízo ao interesse nacional e à finalidade educativa e cultural desses. O mesmo RSR indica a obrigação de as outorgadas solicitarem prévia autorização do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão, de uma pessoa jurídica para outra (art. 28, item 10 do Decreto nº 52.795/1963).
8. Ademais, os dispositivos legais apontam que a transferência de outorga só poderá ser autorizada após decorrido o prazo de 5 anos da data de expedição da outorga (vide art. 91 do Decreto 52.795/1963). Neste aspecto, nota-se o pleno cumprimento deste requisito.
9. Ao tratar de transferência de outorga, torna-se necessário levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorgada. Neste aspecto, a área técnica do MCOM aponta que tal levantamento foi realizado, certificando a inexistência de Processos instaurados para apurar eventuais irregularidades, que venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
10. Da mesma forma, o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963 indica a documentação que a nova outorgada deve apresentar, com o objetivo de verificar se há continuidade da habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica para manutenção da outorga. A área técnica e a Consultoria Jurídica do MCOM indicaram ter realizado tal análise, entendendo cumpridos os requisitos de documentação.
11. Outro ponto pertinente diz respeito aos limites de propriedade de empresas de radiodifusão, trazidos pela Lei nº 236/1967, bem como pelo art. 14 § 3º do Decreto nº 52.795/1963. Mais uma vez, a análise do MCOM atesta que tais limites se mantêm devidamente cumpridos, mesmo após a transferência.
12. Assim, de acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações afirmam que o procedimento legal para a transferência da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de transferência de outorga, com fundamento no art. 90, I do Decreto nº 52.795/1963.
13. Observa-se que a outorga transferida continuará observando os prazos e condições originalmente estabelecidas. É importante alertar que, no caso concreto, a outorga atual encontra-se vencida. Todavia, já há processo administrativo de renovação da outorga (Processo nº 53115.009499/2024-75), para o período 2024/2034. Assim, a execução do serviço está sendo mantido em caráter precário. Neste sentido, o art. 4º da Lei nº 13.424/2017, bem como o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, indicam claramente que a anuência do Poder Público para a transferência da outorga, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, pode ser deferida, desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga no âmbito do MCOM, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga esteja sendo transferida.
14. Sobre o tema, a área técnica do Ministério aponta que o referido pedido de renovação já foi devidamente apreciado pelo MCOM, sendo que a decisão já foi consubstanciada na Portaria MCOM nº 14.898/2024, publicada no DOU de 07/11/2024, inexistindo fator que impeça a transferência.
15. Por fim, observa-se o mandamento pelo qual as alterações societárias de empresas, outorgadas a prestar serviços de radiodifusão sonora, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.

III - CONCLUSÃO

16. Do exposto, relacionado ao processo nº 00333.000363/2025-40, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional comunicando a alteração societária, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal de 1988.

MARIA HELENA ROCHA MARTINS

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

MILTON CARVALHO GOMES

Secretário Adjunto de Infraestrutura

APROVO.

GISELLE CIBILLA SILVA FAVETTI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

APROVO.

MARCELO WEICK POGLIESE

Secretario Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Rocha Martins, Estagiário(a)**, em 29/10/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 29/10/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milton Carvalho Gomes, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 29/10/2025, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Cibilla Silva Favetti, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 29/10/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial**, em 29/10/2025, às 23:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7100084** e o código CRC **CF0698A8** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 18.819, de 7 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itaí Ltda., posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

MENSAGEM Nº 1.655

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 18.819, de 7 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itaí Ltda., posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 5 de novembro de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>



fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/11/2025 | Edição: 212 | Seção: 1 | Página: 3

Órgão: Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 1.630, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.454, de 18 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Conceição do Tocantins, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Conceição do Tocantins, Estado do Tocantins.

Nº 1.631, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.113, de 23 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2025, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do KM 25, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Nº 1.632, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.462, de 19 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que renova, a partir de 6 de janeiro de 2020, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária New Life, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo.

Nº 1.633, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.128, de 25 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 11 de julho de 2022, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicações Rádio Comunitária Curi FM (RCC-FM), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará.

Nº 1.634, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.184, de 28 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2025, que renova, a partir de 30 de julho de 2022, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Educação e Cultura Rádio Nordeste FM - ACECRAN, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.635, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.130, de 25 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2025, que renova, a partir de 20 de novembro de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.636, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.183, de 28 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2025, que renova, a partir de 4 de maio de 2020, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico, Recreativo e Esportivo de Canelinha, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina.

Nº 1.637, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.177, de 28 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2025, que renova, a partir de 26 de outubro de 2019, a autorização outorgada à Associação de



Rádiodifusão Comunitária de Garrafão do Norte - PA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão comunitária, no Município de Garrafão do Norte, Estado do Pará.

Nº 1.638, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.181, de 28 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2025, que renova, a partir de 20 de junho de 2022, a autorização outorgada à Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão comunitária, no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.639, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.385, de 13 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que renova, a partir de 15 de maio de 2018, a outorga anteriormente conferida à Rádio Flores Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.640, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.448, de 18 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que renova, a partir de 23 de junho de 2024, a outorga anteriormente conferida à Rádio Panorama FM de Catolé do Rocha Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Nº 1.641, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.464, de 19 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que renova, a partir de 10 de abril de 2018, a permissão outorgada anteriormente conferida à Alta Vista Rádio e Televisão Ltda., posteriormente denominada Alta Vista Rádio e Televisão S.A., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Nº 1.642, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.383, de 13 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que renova, a partir de 22 de março de 2021, a outorga anteriormente conferida à Fundação Cristã Educativa, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pires do Rio, Estado de Goiás.

Nº 1.643, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.449, de 18 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2025, que renova, a partir de 27 de janeiro de 2019, a outorga anteriormente conferida à Regional Rádiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Papagaios, Estado de Minas Gerais.

Nº 1.644, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.867, de 9 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 1º de maio de 2024, a outorga anteriormente conferida ao Diário da Manhã Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Nº 1.645, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.947, de 14 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 1º de maio de 2024, a outorga anteriormente conferida à Rádio Itaberá Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Nº 1.646, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.779, de 3 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 17 de setembro de 2020, a outorga anteriormente conferida à



Rádio Arco-Íris FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.647, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.287, de 6 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2025, que renova, a partir de 4 de fevereiro de 2025, a outorga anteriormente conferida à Fundação Nossa Senhora Aparecida, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Aparecida, Estado de São Paulo.

Nº 1.648, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.278, de 6 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2025, que renova, a partir de 8 de maio de 2024, a outorga anteriormente conferida à Rádio Continental de Francisco Beltrão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Nº 1.649, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.946, de 14 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 28 de março de 2025, a outorga anteriormente conferida à Rádio Guarabira FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Bento, Estado da Paraíba.

Nº 1.650, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.219, de 30 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2025, que renova, a partir de 23 de dezembro de 2020, a outorga anteriormente conferida à Beija Flor Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curionópolis, Estado do Pará.

Nº 1.651, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.862, de 9 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 1º de maio de 2024, a outorga anteriormente conferida à Rádio Mineira do Sul Ltda., atualmente denominada Melphis FM Vale Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Nº 1.652, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.283, de 6 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2025, que renova, a partir de 9 de janeiro de 2024, a outorga anteriormente conferida à Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itapirapuã, Estado de Goiás.

Nº 1.653, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.868, de 9 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que renova, a partir de 5 de junho de 2024, a outorga anteriormente conferida à Ocan Comunicação Digital SE Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.

Nº 1.654, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.284, de 6 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2025, que renova, a partir de 1º de maio de 2024, a autorização outorgada anteriormente conferida à Sociedade Rádio Ibatinga Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ibatinga, Estado de São Paulo.

Nº 1.655, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 18.819, de 7 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itaí Ltda., posteriormente



transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.656, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.076, de 22 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que transfere a permissão outorgada à Portugal Telecomunicações Ltda. para a Rádio Cidade de Britânia Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Britânia, Estado de Goiás.

Nº 1.657, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.000, de 25 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2025, que torna sem efeito a permissão outorgada à Natureza Comunicações Ltda., para explorar, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Marília, Estado de São Paulo.

Nº 1.658, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 19.531, de 26 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2025, que torna sem efeito a permissão outorgada à Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., para explorar, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Alto Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.659, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante do Decreto nº 12.700, de 30 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à Televisão Cidade Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Londrina, Estado do Paraná".

Nº 1.660, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante do Decreto nº 12.701, de 30 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Schappo Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí".

Nº 1.661, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante do Decreto nº 12.702, de 30 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Schappo Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí".

Nº 1.662, de 5 de novembro de 2025. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante do Decreto nº 12.703, de 30 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2025, que "Renova a concessão outorgada à Televisão Naipi Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná".

Nº 1.663, de 5 de novembro de 2025. Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 17, de 2025 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 62.726.592,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente", enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 1.254, de 2025.

Nº 1.664, de 5 de novembro de 2025. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafo do Projeto de Lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 15.253, de 5 de novembro de 2025.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1911/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 18.819, de 7 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2025, que transfere a permissão concedida originalmente à Rádio Itai Ltda., posteriormente transferida à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para a Rádio Cultura de Gravataí Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 06/11/2025, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7122832** e o código CRC **FEE7C04D** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000363/2025-40

SEI nº 7122832

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital 7122553 para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 06/11/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7123135** e o código CRC **A52ADE14** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000363/2025-40

SEI nº 7123135



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e>

fa9cf31c-7885-4dbe-b451-bc20a71cdc1e